

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
(PIBIC)**

**Ciências Humanas e Sociais e Letras
Volume 5**



**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA
(ORG)**

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
(PIBIC)**

**Ciências Humanas e Sociais e Letras
Volume 5**



**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA
(ORG)**



EDUFT
Conhecimento na palma da mão

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS

VOLUME 5

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

1ª Edição
Volume 5
PALMAS
2025

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitor
Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora
Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e
Finanças (PROAD)
Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e
Planejamento
(PROAP)
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
(PROEST)
Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários (PROEX)
Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e
Desenvolvimento de Pessoas
(PROGEDEP)
Michelle Matilde Semiguen Lima
Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)
Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação (PROPESQ)
Karylleila dos Santos Andrade

Pró-Reitor de Tecnologia e
Comunicação (PROTIC)
Werley Teixeira Reinaldo

Conselho Editorial
Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar
Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Capa: Ruhena Kelber Abrão

Diagramação: Ana Luiza Lopes Costa e Valentina Moreno

DOI 10.20873//_eduft_2025_14

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do** **Tocantins**

Horizontes Científicos da UFT Reflexões do XX Seminário de Iniciação Científica (PIBIC) - Ciências Humanas, sociais e letras (volume 5), / Thiaga Nilton Alves Pereira. Ruhena Kelber Abrão. Jose de Oliveira Melo Neto. Vânia de Paula Neves. Lúcia Moraes e Silva, Ana Júlia Campos Vieira - Palmas, TO: EdUFT, 2025

274p. : il.

ISBN 978-65-5390-163-6

1. Iniciação Científica. 2. PIBIC. 3. Universidade. 4. Ciência, 5. Educação I. Pereira, Thiago Nilton Alves. I. Abrão, Ruhena Kelber III Neto, José de Oliveira Melo. IV. Neves Vania de Paula Neves V. Silva LNe Moraes IV_ Viera, Ana Júlia Campos IIV Ana Luiza Lopes Costa Titulo. CDD 371.3

CDD 371.3

Bibliotecário: Daniel Alves Lopes CRB-2/ 3171

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Apresentação

É com imenso entusiasmo que apresentamos esta coletânea comemorativa, criada para celebrar as duas décadas de história, impacto e realizações do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Estes livros simbolizam muito mais do que uma simples marca temporal; eles representam a consolidação de uma trajetória dedicada ao fortalecimento da pesquisa científica, da formação de talentos e do compromisso inabalável da UFT com a excelência acadêmica e a transformação social por meio do conhecimento.

Desde sua criação, o PIBIC vem desempenhando um papel central no estímulo à pesquisa científica e na formação de novas gerações de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Ao longo desses 20 anos, o Programa proporcionou a centenas de estudantes a oportunidade de vivenciar de perto a ciência em sua essência, despertando a curiosidade investigativa, incentivando o pensamento crítico e promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades profícuas ao enfrentamento dos desafios acadêmicos e profissionais.

As contribuições do PIBIC para a sociedade vão além das publicações científicas, dos projetos inovadores e das apresentações em eventos acadêmicos. Elas se traduzem em impactos reais na qualidade de vida da população, no fortalecimento das políticas públicas e no desenvolvimento sustentável da região, principalmente em um território como o estado do Tocantins. Por meio de suas pesquisas, os estudantes e orientadores associados ao Programa não apenas geraram conhecimento, mas também construíram elos entre a Universidade e a Sociedade, reafirmando o papel indubitável da ciência como vetor de transformação.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Esta coletânea de livros, é, portanto, uma homenagem a todos aqueles que contribuíram para a construção dessa história de sucesso na Universidade Federal do Tocantins: os professores orientadores, que, com dedicação e expertise, guiaram jovens pesquisadores em seus primeiros passos no universo científico; os estudantes, que, movidos pela curiosidade e determinação, desafiaram os limites do conhecimento; os gestores, que acreditaram na relevância do programa e garantiram seu fortalecimento ao longo dessas duas décadas; e as instituições parceiras, cujo apoio sempre foram fundamentais para a concretização de inúmeras iniciativas.

Ademais, o registro de momentos marcantes, os desafios superados e as conquistas alcançadas, esta obra pretende ser uma fonte de inspiração para as gerações futuras. O PIBIC/UFT não é apenas um Programa Acadêmico; é uma demonstração viva de como a ciência pode mudar vidas e transformar realidades.

Assim, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade desse legado e com a ampliação das oportunidades de formação científica para os jovens pesquisadores. Esperamos que as histórias contadas e os resultados registrados sirvam como um convite para a reflexão e o engajamento, mostrando que investir em ciência e educação é, sem dúvidas, investir em um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.

Parabenizamos a Universidade Federal do Tocantins, o Programa Institucional de Iniciação Científica e todas (os) os envolvidos ao longo desses 20 anos. Que esta obra celebre as conquistas do passado, inspire as ações do presente e oriente as ações futuras. Viva a ciência, viva o conhecimento, viva o PIBIC/UFT!

Prof. Dr. Thiago Nilton Alves Pereira
Prof. Dr. José de Oliveira Melo Neto

Prefácio

¹Rafael Tubone Magdaleno

Prefaciara uma coletânea de escritos diversos e qualificados, produzidos no âmbito de uma política exitosa de estímulo à iniciação científica, é um motivo de grande orgulho. Essa iniciativa reflete o esforço contínuo de nossa Universidade e de sua Pró-Reitoria de Pesquisa em promover a iniciação à pesquisa, enfrentando os desafios que historicamente limitam o progresso da ciência em nosso país.

Embora a iniciação científica no Brasil remonta a 1950 ², foi somente em 1993, com a criação do PIBIC, que a atividade passou a ser normatizada de maneira estruturada. Essa formalização não apenas consolidou a prática, mas também delineou importantes razões para seu estímulo nas graduações. Entre os objetivos estabelecidos, destacam-se “a) despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem universitário no domínio do método científico; b) proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”, dentre outras ³.

A iniciação científica presta-se ao desenvolvimento da autonomia científica, intelectual e cidadã dos discentes, que poderão dedicar-se de forma orientada a uma pesquisa de caráter proteico, transdisciplinar (se for o caso), e voltada para problemas que julga relevantes e/ou interessantes. Essa atividade gera inúmeros benefícios aos estudantes, tais quais, uma efetiva participação dos estudantes no processo pedagógico, deixando de ser apenas objetos do ensino, para tornarem-se sujeitos do conhecimento; uma efetiva participação dos

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

estudantes com a ponta da pesquisa no campo de conhecimento a que se dedica; e também uma maior e melhor compreensão do seu mundo.

Na medida em que pesquisa, o estudante aprende. A aprendizagem, afirma Jorge Larrosa, não é um processo puramente racional, ela deve mobilizar afetos e produzir experiências. É mais fácil produzir afetos e experiências a partir de temas, conceitos e saberes valorizados pela curiosidade estudantil em suas particularidades.

A iniciação científica é uma política exitosa pois produz inclusão, desenvolvimento intelectual discente e, por vias difusas, uma implementação dos saberes produzidos na comunidade.

Há mais, no entanto.

Eu pude participar como membro avaliador dos trabalhos de iniciação científica no XX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, especificamente dos trabalhos apresentados no Campus de Porto Nacional. E, confesso, fui tomado pelo assombro dada a qualidade dos trabalhos apresentados.

É de conhecimento geral que a palavra assombro/espanto, em grego τὸ θαυμάζειν⁴, é utilizada por Aristóteles para indicar a inclinação humana para a filosofia como amor do saber. Pois foi inclinado para a busca pelo saber que saí das apresentações às quais presenciei.

Fiquei espantado pela qualidade dos trabalhos apresentados, que percorriam uma ampla gama de temáticas, desde análises geopolíticas do espaço americano, passando por pesquisas acerca da importância do letramento científico e literário, da geografia da saúde e epidemiologia no mapeamento das doenças municipais, alcançando o mapeamento da relação entre desmatamento na Amazônia legal e conflitos sociais.

O espanto foi tanto que, dias depois, encontrei-me pesquisando sobre os assuntos expostos pelos estudantes. Tão convincentes ao demonstrar a importância de suas pesquisas e a relevância do assunto, escancararam o alçapão de minha ignorância.

Há maneira melhor de estimular a curiosidade do que apontar o não-saber daquilo que se poderia/deveria saber? Em meu juízo, não há.

Por essa razão, recomendo com entusiasmo a leitura dos trabalhos aqui apresentados. Permitam-se, como eu, abrir os 'alçapões', de suas próprias ignorâncias, pois é nessa abertura que se revela o papel fundamental da transmissão de saberes universitários.

Tal prática deve unir o acúmulo de conhecimentos tradicionais, como propõe Michael Oakeshott, à postura crítica e transformadora ensinada por Paulo Freire e Bell Hooks. É assim que formamos uma educação verdadeiramente erudita, expansionista e emancipatória.

Referências

- 1) Professor-Adjunto do colegiado de Direito da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito (PUC-SP) e Filosofia (USP).
- 2) Como exposto por BIANCHETTI; OLIVEIRA; DA SILVA; TURNES (2012, p. 571)
- 3) PINHO, 2017, p. 661.
- 4) Uma versão bilingue português-francês pode ser encontrada em: <https://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/metaphysiqu>

e1.htm. A citação aristotélica é “διὰ γὰρ τὸ θαυμάζειν οἱ ἄνθρωποι καὶ νῦν καὶ τὸ πρῶτον ἤρξαντο φιλοσοφεῖν” que, em tradução livre, “pois, (é) devido ao espanto/assombro, (que) os homens começaram a filosofar, tanto no começo, quanto agora”. O tema do assombro também é encontrável no Teeteto de Platão.

BIANCHETTI, L., OLIVEIRA, A. de, SILVA, E. L. da, & TURNES, L. (2012). A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. Educação, 37(3), 569–584. <https://doi.org/10.5902/198464445012>

LARROSA, Jorge. Tremores: Escritos sobre a experiência. São Paulo: Autêntica, 2014.

PINHO, M. J. de (2017). Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas), 22(3), 658–675. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300005>

MASSI, L., & QUEIROZ, S. L.. (2010). Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. Cadernos De Pesquisa, 40(139), 173–197. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100009>

SUMÁRIO

Capítulo 1	14
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM UMA PERSPECTIVA FREIREANA	
Dioggo Ribeiro de Sousa Denise de Amorim Ramos	
Capítulo 2	28
PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS PELO PNLD1 PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL E BILÍNGUE	
Mayra Pereira Cavalcante Raquel Castilho Souza	
Capítulo 3	51
DESBRAVANDO O CERRADO: CONHECENDO AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TOCANTINS	
Agnes Lima de Oliveira Suyene Monteiro da Rocha	
Capítulo 4	66
ENSINO E PRÁTICA DO PROJETO: AS METODOLOGIAS DE PROJETO DE ARQUITETURA EM ANÁLISE	
Emilly Victória de Jesus Moreira Sarah Afonso Rodovalho	
Capítulo 5	82
VIDA URBANA E CONVIVIALIDADE EM RUAS COMERCIAIS PALMAS/ TO	
Tayná Fonseca Lima Roberto de Almeida Bottura	
Capítulo 6	98
PROCESSOS CRIATIVOS EM TEATRO MÚSICA DO SOLO	
Arthur Paião de Moraes Heitor Martins Oliveira	
Capítulo 7	114
IMPROVISACÃO, MODELOS DE AÇÃO SONORA E VÍDEO-PARTITURAS	
João Carlos Parente Costa Heitor Martins Oliveira	

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Capítulo 8	130
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO FEMINICÍDIO NO AMAZONAS, PARÁ, MATO GROSSO, MARANHÃO E ACRE	
Ana Beatriz Alves de Almeida Cynthia Mara Miranda	
Capítulo 9	148
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO FEMINICÍDIO NO AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA E TOCANTINS	
Isabella Flavia Maciel da Silva Cynthia Mara Miranda	
Capítulo 10	165
PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DAS ARTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS SÉRIES FINAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	
Larissa Ribeiro Benigno Adriana dos Reis Martins	
Capítulo 11	182
VALORES DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA NA MUDANÇA SOCIAL: POR UMA ÉTICA DECOLONIZANTE	
Rafaela Caroliny Gomes Fabio Nascimento Sandes	
Capítulo 12	202
AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DA ÁREA ESTADUAL DA SERRA DO LAJEADO TO	
Artur Souza Guedes Mariela Cristina Ayres de Oliveira	
Capítulo 13	219
UM ESTUDO SOBRE AS UNIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO TOCANTINS	
Gabriela Rodrigues Schmitt Mariela Cristina Ayres de Oliveira	

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Capítulo 14	237
ARTE E SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E CRIATIVO NO PROJETO DE EXTENSÃO MATURIDADE (EN)CENA: TEATRO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA TERCEIRA IDADE 1	
Yasmin Lima Alves Oliveira	
Renata Patrícia da Silva	
Capítulo 15	252
Cartografia das práticas de arte e educação em contextos não escolares na cidade de Palmas-TO	
Thiago Macêdo Passos	
Renata Patrícia da Silva	
Sobre os organizadores	270

Capítulo 1

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM UMA PERSPECTIVA FREIREANA

Dioggo Ribeiro de Sousa¹

Denise de Amorim Ramos²

RESUMO

Esta pesquisa busca esclarecer, a partir da leitura de obras de Paulo Freire, alguns conceitos que são pertinentes à prática da educação para jovens e adultos (EJA) na educação básica. Os procedimentos metodológicos da pesquisa estão baseados em uma revisão bibliográfica de cunho analítico descritivo, cujas fontes são as principais obras de Paulo Freire (1967, 1979, 1987, 1993, 1996, 2000, 2001), entendida como tarefa conceitual para a compreensão crítica das práticas educativas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos. No decorrer do trabalho, foi abordado como Freire define os conceitos de sociedade, homem, política, diversidade, autonomia, entre outros fatores da cultura social que se apresentam no cotidiano escolar. Sobre os resultados do estudo, pontua-se que as obras analisadas apresentam um conjunto de conhecimentos interligados e indispensáveis a todos aqueles comprometidos em construir uma relação educativa dentro e fora da sala de aula; também permitem levar o professor à reflexão sobre sua atuação em sala de aula, tornando-se um sujeito crítico, com liberdade e capacidade para tomar decisões que tragam lucidez e criticidade para os estudantes.

Palavras-chave: Homem; Prática Educativa; Educação Humanizadora; Diversidade; Autonomia.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional; bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/CNPq. Email: dioggo.ribeiro@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); docente do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional. E-mail: denisedeamorim@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta-se como um recorte da primeira etapa da pesquisa da professora- orientadora, intitulado *Educação e diversidade cultural: o desempenho das práticas educativas na formação emancipatória dos jovens e adultos*. Consiste-se no levantamento bibliográfico de algumas obras do pensador Paulo Freire, objetivando estabelecer, a partir da leitura, o entendimento acerca de determinadas categorias dispersas pela produção do autor, a saber: sociedade, sujeito/homem, educação/pedagogia, política, formação humana e diversidade que fundamentam a compreensão de práticas educativas transformadoras e críticas no alcance do processo ensino-aprendizagem de jovens e adultos. A questão norteadora da pesquisa versou sobre como as categorias freireanas de compreensão do contexto social-cultural-educacional podem oferecer suporte na análise crítica das práticas educativas de projetos governamentais oficiais no tocante ao processo de ensino- aprendizagem dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na realidade educacional brasileira, nos últimos 10 anos.

O levantamento se fez necessário pela importância de se conhecer as categorias de análise no viés freireano e suas implicações críticas e reflexivas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que levam em conta a educação humanizadora e transformadora quanto às especificidades dos sujeitos, sua formação e autonomia. Assim, as produções selecionadas para este estudo, serão os suportes teóricos para analisar especificamente as práticas educativas, a formação humana, na tentativa de repensar propostas de ação educativa comprometida com a qualidade de ensino e de aprendizagem das classes populares para sua inserção no mundo do trabalho.

As produções teóricas de Paulo Freire trazem contribuições em diferentes contextos culturais e campos do conhecimento e, para a EJA são significativas no sentido de se pensar sobre uma prática pedagógica condizente com a formação e autonomia desses sujeitos. O presente estudo permite a discussão de possibilidades teórica para analisar as práticas educativas na EJA quando comparada com propostas tradicionais que ignoram a realidade e inserção histórica desses sujeitos no processo social e educacional. Compactua-se, dessa maneira, com as argumentações teórico-crítica na análise de projetos pedagógicos, dos documentos oficiais e legislações sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na atualidade, eixo adotado no trabalho da professora orientadora, no qual serão estudados quatro programas para a EJA, criados nos últimos 10 anos, nas escolas públicas da região geográfica imediata de Porto Nacional.

MÉTODO E MATERIAIS

Os procedimentos metodológicos centrais de ação da pesquisa estão baseados em uma revisão bibliográfica de cunho descritivo e analítico. Na delimitação do *corpus*, selecionou-se 7 obras de maiores destaques do pensador Paulo Freire (Freire 1967,1979;1987 1993; 1996; 2000; 2001), para leitura e depreensão das seguintes categorias de análise: sociedade, sujeito/homem, educação/pedagogia, política, formação humana e

diversidade. Em paralelo, realizou-se a compreensão da trajetória de vida e profissional do educador Paulo Freire por meio dos documentários destacando a educação em geral e em específico para a EJA, como forma de ancorar as propostas pedagógicas do autor. Esses procedimentos solidifica-se como tarefa conceitual primordial para a compreensão crítica das práticas educativas que envolvem o ensino e a aprendizagem de jovens e adultos na realidade da escola pública.

DADOS E DISCUSSÕES

Mediante a leitura integral das sete obras selecionadas, verificou-se que o problema e ponto de partida para a discussão do processo de ensino-aprendizagem para jovens e adultos é modulado pelas dificuldades de posicionamento teórico-prático que possam esclarecer os problemas relacionados ao aspecto pedagógico e educacional na formação dos jovens e do aluno adulto trabalhador que frequentam a educação básica pública. Assim, destacou-se algumas temáticas presentes nas literaturas em questão para que, a partir delas, as categorias analíticas dispersadas pudessem ser pontuadas. São elas: educação, política e sua relação com o homem; educação de jovens e adultos; diversidade; alfabetização e cidadania; o posicionamento crítico; prática educativa e a comunidade.

No tocante à primeira temática – Educação, Política e o Homem –, observa-se dela o conceito de homem. O autor determina que a curiosidade impulsiona a produção social, que resulta na reflexão e na ação, em forma de ciclo presente na historicidade do conhecimento (FREIRE, 2001). Dessa forma, para Freire (2001) o homem se constitui enquanto sujeito histórico, social e cultural (FREIRE, 1967). Nessa perspectiva, apresenta-se o conceito de sociedade, na qual o homem se insere por meio do trabalho. Quando se fala de sociedade é de certo que haverá discordância entre grupos sociais, econômicos, étnicos e etc.

Porém, uma sociedade democrática não deve excluir a possibilidade de que um sujeito em seu mais alto grau de individualismo persiga seu sonho. Dessa forma, uma convivência social conjunta não pode negar um sonho, por ter preferências diferentes. Cada particularidade deve ser levada em consideração em um meio de tolerância e essas particularidades devem ser contempladas pelas práticas educacionais.

Freire (2001) destaca que esse processo de aprendizagem está fortemente ligado à política, ou seja, a educação não pode afastar-se das discussões políticas na sala de aula pois não existe uma educação neutra:

Me parece fundamental, neste exercício, deixar claro, desde o início, que não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. A impossibilidade de ser neutra não tem nada que ver com a arbitrária imposição que faz o educador autoritário a “seus” educandos de suas opções (FREIRE, 2001, p. 21).

Legitimando o próprio pensamento o autor, se autoproclama modernista progressista, o que não pode por sua vez negar o direito de pensar de alguma preferência social, pois estaria entrando em discordância como o seu próprio conceito de sociedade democrática: “é impossível, hoje, para o pensamento pós-moderno radical, fechar-se em seus próprios muros e decretar a sua como a única verdade” (FREIRE, 2001. p, 11). Sendo assim, como lidar com a diferença de nível de educação social? O homem é preparado para aprender, dessa forma está consciente do seu inacabamento e busca permanentemente conhecimento; também está inserido em uma sociedade, mesmo que em diferentes níveis de formação intelectual. O autor então pontua que “a questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos é a temática central em torno de que gira este texto” (FREIRE, 1996. p. 9).

Na temática da Educação de jovens e Adultos, Freire pontua que no Brasil, assim como em outras regiões da América-Latina, essa modalidade está mais ligada à educação popular, à medida que algumas exigências são impostas ao educador e educadora; tornou-se, assim, mais abrangente (FREIRE, 2001). No entanto, em certos programas com alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular" (FREIRE, 2001, p.16.). Além da competência científica, exige-se uma sensibilidade para certos assuntos que bombardeiam a sociedade cotidianamente (FREIRE, 2001). Os educadores, portanto, devem pensar além dos procedimentos didáticos, os conteúdos trabalhados com aquele grupo popular não podem ser de total estranheza com o dia a dia dos sujeitos (FREIRE, 2001).

"Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação. Insista-se, um ponto de partida e não de chegada" (FREIRE, 2001. p, 16.). O ponto de partida para a Educação de Jovens e Adultos se dá através do respeito ao educando como indivíduo já imbuído de um conhecimento prévio, promovendo o compartilhamento de experiências entre docentes e discentes (FREIRE, 1996): "não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém" (FREIRE, 1996, p. 12).

O livro *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1992) traz a concepção de uma educação humanizadora/problematizadora como forma de combate direto ao que o autor irá caracterizar como educação bancária. A noção se estende à outras obras:

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado com o educando que, ao ser educado, também educa (FREIRE, 1987, p. 44).

Para Freire (1996), existe uma necessidade político-pedagógica, que permita trabalhar elementos do cotidiano dos educandos, construindo dessa forma o pensamento crítico e reflexivo, necessário para o rompimento com o estado de oprimido ou passivismo na sociedade, como é trabalhado na obra *Pedagogia da Autonomia*.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p. 15)

Enfatiza, ainda que é essencial no exercício da prática docente a assunção da identidade cultural, em que o sujeito precisa assumir-se como ser histórico, político e social, capaz de transformar sua realidade, lutando contra as injustiças sociais e a favor de seus direitos, em prol de construir uma sociedade democrática, mais justa e solidária. O exercício do bom senso, com o qual só temos o que ganhar, se faz no “corpo” da curiosidade. Neste sentido, quanto mais pomos em prática de forma metódica a nossa capacidade de indagar, de comparar, de duvidar, de aferir, tanto mais eficazmente curiosos nos podemos tornar

e mais crítico se pode fazer o nosso bom senso. O exercício ou a educação do bom senso vai superando o que há nele de instintivo na avaliação que fazemos dos fatos e dos acontecimentos em que nos envolvemos (FREIRE, 1996, p.26).

O bom senso é citado pelo autor como sensor que direciona para autoavaliar a prática docente, que seja cada vez mais humanizadora, buscando coerência nas decisões do professor que atua com humildade e tolerância, também em defesa de seus ideais e direitos (FREIRE, 1996). Assim, a identidade cultural e a diversidade devem ser levada em conta na medida em que o bom senso se institui, de modo que a temática da Diversidade permite discorrer acerca da cultura. É o que será feito agora. Segundo Freire (2001), “não é a cultura discriminada a que gera a ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica a que o faz” (FREIRE, 2001, p. 18.). A ideia de uma sociedade que não se difere em nenhum ponto, é infundada, visto que cada ser nasce individualizado e se destaca conforme vai adquirindo conhecimento de si e do mundo ao seu redor.

Nesse horizonte, a pedagogia pode ser a libertação ou a responsável pela opressão, uma vez que as ideologias por ela fundamentada, “não importa se discriminatórias ou de resistência, se encarnam em formas especiais de conduta social ou individual que variam de tempo espaço a tempo espaço.” (FREIRE, 2001, p.18). Cultura e ideologia se relacionam na medida em que a resistência cultural permite a transformação social dada pela formação cidadã. A temática da alfabetização e cidadania permite esclarecer as propostas do autor acerca da formação. Sendo o cidadão é aquele que está ciente dos seus direitos e deveres, alguns problemas com os quais a educação deve lidar quanto a alfabetização: o voluntarismo e o espontaneísmo são obstáculos para a prática educativa modernista progressista.

A primeira afirmação que devo fazer é a de que não há prática, não importa em que domínio, que não esteja submetida a certos limites. A

prática que é social e histórica, mesmo que tenha uma dimensão individual, se dá num certo contexto tempo-espacial e não na intimidade das cabeças das pessoas. É por isso que o voluntarismo é idealista, pois se funda precisamente na compreensão ingênua de que a prática e a sua eficácia dependem apenas do sujeito, de sua vontade e de sua coragem. E por isso, por outro lado, que o espontaneísmo é irresponsável, porque implica a anulação do intelectual como organizador, não necessariamente autoritário, mas organizador sempre, de espaços para o que é indispensável sua intervenção. Voluntarismo e espontaneísmo têm ambos assim sua falsidade no menosprezo aos limites. No primeiro, se desrespeitam os limites porque nele só há um, o da vontade do voluntarista. No segundo, o intelectual não intervém, não direciona, cruza os braços. A ação se entrega quase a si mesma, é mais alvoroço, algazarra (FREIRE, 2001, p. 25).

Dentre as características de um educador progressista estão a consciência dos limites de sua prática educativa, para que não se caia no imobilismo fatalista de quem “não é capaz de compreender a dialeticidade entre infra e superestrutura, que o problema dos limites à sua prática se põe a ele ou a ela” (FREIRE, 2001, p. 28). Ao mesmo tempo, o modelo modernista progressista disposto por Freire deve se distanciar das formas autoritárias, nas quais os educandos são apenas pacientes, depósitos de “conhecimento que “recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 1987, p. 37).

A maneira adequada, como afirma o autor, é disposta pelo equilíbrio, no qual o educador entra como um desafiador do pensamento crítico, aceitando os diferentes posicionamentos estabelecendo uma relação de respeito e curiosidade de ambas as partes. Nessa questão, “a questão da linguagem, no fundo, uma questão de classe, é igualmente outro ponto em que pode emperrar a prática educativa progressista” (FREIRE, 2001, p. 29). O professor progressista deve estar aberto aos

diferentes dialetos populares, essa sensibilidade o permitirá entender as figuras de linguagem, metáforas, gírias, parábolas e assim estabelecer um ambiente de diálogo aberto e seguro para os educandos (FREIRE, 2001). Sobre isso, o autor disserta acerca da sintaxe do pensamento educacional:

Quando me refiro aqui à sintaxe, à estrutura de pensamento popular, à necessidade que tem o educador progressista de familiarizar-se com ela, não estou sugerindo que ele renuncie à sua, como também à sua prosódia para identificar-se com a popula. Seria falsa esta postura, populista e não progressista. Não se trata de que o educador passe a dizer “a gente cheguemos”. Trata-se do respeito e da compreensão a e por uma linguagem diferente. Não se trata tampouco de não ensinar o chamado “padrão culto”, mas de, ao ensiná-lo, deixar claro que as classes populares, ao aprendê-lo, devem ter nele um instrumento a mais para melhor lutar contra a dominação. (FREIRE, 2001, p. 29).

A linguagem tem um papel fundamental para a cidadania, fazê-la é um ato político, já que ela não é nunca neutra. Também deve-se compreendê-la como algo individual e, simultaneamente, de classe, de modo que somente a alfabetização não faz com que o indivíduo esteja ciente de seus deveres de direitos e se faz sim necessário que seja discutido em uma prática de aprendizagem na qual esses educandos se encontrem como pertencentes àquela sociedade (FREIRE, 1987). Por fim, a temática da criticidade se intersecciona aos pressupostos apresentados sendo alta importância no processo de aprendizagem na democracia, uma vez que “o direito de criticar e o dever de não mentir ao criticar é um imperativo ético” (FREIRE, 2001, p. 31), como pensa o autor, e por sua vez de alta importância no processo de aprendizagem na democracia.

É preciso aceitar a crítica séria, fundada, que recebemos, de um lado, como essencial ao avanço da prática e da reflexão teórica, de outro, ao crescimento necessário do sujeito criticado. Daí que, ao sermos

criticados, por mais que não nos agrade, se a crítica é correta, fundamentada, feita eticamente, não temos como deixar de aceitá-la, retificando assim nossa posição anterior. Assumir a crítica implica, portanto, reconhecer que ela nos convenceu, parcial ou totalmente, de que estávamos incorrendo em equívoco ou erro que merecia ser corrigido ou superado. Isto significa termos de aceitar algo óbvio: que nossas análises dos fatos, das coisas, que nossas reflexões, que nossas propostas, que nossa compreensão do mundo, que nossa maneira de pensar, de fazer política, de sentir a boniteza ou a feiúra, as injustiças, que nada disso é unanimemente aceito ou recusado. Isto significa, fundamentalmente, reconhecer que é impossível estar no mundo, fazendo coisas, influenciando, intervindo, sem ser criticado (FREIRE, 2001, p. 31).

Pelo excerto, não somente é preciso aceitar uma crítica bem fundamentada, bem como também é necessário fazermos uma réplica para demonstrarmos entendimento da crítica realizada e dessa forma estabelecermos um pensamento crítico afiado e verdadeiramente aberto. O sujeito que critica também está imbuído dos deveres de conhecer o objeto de crítica.

Outra temática depreendida da leitura, é da prática educativa e sua relação com a comunidade. Dentre os aspectos da prática educativa, essa “é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc.” (FREIRE, 2001, p. 34). Prática social e a prática educativa constituem-se de uma rica complexidade, fenômeno esse que é possível pelo fator humano:

A existência humana não tem o ponto determinante de sua caminhada fixado na espécie. Ao inventar a existência, com os materiais que a vida lhes ofereceu, os homens e as mulheres inventaram ou descobriram a possibilidade que implica necessariamente a liberdade que não receberam, mas que tiveram de criar na briga por ela. (FREIRE, 2001, p. 34).

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Como citado anteriormente, o homem é programado para aprender, sendo por natureza curiosos, mulheres e homens buscam por aprendizados desde onde a historicidade da humanidade possa mostrar. Conseguiu a liberdade através da linguagem apesar de ser possível pensar sem falar, o processo de convivência entre seres pensantes permitiu evoluir e chegar no que temos hoje, linguagem, ferramentas, instrumentos para caça etc. Dessa forma, a prática educativa em um esquema simples seria desenvolvida a partir dos sujeitos, o educador e o educando, os objetos de conhecimento a serem ensinados pelos professores e serem aprendidos pelos educandos os conteúdos. Os objetivos imediatos e imediatos que se destina com a prática educativa. Por fim os métodos, técnicas de ensino, materiais didáticos, que devem estar em coerência com o objetivo e com a opção política:

Se o autor criticado escreveu vários trabalhos, ao criticarmos um deles, não podemos dizer que a crítica é a seu pensamento como totalidade, a não ser que, conhecendo a totalidade, nos convençamos disto. Reitero: o que não é possível é ler um entre dez textos e estender aos nove restantes a crítica feita a um, antes de analisar rigorosamente os demais (FREIRE, 2001, p. 32).

Nesse cenário, é inadmissível o apego ao sentimento de raiva cega que não permite que o crítico leia a obra do criticado, não é necessário abraçar a ideia da obra, porém o conhecimento de que a mudança pode ocorrer conforme o passar do tempo e variação dos ideais políticos em que autor e leitor se inserem. Amarram-se, assim, os homens, sociedade, educação, cultura, formação e conhecimento, disponibilizados pela racionalização da obra de Freire em temáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de homem, sociedade, educação, cultura, formação e conhecimento, encontram-se dispersos na obra freireana. A partir da sistematização da leitura em torno de temáticas, foi possível

depreender essas noções e estabelecer alguns pressupostos sob o qual a Educação de Jovens e Adultos pode e deve ser considerada. As obras de Paulo Freire demonstram que a prática do professor está interligada a mudanças e que é preciso ensinar como se aprende. O autor enfatiza que a prática pedagógica fundamentada na ética é essencial para transformar e ampliar o conhecimento, deixando em evidência que somos seres em constante aprendizado: “é o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2000, p. 36). Ainda conforme o autor, todos aqueles que entram em sala de aula, seja educador ou educando, devem, portanto, compreender que aqueles à sua volta estão tão conscientes de suas falhas, preconceitos, experiências e sonhos (FREIRE, 2000).

Sendo o ambiente educativo um espaço democrático, de liberdade crítica, autonomia e aprendizado mútuo e horizontal, um espaço que deve ser político, crítico e humanizado, o educador deve ser democrático, deve ter confiança na forma de expressar-se diante dos alunos. O diálogo deve ocorrer em oposição às formas autoritárias, tendo em vista o conhecimento dos educandos, realizando um balanceamento entre competência profissional e generosidade. Freire (1996) também afirma que a formação científica do professor, não garante que lhe torne um bom profissional: “outra qualidade indispensável à autoridade em suas relações com as liberdades é a generosidade. Não há nada que mais inferiorize a tarefa formadora da autoridade do que a mesquinhez com que se comporte.” (FREIRE, 1996 p. 36). Diante do exposto, essas obras contribuem para a reflexão da prática do professor que está comprometido com o aprendizado de seus alunos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo, 1921 – **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Trad. Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Capítulo 2

PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS PELO PNLD¹ PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL E BILÍNGUE

Mayra Pereira Cavalcante 2

Raquel Castilho Souza 3

RESUMO

O presente resumo baseia-se no resultado do trabalho desenvolvido junto ao Grupo Estudo e Pesquisa Observatório das Artes, que teve como tema “Publicações de materiais didáticos pelo PNLD para a educação escolar indígena intercultural e bilíngue. É importante destacar que essa pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil. Para a elaboração desse trabalho, além de pesquisa bibliográfica, foram pesquisados os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) publicados nos anos de 2020, 2021 e 2022. O estudo permitiu compreender se existem diretrizes para produção de materiais didáticos interculturais e bilíngues para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, produzidos no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Os dados da pesquisa possibilitaram verificar que o PNLD é desenvolvido numa perspectiva da Educação Inclusiva, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assim como as demais legislações que orientam a Educação básica, ponderando o segmento que trata o edital. Identificou que nenhum dos editais é direcionado para a Educação Indígena, o que evidencia uma ausência de critérios específicos para produção de material didático para os povos indígenas. Há uma complexidade nesse processo, principalmente quanto ao alinhamento e cumprimento das políticas educacionais para a construção de um material didático indígena intercultural e bilíngue.

Palavras-chave: Educação Indígena. Interculturalidade. Material didático.

¹ Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

² Graduanda em Licenciatura em Teatro, Pibic/CNPQ, Universidade Federal do Tocantins, e-mail: mayracavalcante629@gmail.com.

³ Doutora em Arte e Educação, docente do Curso de Licenciatura em Filosofia e Licenciatura em Teatro, Universidade Federal do Tocantins, e-mail: raquelcastilho@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

O texto relata os resultados do Plano de Trabalho “PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS PELO PNLD PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL E BILÍNGUE” que integra, em uma perspectiva coletiva e interdisciplinar, juntamente com mais seis planos de trabalhos de outros estudantes a partir do Subprojeto de Pesquisa de Iniciação Científica “A Arte no contexto Local, Amazônico e Brasileiro: Ensino, Processos de Criação, Fazer Artístico e Práticas Interdisciplinares Tecnológicas Inovadoras^{4a}” (Martins, *et al* 2023). O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

O macroprojeto de pesquisa tem por finalidade “investigar a Arte, seu ensino, processos metodológicos e de criação artística e suas práticas interdisciplinares no contexto local, amazônico e brasileiro, de modo a refletir sobre a formação e a prática de professores e artistas nos diferentes lócus” (Martins *et al*, 2023, p. 3-4). Vale destacar que, o Observatório, enquanto grupo de pesquisa desenvolve propostas multi e interdisciplinares, e tem buscando coordenar e executar atividades de pesquisa e extensão em áreas afins, propendendo o incremento de tecnologias e ações objetivando acolher as demandas do estado do Tocantins, com a intenção de contribuir na qualidade de vida e as

condições socioeconômicas da sociedade em geral (Martins *et al*, 2023; UFT, 2005).

O projeto ao qual esta pesquisa vincula-se aborda as possibilidades de construção de implementação ou até mesmo de recomendações inovadoras para formação inicial e continuada de professores a partir da compreensão dos sistemas de ensino, desde a educação básica ao ensino superior e a educação indígena contribuindo no processo de formação de professores de Arte, tendo como parâmetro as novas exigências apresentadas pela BNCC (MEC, 2018), documentos formativos, e pelo contexto histórico-social.

Nesse sentido, os estudos do grupo procuram refletir sobre a implantação de propostas curriculares e legislações relacionadas ao ensino das Artes no Brasil, articulando com os documentos oficiais do estado no Tocantins na Educação Básica, Indígena e Superior, com foco na discussão de concepções, desafios e perspectivas do ensino das artes, bem como o seu fazer artístico-cultural (Martins, *et al*, 2023). A preocupação do **Observatório das Artes**, com as temáticas explicitadas, advém da urgência de aprofundar e melhor compreender as dimensões formativas, específicas do 4º Projeto cadastrado no GPU - Gestão de Projetos Universitários, da Universidade Federal do Tocantins - ID 6.142. E submetido ao comitê de ética por meio da Plataforma Brasil - CAAE: 69720423.5.0000.5519.

Curso de Licenciatura em Teatro da UFT, Campus Palmas, e os desdobramentos dessa formação para a atuação dos professores de Arte, em suas práticas artístico-pedagógicas na Educação Básica e Indígena. Tem a preocupação de considerar, em suas pesquisas, os aspectos curriculares, legislativos, historiográficos, metodológicos e avaliativos em relação ao ensino da Arte no Brasil. E, sobretudo, no contexto local amazônico, a partir de um arcabouço de estudos teóricos e práticos sobre a educação, que poderá servir como base à

outras pesquisas que possam abordar temáticas a respeito do ensino da Arte na educação formal e não escolar (Martins, *et al*, 2023). Entende-se que essa pesquisa tem sua relevância social e acadêmico-científica, por tratar de um trabalho de suma importância para a educação, em geral, e para formação inicial e continuada dos professores, assim como, para o ensino das artes e a valorização da cultura no estado do Tocantins e no Brasil.

A BNCC apresenta a necessidade de uma educação com equidade e igualdade de oportunidade de acesso e permanência ao ensino aos grupos minoritários, como os indígenas, objetivando uma mudança de perspectiva da sociedade sobre a exclusão histórica dos indígenas, o que justifica o estudo de tal temática (MEC, 2018). Para isso, a elaboração dos materiais didáticos, devem levar em consideração a tradição oral, a publicação em versões bilíngues, multilíngues ou em línguas indígenas, incluindo as variações dialetais da língua portuguesa, conforme a necessidade das comunidades atendidas (Brasil, 2009). Assim sendo, esperamos com este estudo, contribuir para a apreensão das dimensões curriculares e formativas do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT, que acolhe estudantes indígenas para sua formação acadêmica. Além de, buscar contribuir com as políticas públicas para a produção de material didático na educação indígena envolvendo a rede de ensino nacional e regional.

Assim, com esta pesquisa buscamos verificar a regulamentação das diretrizes para produção de materiais didáticos interculturais e bilíngues para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, produzidos no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) a partir dos editais para produção de materiais de apoio à prática educativa, de forma ordenada, suficiente e gratuita para as instituições educacionais públicas indígenas para a educação básica (MEC, s/d). O planejamento intergovernamental da Educação Escolar Indígena (PNEEI) tem como fins implementar as sugestões determinadas na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

(CONEEI) e um dos macro desafios propostos é “Apoiar a elaboração, publicação e distribuição de material didático específico, intercultural e bilíngue”, como forma de estimar as culturas e diversidade dos povos indígenas (MEC, 2022, p. 6). Consequentemente, uma das metas do PNEEI está definida a partir do eixo estratégico: IV - Práticas pedagógicas e material didático, que tem como prazo de implementação o ano de 2023 (MEC, 2022).

Desse modo, o estudo teve como objetivo geral, compreender as diretrizes para produção de materiais didáticos interculturais e bilíngues para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, produzidos no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). E como objetivos específicos: entender o que é o PNLD enquanto programa direcionado a oferecer produtos didáticos, pedagógicos e literários, entre outros aparatos de apoio à prática educativa; verificar o que a legislação para Educação Indígena prevê para elaboração e publicação de material indígena para escolas indígenas; realizar o levantamento de dados, a partir dos três últimos editais publicados pelo PNLD sobre as diretrizes para produção de material didático para a Educação Indígena, observando se programa contempla o exigido nos documentos que regem a educação indígena, como a interculturalidade e bilinguismo; e analisar os dados sobre as normas para elaboração de material didático em relação à Educação Indígena a partir dos três últimos editais publicados, tendo como referência os estudos teóricos e documentais da Educação Indígena.

À vista disso, o estudo em foco teve a intenção de colaborar com a discussão acerca de tal temática por meio da realização de reflexões sobre as produções didáticas para escolas indígenas, até mesmo por falta de pesquisas que averiguam os materiais didáticos impressos/digitais utilizados nas respectivas escolas, a partir da legislação para a Educação Indígena. Divergindo de uma postura puramente determinista, o estudo abre possibilidades de discussões sobre a articulação entre as universidades, que são os centros

formadores de professores, e as secretarias de educação, a partir das políticas públicas geradas para educação indígena.

Para assim, criar, se necessário, estratégias para uma parceria entre os Centros de Formação e os sistemas de ensino, contribuindo na fundamentação do planejamento quanto à elaboração de materiais didáticos de acordo com as normas previstas na legislação educacional e na legislação de livros didáticos para a educação indígena. E desse modo, se indispensável, estabelecer meios de possibilitar produção de material didático específico, mantendo a identidade cultural e a língua materna das comunidades indígenas (Souza, 2019).

O trabalho desenvolvido consistiu em alcançar os objetivos e ações apontadas no projeto, como também favorecer a sua incorporação no âmbito da pesquisa cooperando no aprimoramento intelectual e profissional. O referido relatório resulta do plano de trabalho que foi desenvolvido desde setembro de 2023 à setembro de 2024.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa teve abordagem metodológica de cunho bibliográfico, visando aprofundar o entendimento sobre as relações entre o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação Indígena (PNLD-EI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente no que tange às orientações sobre a elaboração de materiais didáticos para a Educação Indígena e Educação Básica.

A pesquisa bibliográfica, conforme proposta por Creswell (2010), é caracterizada pela análise e interpretação da produção já existente, mediante consulta a materiais que possam fornecer subsídios teóricos e conceituais para o tema em questão. Essa abordagem se mostra pertinente para a compreensão das diretrizes estabelecidas pelos documentos normativos, tais como o PNLD e a BNCC, que envolve a elaboração de material didático.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa buscou-se responder: O que o PNLD enquanto programa direcionado a produção de material didático propõe no edital quanto as diretrizes para a elaboração em relação à Educação Indígena? Quais dados apontados nos editais do PNLD contemplam o previsto na legislação para a Educação indígena quanto a elaboração de material didático intercultural e bilíngue? O que revela os dados dos três últimos editais publicados pelo PNLD em relação a produção de material didático para a Educação Indígena, garantindo a interculturalidade e o bilinguismo?

Foram realizadas-se as seguintes atividades no decorrer das pesquisas: 1) reuniões com o grupo que integra o “A Arte no contexto Local, Amazônico e Brasileiro: Ensino, Processos de Criação, Fazer Artístico e Práticas Interdisciplinares Tecnológicas Inovadoras”; 2) reunião com o orientador para discussões sobre o objeto de pesquisa; 3) seleção, leitura, fichamento do referencial bibliográfico produzido pelo grupo Observatório das Artes sobre o tema; 4) levantamento de documentos legais que normatizam a atividade do PNLD; 5) Identificação dos três últimos editais publicados pelo PNLD em relação a produção de material didático para a Educação Indígena; 6) Leitura e análise dos dados apontados nos editais do PNLD que contemplam o previsto na legislação para a Educação indígena quanto a elaboração de material didático intercultural e bilíngue; 7) e elaboração dos relatórios parciais e finais de pesquisa.

DADOS E DISCUSSÃO

CONHECENDO O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) trata-se de iniciativa que desempenha um papel crucial no contexto educacional brasileiro, sendo alvo de estudos e análises por diversos pesquisadores. Copatti, Andreis e Zuonazzi (2021) exploram as relações entre Estado, mercado

editorial e os livros didáticos na escola, ressaltando a importância do PNLD nesse contexto. Segundo os autores, o programa estabelece uma conexão entre o Estado e o mercado editorial, influenciando diretamente na seleção e no manuseio dos materiais didáticos.

Ao analisar o PNLD, é crucial considerar não apenas sua função na disponibilização de materiais didáticos, mas também seu papel na construção e disseminação de conhecimento. O programa não apenas fornece livros escolares, mas também influencia diretamente na definição dos conteúdos abordados e na forma como são apresentados aos estudantes. Nesse sentido, o PNLD não é apenas uma iniciativa governamental de distribuição de livros, mas também uma política que molda a educação e a cultura escolar brasileira.

A relação entre o Estado e o mercado editorial no âmbito do PNLD é um ponto de destaque nas análises acadêmicas. O programa atua como um mediador entre esses dois setores, estabelecendo parâmetros para a separação e compartilhamento dos livros didáticos. Essa relação complexa muitas vezes gera debates sobre questões como qualidade, diversidade de conteúdo e interesses comerciais envolvidos na produção e seleção dos materiais didáticos.

Outro aspecto relevante do PNLD é sua influência na formação e práticas dos professores. A escolha dos livros didáticos disponibilizados pelo programa pode impactar diretamente no planejamento de aulas e na abordagem pedagógica dos docentes. Portanto, compreender como os professores interagem com os materiais fornecidos pelo PNLD é fundamental para uma análise abrangente dos efeitos desse programa no contexto educacional.

Além disso, é importante considerar os desafios e limitações do PNLD. Apesar de ser uma iniciativa importante para assegurar a obtenção dos materiais didáticos nas escolas públicas brasileiras, o programa enfrenta questões como atrasos na distribuição, falta de diversidade de

conteúdo e desafios logísticos. Esses aspectos impactam diretamente na eficácia do programa em possibilitar uma educação de excelência e disponível a todos.

O processamento do livro didático e sua posterior publicação pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) constituem um conjunto de etapas complexas e criteriosas, que envolvem desde a seleção de conteúdos até a distribuição final nas escolas. Segundo Freire (1981), a importância do livro didático vai além de seu papel como mero instrumento de transmissão de conhecimento, sendo também um mediador no processo de formação do aluno, influenciando diretamente em sua aprendizagem e desenvolvimento intelectual.

Em concordância com Diez e Horn (2013), a elaboração desses materiais exige rigor metodológico e pedagógico, considerando as diretrizes curriculares nacionais e as especificidades de cada disciplina. Inicialmente, o processo de produção do livro didático demanda uma cuidadosa seleção de conteúdos e abordagens pedagógicas adequadas aos objetivos educacionais estabelecidos. Nesse sentido, Martins (2004) ressalta a importância da leitura crítica na escolha dos materiais a serem utilizados, considerando não apenas a correção baseado em fatos, mas também a relevância dos temas, a clareza na exposição e a adequação às diretrizes curriculares.

Inicialmente, é fundamental destacar a relevância das pesquisas acadêmicas para compreender os aspectos culturais, históricos e pedagógicos que devem permear a produção dos livros didáticos.

Luiz (2022), em sua dissertação de mestrado, analisou as autorias indígenas nos materiais didáticos do PNLD, evidenciando a importância de representações autênticas e inclusivas das diversas culturas presentes no contexto educacional brasileiro.

Ao passo que o livro é idealizado, passa-se à etapa de produção propriamente dita, que abrange a preparação de textos, atividades, ilustrações e demais elementos gráficos. Marcuschi (2008) destaca a proeminência da compreensão dos gêneros textuais e do ajustamento linguístico ao público-alvo como aspectos basilares nesse processo, tendendo garantir a acessibilidade e a efeito comunicativo do material. Após a produção, segue-se a fase de avaliação, na qual especialistas e educadores ponderam criticamente o conteúdo, a estrutura e a qualidade pedagógica do livro, visando avaliar sua adequação aos padrões estabelecidos pelo PNLD. Essa avaliação, conforme Freire (1981), exerce um papel decisivo na seleção dos livros que serão adotados nas escolas, garantindo a oferta de materiais de qualidade e com relevância para o ensino.

Os livros selecionados são publicados e distribuídos pelo PNLD às escolas públicas de todo o país, alcançando milhões de alunos e professores. Esse processo de distribuição, conforme Martins (2004), cumpre um papel essencial na democratização do acesso ao conhecimento, cooperando para diminuir as desigualdades educacionais e promover a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Portanto, o processo de produção e publicação de livros didáticos pelo programa PNLD é uma atividade que requer uma abordagem multidisciplinar, considerando as contribuições da pesquisa acadêmica, a diversidade cultural e étnica brasileira, bem como a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas.

O estudo de Rufino, Senna e Oliveira (2022) destaca a importância do PNLD na abordagem das culturas indígenas por meio do material didático. O programa, vinculado ao Ministério da Educação, desempenha um papel central na distribuição de livros didáticos para escolas públicas, incluindo aquelas que atendem comunidades indígenas. A legislação que o respalda essa produção reconhece a diversidade cultural do país e busca garantir que os materiais didáticos

atendam às especificidades de cada contexto, viabilizando uma educação com foco na inclusão e no respeito. Sobre isso, refletiu-se no tópico a seguir.

A LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA E A ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO INTERCULTURAL E BILÍNGUE

A legislação educacional no Brasil tem passado por transformações significativas para garantir a inclusão e o respeito à diversidade cultural, especialmente no contexto da educação indígena.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 210, reconhece a necessidade de uma educação escolar indígena específica, bilíngue e intercultural, garantindo aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, conforme suas tradições e línguas (MEC, s/d). Essa legislação reflete um avanço na promoção dos direitos educacionais desses povos, reconhecendo a diversidade como um valor a ser preservado e respeitado no ambiente escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, também estabelece diretrizes para a educação indígena, reconhecendo a diversidade étnica e cultural do país e determinando que o ensino ministrado nas escolas indígenas deve respeitar as características específicas de cada comunidade, incluindo suas línguas e tradições (Brasil, 2013). Esse marco legal reforça a importância da interculturalidade e da valorização das identidades dos povos indígenas no contexto educacional brasileiro. Ademais com a nova publicação da LDB em 1996, que estabelece normas para o sistema educacional brasileiro desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, aborda sobre essa questão.

O Art. 32, § 3º, aponta que o Ensino Fundamental deve ser desenvolvido com o uso da língua materna e com processos próprios de aprendizagem. Logo, os Arts. 78 e 79, destaca a indigência de uma

oferta de educação escolar bilíngue e intercultural, com atividades que conduzem a recuperação das memórias históricas, reafirmação do povo indígena a partir de programas de ensino e pesquisa. (Brasil, 2013). Isso significa que as crianças necessitam ser alfabetizadas na língua materna e que, somente a partir do 5º, o ensino pode acontecer por meio das duas línguas.

O Brasil a partir de negociações internacionais tem afirmado o compromisso com os direitos dos povos indígenas à educação. Isso vai além da sua legislação nacional. Dentre esses documentos, destaca-se a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece o direito dos povos indígenas à educação em suas línguas e culturas, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que reitera a importância da preservação das identidades e do conhecimento tradicional dessas comunidades (OIT, 2011).

Souza (2019) aprofunda a discussão ao analisar a legislação específica para a educação escolar indígena intercultural. A autora destaca como essa legislação visa não apenas garantir o acesso à educação, mas também promover o respeito às tradições culturais, incluindo a elaboração de material didático intercultural e bilíngue. Essa abordagem reconhece a importância da língua materna na educação indígena, buscando preservar e fortalecer a identidade cultural dos povos originários.

Pesquisas indicam que normalmente, nas escolas indígenas os estudantes não tem acesso a material didático bilíngue, ou seja, não recebem material didático na língua Akwẽ para seu processo de ensino e aprendizagem, conforme a lei prevê. O material que chegam até eles geralmente vem escrito na língua portuguesa e não tem conteúdos pertinentes aos conhecimentos dos povos indígenas envolvidos. A legislação aponta que o conteúdo deve contemplar a tradição oral, e publicado em versões bilíngues, multilíngues ou em línguas indígenas,

incluindo as variações dialetais da língua portuguesa, conforme a necessidade das comunidades atendidas. (Brasil, 2009; Souza, 2019).

Rufino, Senna e Oliveira (2022) destacam que políticas voltadas para essa área têm buscado promover uma educação que valorize as especificidades culturais e linguísticas dos povos originários. Nesse sentido, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) tem sido um instrumento importante para fomentar a produção de materiais pedagógicos que atendam às demandas das comunidades indígenas.

Luiz (2022) ressalta a importância de considerar as autorias indígenas na elaboração de livros didáticos, evidenciando as culturas, mas também apontando as ausências e desafios presentes nesses materiais. A partir dessas reflexões, é possível compreender a necessidade de uma abordagem intercultural e bilíngue na produção de recursos educacionais destinados às escolas indígenas.

Luiz (2022) aborda os desafios enfrentados na inclusão de autorias indígenas nos livros didáticos do PNLD. Sua pesquisa destaca as lacunas existentes e os desafios enfrentados na representação fiel das culturas indígenas nos materiais didáticos, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e autêntica.

A análise conjunta desses estudos destaca a relevância do PNLD na promoção de uma educação indígena que respeite e valorize as diferentes culturas presentes no Brasil. A legislação específica e as orientações para a elaboração de material didático intercultural e bilíngue demonstram um avanço significativo, embora os desafios persistem. A inclusão de autorias indígenas nos livros didáticos emerge como uma área crucial de aprimoramento, visando uma representação mais autêntica e respeitosa das comunidades indígenas.

DIÁLOGOS ENTRE PNEEI E A BNCC SOBRE O MATERIAL DIDÁTICO INDÍGENA

A discussão sobre a representatividade e a adequação dos materiais didáticos utilizados nas escolas brasileiras, especialmente no que tange às culturas indígenas, tem sido tema de diversos estudos acadêmicos e políticas educacionais. Rufino, Senna e Oliveira destacam a importância de uma abordagem que contemple as perspectivas e saberes das comunidades indígenas (2022).

No contexto do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), implementado pelo Ministério da Educação (MEC), a seleção e produção de materiais didáticos devem dialogar com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa conexão entre o PNLD, a BNCC e a inclusão de conteúdos indígenas é crucial para uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade cultural do país (MEC, 2018).

É fundamental reconhecer que a presença das culturas indígenas nos materiais didáticos vai além de uma mera inclusão simbólica. Rufino, Senna e Oliveira (2022) argumentam que é necessário promover uma abordagem que contemple os saberes tradicionais, as línguas e as práticas culturais das comunidades indígenas de forma autêntica e não estereotipada. Nesse sentido, Luiz (2022) destaca a importância de incluir autorias indígenas na produção desses materiais, garantindo uma representação mais fiel e plural das vivências e conhecimentos das populações originárias. O ideal é que a produção de material didático seja elaborada por professores indígenas, que terão condições de desenvolver a partir da realidade sociocultural e histórica de cada grupo (Muniz, 2017; Souza 2019).

O diálogo entre o PNEEI e a BNCC se faz necessário para assegurar que os materiais didáticos atendam às especificidades e demandas das escolas indígenas, respeitando suas línguas, culturas e formas de organização social (Rufino, Senna e Oliveira, 2022). A BNCC, enquanto

documento orientador para a elaboração dos currículos escolares, deve contemplar as múltiplas formas de conhecimento presentes nas comunidades indígenas, contribuindo para uma educação intercultural e emancipadora (MEC, 2018).

A integração entre o PNEEI e a BNCC constitui um marco relevante para a promoção da diversidade cultural e inclusão nas práticas pedagógicas no Brasil. A BNCC, apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018, estabelece as competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas ao longo da educação básica, promovendo a formação integral dos estudantes. Nesse contexto, o PNEEI assume um papel crucial ao orientar as ações educacionais específicas para os povos indígenas, reconhecendo e valorizando suas culturas (MEC, 2020).

As diretrizes da BNCC e do PNEEI convergem na importância do material didático como instrumento pedagógico fundamental para o desenvolvimento das propostas curriculares. Segundo Copatti, Andreis e Zuanazzi (2021), é essencial compreender as relações entre o Estado, o mercado editorial e os livros didáticos na escola. A escolha adequada de materiais didáticos alinhados às especificidades culturais dos povos indígenas é fundamental para a eficácia das práticas pedagógicas. Ao considerar a elaboração de material didático, destaca-se o PNLD, que, segundo Rufino, Senna e Oliveira (2022), desempenha um papel central na disponibilização de recursos educacionais para as escolas. Os autores ressaltam a importância de compreender como se elabora o livro didático e como seus equivalentes impactam os povos indígenas, destacando a necessidade de materiais que respeitem e valorizem suas identidades culturais. Luiz (2022) destaca a relevância de considerar as culturas, ausências e desafios presentes nesses materiais.

Diante desse panorama, é evidente que a elaboração de material didático alinhado às diretrizes do PNEEI e da BNCC requer um cuidadoso processo de seleção e criação. A consideração das autorias

indígenas, como proposto por Luiz (2022), torna-se fundamental para a construção de materiais que reflitam de maneira fiel a diversidade cultural presente no país. Dessa forma, é possível fortalecer a identidade dos estudantes indígenas e promover uma educação mais inclusiva e contextualizada.

Em síntese, a interseção entre o PNEEI e a BNCC, aliada às discussões sobre o PNLD (MEC,s/d), evidencia a importância de abordagens pedagógicas que respeitem e valorizem as especificidades culturais dos povos indígenas. O papel do material didático nesse contexto é central, sendo necessário um esforço conjunto de autores, editores e gestores educacionais para assegurar que tais materiais contribuam efetivamente para uma educação que promova a diversidade e a inclusão.

O PNLD E A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Para observar se a produção de material didático para a Educação Indígena tem garantido a interculturalidade e o bilinguismo foi necessário realizar o levantamento de dados, a partir dos três últimos Editais do PNLD, publicados em 2020, 2021 e 2022, observando se o programa contempla o exigido nos documentos que regem a educação indígena.

É importante destacar que o Edital de 2020 nº 02/2020 – CGPLI refere-se a chamada de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2022 referente a Educação Infantil. O edital de convocação nº 01/2021 – CGPLI refere-se ao PNLD de 2023 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica. E o edital de convocação nº 01/2022 é a chamamento em relação ao período de 2024-2027 destinado aos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica.

Todos eles propõem as diretrizes para o processo de aquisição de obras didáticas e literárias no âmbito do PNLD. Todos os editais referem-se à convocação de interessados em participar do processo de acordo com o discriminado no edital. A análise foi realizada por meio da leitura e organização dos conteúdos dos editais, buscando identificar os pontos em que as diretrizes e bases da educação nacional são explicitadas e utilizadas como base para a seleção das obras didáticas, literárias e pedagógicas.

Em relação ao Edital PNLD 2020, o documento faz menção às legislações que regem a Educação, destacando a necessidade de uma organização do ensino e aprendizagem de modo que as mesmas sejam cumpridas ao elaborarem o material didático para a educação infantil. A ênfase se dá na formação integral do aluno, no qual deve-se considerar os aspectos físicos, psicológicos, sociais, emocionais e éticos. Destacam ainda, a incidência de valorização da diversidade e da inclusão, com foco na promoção da equidade e do respeito às diferenças.

Observou-se então, que há uma presença de critérios específicos para avaliação das obras que consideram a adequação à realidade sociocultural brasileira e a promoção da cidadania, destacando a necessidade de atender aos princípios éticos, à construção da cidadania e convívio social, com destaque a diversidade cultural, social e histórica (MEC, 2020). Porém, o documento não faz menção à Educação Indígena e nem aos povos indígenas quanto à produção de material didático intercultural e bilíngue para a Educação Infantil.

No Edital PNLD 2021 encontra-se uma ênfase sobre a importância das legislações, diretrizes e normas gerais da educação, como norteadoras da seleção das obras didáticas. Nele há uma menção quanto às necessidades de atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, a partir da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 e valorização das

matrizes culturais no Brasil englobando os povos indígenas de acordo com o previsto na BNCC (MEC, 2021). Mas, não consta nenhum critério para produção de material didático intercultural e bilíngue destinada à Educação Indígena nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Quanto ao Edital PNLD 2022 identificou-se uma consolidação da LDB e da BNCC como bases para a avaliação das obras didáticas, com realce na aprendizagem significativa e na construção do conhecimento pelos alunos, assim como, na valorização da utilização de tecnologias digitais como ferramentas de ensino e aprendizagem. Quanto à observância dos princípios éticos necessários à construção da cidadania social em prol da democracia, há uma descrição sobre os indígenas, mais com o foco na promoção da cultura e história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo.

Todas as coleções devem valorizar cada um desses segmentos sociais em suas tradições, organizações, saberes, valores e formas de participação social (MEC, 2022). Além disso, há uma indicação de que no material da disciplina Arte, conste incentivo a pesquisa, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural material e imaterial de diversas culturas, em especial a brasileira, enfatizando as suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas e contextos. E na disciplina de história, no manual do professor deve ter orientações para a implantação do ensino de história da África, da história e cultura afro-brasileira e das populações indígenas, considerando conhecimentos, conceitos, procedimentos e atitudes.

Ainda, verificou que a avaliação de obras deverá ser realizada com vistas à diversidade de temáticas e contextos sociais, culturais e históricos, o que inclui, por exemplo, as vivências de populações indígenas, africanas, refugiadas, dentre outras (MEC, 2022). Porém, não há nada direcionado à produção de material didático para educação indígena para os povos indígenas em relação aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Portanto, a análise dos três editais do PNLD revela um compromisso crescente com as diretrizes e BNCC. As obras didáticas selecionadas pelo programa devem estar alinhadas aos princípios legislativos que orientam a educação brasileira, contribuindo para a formação integral dos alunos e para o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

É importante, apontar que este levantamento e análise evidencia uma ausência quanto aos critérios para conteúdos referentes aos povos indígenas. Ao analisar os editais verificou-se que não existem critérios específicos para produção de material didático para esse público, objeto deste estudo. É necessário que se pense nesse processo, dando oportunidade para autores indígenas serem protagonistas de textos que abordam a cultura. O que há de publicação nessa linha, são frutos de movimentos locais de alguns povos, que produzem seus materiais didáticos precariamente, a partir das necessidades encontradas nas escolas indígenas e ou de pesquisas mediadas por universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar a intersecção entre o PNEEI, a BNCC e o PNLD, percebemos a complexidade e a importância de alinhar essas políticas educacionais para a construção de um material didático eficaz, inclusivo e culturalmente relevante. Este estudo demonstra a necessidade de uma abordagem holística que considere não apenas as diretrizes gerais para a educação básica, mas também as especificidades da educação indígena.

O PNEEI, ao adotar a perspectiva da educação inclusiva, propõe um olhar particularizado a cada estudante, atendendo suas necessidades específicas. A BNCC, por sua vez, estabelece as competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas ao longo da educação básica, garantindo uma formação integral. No entanto, é na intersecção

dessas políticas que encontramos a oportunidade de integrar a diversidade cultural e étnica brasileira, especialmente no contexto da educação indígena. A presença da educação indígena nas diretrizes da BNCC é um avanço significativo, reconhecendo a importância de valorizar a pluralidade cultural e o respeito à identidade dos povos originários.

No entanto, para que esses princípios se concretizem, é fundamental que o material didático utilizado nas escolas esteja alinhado com tais propósitos. Nesse sentido, o PNLD exerce uma função importante ao propiciar critérios e orientações para a elaboração de materiais didáticos, buscando assegurar a qualidade e a adequação às diferentes realidades educacionais. E por esse motivo precisam avançar quanto a produção de materiais didáticos para a Educação indígena, desenvolvendo editais com essa finalidade, cuja ausência foi identificada por meio dessa pesquisa.

A concepção de material didático para a educação indígena e básica deve transcender a mera adaptação de conteúdo. Deve incorporar a diversidade cultural de forma genuína, promovendo o respeito às tradições, línguas e saberes dos povos indígenas. Além disso, a acessibilidade deve ser priorizada, viabilizando que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, desfrutem de igualdade de oportunidades no processo educacional. É necessário que sejam implementados planos de trabalho para a construção e ou implementação dos editais do PNLD quanto à produção de material didático para a Educação Indígena atendendo a legislação vigente e as necessidades dos povos indígenas para seu processo de escolarização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 16 mai. 2024.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

COPATTI, Carina; ANDREIS, Adriana Maria Andreis; ZUANAZZI, Luzia Cleonir Colla. Olhares ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático: relações entre Estado, Mercado Editorial e os Livros Didáticos na Escola. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 14(27), 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/5795>. Acesso em: 15 dez. de 2023.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DIEZ, C. L. F.; HORN, G. B. *Orientações para elaboração de projetos e monografias*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 18 ed. São Paulo. Autores Associados: Cortez, 1981.

LUIZ, Juliana Rios. *Autorias indígenas nos livros didáticos do PNLD: culturas, ausências e desafios*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Básica) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Educação Básica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo : Parábola Editorial. 2008.

MARTINS, Adriana dos Reis, *et al.* *A Arte no contexto Local, Amazônico e Brasileiro: Ensino, Processos de Criação, Fazer Artístico e Práticas*

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Interdisciplinares Tecnológicas Inovadoras. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (IC), 2023. 10f. Palmas/TO: UFT/Propesq, 2023

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção primeiros passos - 74). MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

MEC. Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD.s/d.

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>.

Acesso em: 17 maio de 2024.

MEC. **Edital de Convocação Nº 02/2020 – CGPLI** - Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2022. Ministério da Educação. Brasília, 2020.

MEC. **Edital de Convocação Nº 01/2021 – CGPLI** - Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2023. Ministério da Educação. Brasília, 2021.

MEC. **Edital de Convocação 01/2022 - CGPLI** - Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos educacionais digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2024-2027. Ministério da Educação. Brasília, 2022.

MEC. **Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI)**. Ministério da Saúde. Publicado em 04/05/2020. Atualizado em 13/09/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/planejamento>. Acesso em: 15 maio de 2024.

MUNIZ, S. de S. **Educação Escolar Indígena no Estado do Tocantins: uma trajetória histórica do curso de capacitação ao curso de formação do Magistério Indígena.** Dissertação - Programa De Pós Graduação Em Letras - Ppgl: Ensino De Língua E Literatura Da Universidade Federal Do Tocantins, Uft, 2017, 144 p.

OIT. **Convenção nº 169** sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

RUFINO, Ângela Maria dos Santos; SENNA, Luiz Antonio Gomes; OLIVEIRA, Igor Soares de. Os Povos Indígenas, o Livro Didático e equivalente. **Revista e-Curriculum.** São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1710-1728, out./dez. 2022.

SOUZA, Raquel Castilho. **A educação escolar indígena intercultural e o ensino das artes: um olhar sobre as práticas da escola Wakõmẽkwa na comunidade Riozinho Kakumhu - povo Xerente - Tocantins.** São Paulo, 2019, 258 f.

UFT. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) Nº 02/2005.** Universidade Federal do Tocantins, abril de 2005.

Capítulo 3

DESBRAVANDO O CERRADO: CONHECENDO AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TOCANTINS

Agnes Lima de Oliveira¹
Suyene Monteiro da Rocha²

RESUMO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei n. 9.985/2000, representa uma das principais estratégias para a preservação ambiental no Brasil. O sistema é dividido em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, cada uma com diferentes categorias e objetivos. As Unidades de Proteção Integral têm como foco a preservação completa de ecossistemas, enquanto as Unidades de Uso Sustentável conciliam a conservação com a exploração sustentável dos recursos naturais. Em relação aos procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, esses se caracterizam como: construção do referencial teórico, pesquisa de campo (coleta de dados) e análise dos dados. Os resultados obtidos com o estudo estabelecem que o Estado do Tocantins, que possui o bioma Cerrado como predominante, possui 50 Unidades de Conservação que buscam a proteção, conservação dos seus recursos biológicos, destas 11 são de proteção integral (estação ecológica, parque, monumento natural) e 39 de uso sustentável (reserva extrativista, reserva particular do patrimônio natural e Área de Proteção Ambiental). A criação de áreas é fundamental para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

Palavras-chave: educação ambiental, unidades de conservação, proteção ambiental

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

¹ Discente do curso Técnico em Controle Ambiental Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, - Campus Palmas. Bolsista PIBIC-EM. E-mail agnesloliveira2007@gmail.com

² Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia – BIONORT/UFAM, Mestre em Ciências do Ambiente-UFT, Professora Adjunta do Curso de Direito, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas/Orientadora, e-mail: suyenerocha@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

As grandes explorações ao meio ambiente, se tornaram foco das discussões internacionais nos anos de 1970, e um alerta de conscientização tanto na esfera social como política para a preservação do meio ambiente e a busca por soluções sustentáveis.

No âmbito governamental brasileiro dentre os muitos reflexos, evidencia-se a edição de leis, criação de instituições de proteção ao meio ambiente, e dentre as diversas normas de tutela ambiental, evidencia-se, nesse estudo, o Sistema Nacional de Unidades de Preservação (SNUC) Lei n. 9.985/2000, que traz uma “nova” figura as reservas ambientais, que são áreas protegidas que visam preservar a biodiversidade e os recursos naturais de uma determinada região. Essas áreas desempenham um papel fundamental na conservação da natureza, na proteção de ecossistemas frágeis e na promoção do desenvolvimento sustentável.

São diversos os tipos estabelecidos na norma, conforme pode se observar na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES	UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL (art. 8º)	Estação Ecológica
		Reserva Biológica
		Parque Nacional
		Monumento Natural
		Refúgio De Vida Silvestre

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

DE CONSERVAÇÃO	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL (art. 14)	Area De Proteção Ambiental
		Area De Relevante Interesse Ecológico
		Floresta Nacional
		Reserva Extrativista
		Reserva De Fauna
		Reserva De Desenvolvimento Sustentável
		Reserva Particular De Patrimônio

Fonte: elaborado pela autora a partir da Lei n. 9.985/2000

Como pode se observar o 1º o Sistema Nacional de Unidades de Conservação está dividido em duas espécies principais: unidade de proteção integral e unidades de uso sustentável. Entretanto, antes de adentrar a cada uma das espécies, é importante compreender que uma unidade de conservação é uma área protegida legalmente, estabelecida com o objetivo de preservar a natureza e seus recursos naturais. Como evidencia Meira, Nascimento e Silva (2018, p. 167) “a instituição de unidades de conservação tem se destacado enquanto uma das principais estratégias para a manutenção dos espaços naturais mediante a crise ambiental oriunda do crescimento do consumo dos recursos ambientais em escala global”.

O SNUC estabelece diversas espécies de unidades de proteção integral, cada uma possui objetivos e características, são elas: Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Monumento Natural e Refúgio de vida silvestre. (Brasil, 2000)

Os Parques Nacionais são áreas protegidas destinadas à preservação de ecossistemas naturais de importância nacional. Servem para a

realização de pesquisas científicas, educação ambiental e turismo sustentável.

Reservas Biológicas são áreas destinadas à preservação da biodiversidade e da integridade dos ecossistemas. Nessas reservas, a exploração econômica é limitada, focando principalmente na proteção e pesquisa científica.

Já as Estações Ecológicas são áreas voltadas para a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância científica. São áreas de proteção integral, onde a presença humana é restrita e o principal objetivo é a pesquisa científica.

Os Monumentos Naturais têm como objetivo preservar a integridade de um elemento natural único, de extrema raridade ou beleza cênica, como, por exemplo, cachoeiras, rochas e cânions. Pode ser constituído de áreas particulares se houver compatibilidade entre o objetivo de conservação da unidade e a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

E por último, temos os Refúgios de Vidas Silvestres tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Ainda na tabela 1 observamos as espécies de unidades de uso sustentável que tente a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. São essas espécies: Área De Proteção Ambiental, Área De Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva De Fauna, Reserva De Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular De Patrimônio.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

As Área De Proteção Ambiental (APA) é uma extensa área natural, com um certo nível de ocupação humana, que garante a proteção e conservação de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população.

As Áreas de Relevantes Interesses Ecológicos (ARIE) é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, protegida por suas características naturais singulares ou por abrigar exemplares raros da fauna e flora de uma região. Como uma unidade de conservação de uso sustentável, a ARIE tem por objetivo preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-las com os objetivos de conservação da natureza.

As Florestas Nacionais (FLONA) é uma área com uma cobertura florestal de espécies nativas com proteção especial do Estado. Seu objetivo básico é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais protegidos cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área.

Já as Reservas de Fauna (REFAU) é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias. Ela é adequada para estudos técnico- científicos que permitirão o aproveitamento econômico e o manejo sustentável dos recursos que podem ser obtidos desses animais.

Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área natural que abriga populações tradicionais que vivem em sistemas de exploração sustentável dos recursos naturais. Ao proteger o uso do

ambiente desenvolvido ao longo de gerações e adaptado às condições ecológicas locais, esta categoria de unidade de conservação de uso sustentável contribui para a proteção da natureza e para a manutenção da diversidade biológica.

E por fim temos as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) são definidas como áreas de propriedade privada que são destinadas à conservação da natureza. Nessas áreas, os proprietários assumem o compromisso de preservar os ecossistemas e a biodiversidade. Sendo as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) áreas com finalidades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, conciliando a preservação ambiental com atividades humanas de baixo impacto. Essas são alguns dos tipos, podendo mudar de acordo o País ou Estado. Ante a previsibilidade normativa.

Numa perspectiva histórica brasileira, “os primeiros parques nacionais brasileiros surgiram apenas na década de 1930, 60 anos depois das propostas de Rebouças: Itatiaia, criado em 1937, Iguaçu e Serra dos Órgãos, criados em 1939”. (Pádua, 1997 apud Manetta, et al. 2016, p. 2)

O Brasil detém uma enorme diversidade biológica e por isso, é chamado de país de megadiversidade. As UCs representam a principal estratégia para proteger toda essa riqueza. Além do Brasil, outros países fazem parte desse grupo como a China, Quênia, África do Sul, Peru, Indonésia, entre outros. E para que um país seja considerado um país megadiverso, é preciso que o país tenha pelo menos 5.000 (cinco mil) plantas endêmicas (ocorre em uma determinada região), ter também ecossistemas marinhos dentro de suas fronteiras.

Evidencia-se que uma das estratégias para alcançar o ODS 15 (Vida Terrestre) é por meio do SNUC, que estabelece categorias de áreas protegidas para conservar a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos naturais.

Como exemplo de uma espécie de planta endêmica o umbuzeiro que é encontrado no nordeste do Brasil, uma região seca com poucas chuvas, e o bioma que prevalece nessa região é a caatinga. Além da caatinga existem outros biomas, mais especificamente, o Brasil tem seis biomas: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa e Cerrado.

- A Amazônia é o maior bioma Brasil, conhecido por sua vasta floresta tropical, rios e biodiversidade. É considerado um dos ecossistemas mais importantes do mundo.
- O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, caracterizado por vegetação de savana, com árvores baixas e arbustos espalhados. É conhecido por sua rica biodiversidade e pela presença de espécies endêmicas.
- A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, caracterizado por uma vegetação seca e espinhosa, adaptada às condições de semiárido. É conhecida pela presença de cactos, arbustos e árvores resistentes à seca.
- A Mata Atlântica é um bioma que se estende ao longo da costa leste do Brasil, abrangendo uma ampla variedade de ecossistemas, incluindo florestas tropicais, manguezais e restingas. É reconhecida por sua alta biodiversidade e é considerada uma das áreas mais ameaçadas do mundo devido à intensa atividade humana.
- O Pantanal é um bioma localizado principalmente no centro-oeste do Brasil, conhecido por ser a maior área alagada contínua do mundo. É caracterizado por uma grande diversidade de fauna e flora, incluindo várias espécies de aves, mamíferos e répteis. O Pantanal é um importante habitat para a vida selvagem e um destino popular para o ecoturismo.
- O Pampa é um bioma que se estende pelo sul do Brasil, Uruguai e Argentina. É caracterizado por vastas planícies herbáceas, com vegetação rasteira e gramíneas. É uma região de clima temperado e importante para a pecuária extensiva.
- O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, caracterizado por vegetação de savana, com árvores baixas e arbustos espalhados. É

conhecido por sua rica biodiversidade e pela presença de espécies endêmicas.

Importante destacar que a gestão do SNUC é feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no caso de unidades federais, e pelos órgãos ambientais estaduais e municipais, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2000).

MÉTODO E MATERIAIS

Os aspectos metodológicos destacados incluem leituras de artigos, pesquisas e práticas de escrita. Esses métodos foram essenciais para o processo de construção do trabalho. As leituras de artigos forneceram uma base para a formação do conhecimento sobre a temática Unidades de conservação no Cerrado Tocantinense, permitindo uma melhor compreensão dos conceitos, tipos e elementos.

As práticas de leitura escrita foram organizadas a partir de um cronograma de reuniões, com datas para entrega e devolutiva do material produzido, o que propiciou uma melhor estrutura de organização e comunicação.

Importante destacar o processo de integração com os demais integrantes do grupo de pesquisa alunos/as e professores na construção do conhecimento e do debate.

A fundamentação teórica se guia pela pesquisa através de uma abordagem bibliográfica, que inclui a leitura e fichamento da legislação, doutrina e artigos publicados em periódicos e meios eletrônicos, bem como outros materiais relacionados ao objeto de estudo "unidades de conservação", "Unidades de conservação no Estado do Tocantins" e "Sistema nacional de unidades de conservação". Na abordagem documental, os objetos de estudo incluem a Constituição Federal de 1988, a Lei n. 9.985/00, que trata do Sistema Nacional de Unidades de

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Conservação da Natureza, além das informações disponíveis no site e em documentos oficiais do Estado do Tocantins relacionados às unidades de conservação. Esses documentos podem ser encontrados em órgãos como a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Naturatins e GESTO.

O estudo buscou ampliar o conhecimento sobre os diferentes tipos de unidades de conservação existentes no Estado do Tocantins.

DADOS E DISCUSSÃO

A análise histórica revela que, no contexto brasileiro, os primeiros parques nacionais surgiram na década de 1930, como o Parque Nacional de Itatiaia (1937), Iguaçu e Serra dos Órgãos (1939). A criação de unidades de conservação tem sido uma estratégia de destaque na preservação dos espaços naturais diante da crise ambiental resultante do aumento do consumo de recursos naturais.(BNDES, s.a.).

Relevante destacar que de acordo com os dados do Painel de Unidades de Conservação (2024), o Brasil possui 2.945 Unidades de Conservação, sendo 927 de proteção integral e 2.018 de uso sustentável, sendo que no bioma Cerrado, existem 384 UCs de uso sustentável e 176 de proteção integral. Considerando que o Cerrado cobre aproximadamente 87% do território do estado do Tocantins, onde há 50 UCs, das quais 39 são de uso sustentável e 11 de proteção integral. No Tocantins, as unidades de conservação podem ser de domínio federal, estadual ou municipal (SEMARH, 2024; SEPLAN, 2024; ICMBio, 2024) . Na tabela 2 pode se observar as UCs de proteção integral.

Tabela 2: UCs de Proteção Integral no Estado do Tocantins

ESTAÇÃO ECOLÓGICA	PARQUE	MONUMENTO NATURAL
----------------------	--------	----------------------

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Serra Geral do Tocantins	Estadual do Cantão	Canyons e corredeiras do Rio Sono
	Estadual do Jalapão	Arvores fossilizadas
	Estadual do Lajeado	Serra de Natividade
	Nacional do Araguaia	
	Municipal das nascentes do Rio Parnaíba	
	Municipal Pouso do meio	

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados SEMARH (2024) SEPLAN (2024) ICMBio (2024)

Como pode se observar na tabela 2 o estado do Tocantins possui 3 tipos de UCs de proteção integral: monumento natural, Parque e Estação Ecológica, sendo o de maior quantitativo a modalidade de parque.

No que se refere a modalidade UCs de Uso Sustentável, o estado possui 39, sendo 01 reserva extrativista, 14 RPPN e 24 APAs, conforme pode se observar na tabela 03

Tabela 3: UCs de Uso Sustentável no Estado do Tocantins

RESERVA EXTRATIVISTA	RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL	AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Extremo norte do Tocantins	Agua bonita	Estadual Nascentes Do Araguaia
		Estadual Foz Do Rio Santa Tereza

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

	Bela Vista	Estadual Ilha Do Bananal / Cantão
	Bico do Javaés	Estadual Lago De Palmas
	Canguçu	Estadual Peixe / Angical
	Canto do Obrieni	Estadual Santa Isabel
	Catedral do Jalapão	Estadual São Salvador Do Tocantins
	Centro de pesquisa espeleológico Aurora	Estadual Serra Do Lajeado
	Natura	Estadual Jalapão
	Fazenda Calixto	Estadual Meandro do Rio Araguaia
	Fazenda Minhehaha	Federal Tabatinga

	Guaíra	Municipal Arara Azul
	Sítio ecológico Monte Santo	Municipal São Félix Do Tocantins
	Morro do Segredo	Municipal Rio Taquari
	Sonhada	Municipal Rio Sono
		Municipal Rio Soninho
		Municipal Fragmento do Córrego Mutuca/ Água Franca
		Municipal Fragmento Nascente córrego Dois Irmãos
		Municipal Fragmento Nascente do córrego Mutuca
		Municipal Pé do Morro
		Municipal Rio Ponte Alta
		Municipal Sapucaia

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

		Municipal Serra do Barro e Lobo Guará
		Municipal Serra do Estrondo

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados SEMARH (2024) SEPLAN (2024) ICMBio (2024)

A criação de Unidades de Conservação é de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, e do patrimônio cultural, proporcionando pesquisas científicas, manejo e educação ambiental na busca pela conservação do meio ambiente.

O bioma preponderante no Estado do Tocantins é o Cerrado, sendo o 2º maior no território brasileiro, ele é portador de uma riqueza imensa, tanto ambiental como cultural, é necessário proteger e conservar! O conhecimento sobre o cerrado e suas Unidades de Conservação é uma ferramenta fundamental! Os biomas conservados contribuem para o desenvolvimento sustentável, garantindo a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) se apresenta como uma ferramenta relevante para a conservação ambiental no Brasil, desempenhando um papel essencial na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais. A divisão entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável permite a gestão dos ecossistemas de acordo com as suas peculiaridades, ao preservar áreas sensíveis e, simultaneamente, promover o uso sustentável dos recursos em outras regiões. A criação de unidades destaca-se como uma resposta ao crescente desafio de manter a integridade ecológica em um contexto de consumo acelerado de recursos naturais.

No contexto específico do Tocantins, onde o bioma Cerrado prevalece, a criação de 50 unidades de conservação, com ênfase tanto na proteção integral quanto no uso sustentável, reflete a importância estratégica dessas áreas para a preservação do bioma. O Cerrado, reconhecido por sua alta biodiversidade e pelo papel vital na manutenção de serviços ecossistêmicos, como a regulação hídrica, exige políticas robustas para sua conservação. As Unidades de Conservação (UCs) são, portanto, instrumentos fundamentais para garantir a preservação desse bioma ameaçado por atividades econômicas, queimadas, desmatamento, agricultura e a pecuária extensiva.

As Unidades de Uso Sustentável, em particular, mostram-se essenciais na conciliação entre a conservação dos recursos e o desenvolvimento econômico de comunidades locais. Ao permitir a exploração controlada dos recursos naturais, essas unidades incentivam práticas sustentáveis que podem ser replicadas em outras áreas. Isso reforça o papel do SNUC não apenas como ferramenta de preservação, mas também como mecanismo de inclusão social e promoção da sustentabilidade econômica.

Assim, o SNUC, especialmente no Tocantins, contribui diretamente para a preservação do Cerrado, um bioma de importância global, e estabelece uma base sólida para práticas de manejo sustentável que beneficiam tanto a biodiversidade quanto as populações humanas. O fortalecimento dessas políticas é mais que necessário ante os desafios ambientais atuais, e o êxito das UCs depende de uma gestão contínua, de investimentos em ciência e educação ambiental e do engajamento da sociedade civil. A preservação do Cerrado e de outros biomas brasileiros é, acima de tudo, uma questão de garantir o futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

ALVES MEIRA, S. LEITE DO NASCIMENTO, M. A.; SILVA, E. V. da. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GEODIVERSIDADE: UMA BREVE DISCUSSÃO.** Terr@ Plural, [S. l.], v. 12, n.2, p. 166-187, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/11120>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BNDES Notícias. Disponível em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Unidades-de-Conservacao-os-diferentes-tipos-e-suas-contribuicoes-para-o-desenvolvimento/#:~:text=No%20Brasil%2C%20embora%20j%C3%A1%20ao,Nacional%20do%20Igua%C3%A7u%20\(1939\)](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Unidades-de-Conservacao-os-diferentes-tipos-e-suas-contribuicoes-para-o-desenvolvimento/#:~:text=No%20Brasil%2C%20embora%20j%C3%A1%20ao,Nacional%20do%20Igua%C3%A7u%20(1939)).

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm . Acesso em: 01 ago. 2024

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. 2024. Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN. Brasília. Disponível em: < <http://www.nmbrppn.com.br/Institucional> >.

MANETTA, Bárbara Romano, BARROSO, Bruna, ARRAIS, Tallicy, NUNES, Thais. **Unidades de Conservação. Engenharias on line.** Vol. 1 n. 2 , 2015 . Disponível em <http://revista.fumec.br/index.php/eol/article/view/2959> Acesso em 20 jul. 2024

PAINEL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi> .Acesso em 29 jun. 2024

TOCANTINS. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH. 2024. Diretoria de Instrumentos e Gestão Ambiental. Sistema

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

de Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins - GESTO. Palmas: SEMARH. Disponível em: <<http://gesto.to.gov.br/>>.

TOCANTINS. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN). Superintendência de Planejamento Governamental. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DGITS). Gerência de Zoneamento Territorial (GZT). Estado do Tocantins - Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental - Tabelas e Mapas Síntese. 4º ed. rev. at. Palmas: SEPLAN/GZT, 2024. NO PRELO.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil, e Edital FAPT/NATURATINS – meio ambiente pesquisa para Unidades de Conservação do Estado do Tocantins.

Capítulo 4

ENSINO E PRÁTICA DO PROJETO: AS METODOLOGIAS DE PROJETO DE ARQUITETURA EM ANÁLISE

Emilly Victória de Jesus Moreira¹
Sarah Afonso Rodovalho²

RESUMO

Existem diversas abordagens para se ensinar o projeto de arquitetura, variando desde os métodos sistemáticos e práticos a crenças de que o projeto não é algo ensinável, dependendo inteiramente da criatividade e intuição do aluno. Diante disso, se vê a necessidade de compreender como a metodologia de projeto de arquitetura tem sido abordada na literatura. Bem como, levantar as principais publicações científicas com foco nas temáticas de metodologia de projeto de arquitetura e ensino de projeto de arquitetura, comparar e analisar os objetos e enfoques dessas publicações e selecionar os principais teóricos utilizados pelos autores. Para isso, foi realizado um meta estudo a partir das etapas de análise propostas por Bardin (1997), com um recorte temporal dos últimos 10 anos para analisar a produção científica recente. Como resultado, percebe-se que houve uma falta de debate significativo sobre o tema nos últimos anos, evidenciando a necessidade de revitalização dessas discussões, a fomentação de novos encontros e seminários, bem como o incentivo à publicação de pesquisas.

Palavras-chave: Metodologia de projeto de arquitetura; prática de projeto de arquitetura; ensino de projeto de arquitetura.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Pibic/CNPQ, Universidade Federal do Tocantins, emilly.victtoria@mail.uft.edu.br.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

2 Doutora em Desenvolvimento Regional, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, sarahrodovalho@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Conforme é debatido por Silva (2006), a arquitetura é um fenômeno complexo e contraditório, que envolve fatores culturais, psicológicos, econômicos, ambientais e está sempre em constante transformação. Logo, o que é considerado como verdade em um contexto pode não ser aplicável em um cenário diferente. "Ciência aplicada, por um lado humana e artística, por outro objetiva e matemática, a arquitetura permanece como um meio de simultânea investigação e criação, o que a difere de outros campos de conhecimento" (Quintanilha, 2013, p. 346).

Silva (2006) cita que a arquitetura, como qualquer fenômeno complexo, permite ser estudada sob diversas perspectivas, assim oferecendo diversas faces ao observador. Dessa mesma maneira funciona o ensino e a prática do projeto de arquitetura, partindo desse pressuposto, no item 3 da Carta Para a Educação dos Arquitetos (UNESCO/UIA, 2011) é aconselhado que diversas metodologias e formas sejam utilizadas durante o ensinamento do saber projetual:

Que os métodos de formação e aprendizagem os arquitetos sejam diversificados, de forma a desenvolver uma riqueza cultural e permitir a flexibilidade no desenvolvimento dos programas de ensino para atender às mudanças nas demandas e nos requisitos do cliente (incluindo métodos de entrega de projeto. dos usuários, da profissão de arquiteto e da indústria da construção, mantendo-se atenção sobre as motivações políticas e financeiras por trás de tais mudanças (UNESCO/UIA, 2011, p. 2).

Em trabalho desenvolvido por Vidigal (2010), se discute a versatilidade do termo metodologia no contexto de projeto de arquitetura. Ele pode ser associado tanto às estratégias que guiam as decisões do arquiteto para resolução de um problema específico, ou seja, a prática, quanto à maneira de pensar a arquitetura e os métodos de ensino relacionados

à disciplina. Além disso, ele também afirma que essas estratégias e forma de pensamento servem como base para a metodologia de ensino do projeto.

De acordo com Kowaltowski et al. (2006), a metodologia de projeto é um meio para conduzir o processo criativo para a obtenção de um resultado desejado. Além disso, ela possui o propósito de auxiliar os projetistas na resolução de problemas cada vez maiores, fornecendo orientação e compreensão. Assim, ajudando na simplificação desse processo.

Mahfuz (2009) explica que, a base do ensino do projeto arquitetônico é a criação e proposição de exercícios, cuja realização permitirá ao aluno desenvolver a capacidade de projetar. Também, em se tratando do assunto, Schussler (2021) afirma que atualmente a metodologia tradicional empregada no ensino da disciplina de projeto de arquitetura acontece por meio da proposta de problemas específicos, onde os alunos deverão resolvê-las com a orientação do professor dentro do ateliê. Desse modo, desenvolvendo suas habilidades para projetar. Em complementação, Silva (1986), descreve o ateliê como um espaço de treinamento onde é exercido os conhecimentos obtidos em outras disciplinas e como um espaço onde se obtêm novos conhecimentos e habilidades.

Vidigal (2010) explica que de forma generalizada, as disciplinas práticas dentro do curso de arquitetura e urbanismo passou a ter como objetivo desenvolver nos estudantes a capacidade de criar, junto é citado que a metodologia utilizada se baseia na elaboração de projetos, que tem como característica representar as atividades comuns de um profissional de arquitetura que exerce a profissão em um escritório. “Essa crença padece de um vício de origem: em um escritório todos os que projetam já concluíram sua formação básica e estão legalmente habilitados a praticar a profissão” (Mahfuz, 2009, p. 1). Quintanilha (2013) pontua que os processos que cercam o projeto de

arquitetura são cercados de interpretações, discussões e subjetividades. Por esse motivo, a observação feita por Afonso (2013) de que em um primeiro momento, é necessário que o aluno trabalhe com alguns critérios, princípios e valores que norteiam o processo projetual, se faz importante. Nessa linha de pensamento, Mahfuz (2004) explica que os professores de áreas que requerem de alguma forma pensamento criativo, necessitam saber transmitir de maneira ampla e objetiva uma compreensão sobre a disciplina, pois sem isso não será possível que ocorra a aprendizagem. Assim, Mahfuz (2004) pontua que por isso muitas das vezes, o ensino se confunde com a prática.

“A tarefa projetual não deve basear-se unicamente em atitudes arbitrárias ou descomprometidas, de caráter meramente intuitivo ou desvinculadas do contexto lógico onde inevitavelmente se insere o problema a ser resolvido” (Silva, 2006, p. 71). Como exemplo para essa afirmação, Silva (2006) explica que é por esse motivo que consciente ou inconscientemente, o projetista utiliza diretrizes e princípios que possam norteá-lo durante o processo de projeto, exemplo esse que reforça o pensamento de Kowaltowski et al. (2006) citado anteriormente.

Além de tudo, Afonso (2017) afirma que dessa forma os alunos desconhecem o significado e a importância de conhecer os conceitos que são fundamentais para a discussão arquitetônica e a relação que eles têm com a prática dentro do ateliê. Silva (2006) pontua que é sensato afirmar que uma abordagem metodológica correta será, necessariamente, precedida de uma abordagem teórica, que esclarecerá tanto o campo de aplicação quanto a matéria-prima do processo envolvido.

Em relação a essa discussão, Mahfuz (2009) afirma que o propósito da teoria é sempre promover um entendimento mais profundo e enriquecer a capacidade de análise e criação. Além de promover a compreensão de forma estruturada a complexidade da realidade. Nessa linha de pensamento Kowaltowski et al. (2006), considera o processo de projeto

como um conjunto de atividades intelectuais básicas, organizadas em etapas com características e resultados diferentes.

Ademais, Rufinoni (2002) afirma que o ensino de projeto deve possibilitar o desenvolvimento dos saberes específicos de outras disciplinas, ao mesmo tempo que o conhecimento projetual também será uma ferramenta para a compreensão delas. Nessa mesma linha de pensamento, Mahfuz (2009), afirma que na maioria das vezes existe uma desconexão das demais disciplinas do curso com a área do projeto de arquitetura, resultando no aumento de dificuldades no aprendizado.

Dessa maneira, a afirmação feita por Mahfuz (2004), de que em um momento em que, aparentemente, tudo é permitido, é necessário adotar um olhar introspectivo para compreender a essência da disciplina e que só assim será possível praticar e ensinar uma arquitetura autêntica, que mantenha seu papel social e cultural, se faz verdadeira. Diante disso se vê a necessidade de compreender como a metodologia de projeto de arquitetura tem sido abordada na literatura. Bem como, levantar as principais publicações científicas com foco nas temáticas de metodologia de projeto de arquitetura e ensino de projeto de arquitetura, comparar e analisar os objetos e enfoques dessas publicações e selecionar os principais teóricos utilizados pelos autores, compreendendo o estado da arte.

MÉTODO E MATERIAIS

Inicialmente foi realizado um nivelamento metodológico, onde ocorreram fichamentos e discussões dos textos: Adoção do Partido na Arquitetura (Neves, 1988); Uma introdução ao projeto arquitetônico (Silva, 2006); Reflexões sobre a construção da forma pertinente (Mahfuz, 2004). Assim, entendendo o que se tem debatido atualmente a respeito dessa temática será feito um meta estudo de caráter exploratório com o intuito de analisar a produção científica, utilizando um visão teórico-

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

analítica. Ademais, foi feito um recorte temporal com o intuito de analisar a produção científica apenas dos últimos 10 anos (2004-2024). De acordo com Zhao (1991), meta estudo é uma forma de se estudar por meio das fontes secundárias, ou seja, através de outros estudos. Abrangendo não apenas a descrição do “que é”, mas também a reflexão do “do que deveria ser”. Além disso, o estudo foi realizado por meio das etapas de análises de conteúdo propostas por Bardin (1977), sendo elas respectivamente a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

DADOS E DISCUSSÃO

A pré-análise é a etapa em que acontece a sistematização das ideias iniciais e a seleção dos materiais a serem explorados. Ou seja, a seleção desses materiais se deu através da busca por artigos científicos que abordassem as palavras chaves “metodologia de projeto de arquitetura”, “prática de projeto de arquitetura” e “ensino de projeto de arquitetura” nos anais de congresso, artigos em periódicos (Revista PARC3, Cadernos PROARQ, Revista Projetar e Revista Ambiente Construído), e nos bancos de dados do periódico CAPES, Web of Science e Scielo. 3Revista Pesquisa em Arquitetura e Construção

No primeiro momento, o da pré-análise, a busca se iniciou no periódico CAPES, que teve como resultado para as três palavras chaves 31 estudos. Já na biblioteca Scielo e Web of Science foram encontrados em cada um apenas 1 resultado, sendo esses repetidos (Tabela 1).

TABELA 1 – Coleta de estudos fase 1

BANCO DE DADOS	PALAVRAS CHAVES	RESULTADOS
Periódico CAPES	Metodologia de Projeto de Arquitetura	1
	Prática de Projeto de Arquitetura	2
	Ensino de Projeto de Arquitetura	28
Web of Science	Metodologia de Projeto de Arquitetura	0
	Prática de Projeto de Arquitetura	0
	Ensino de Projeto de Arquitetura	1
Scielo	Metodologia de Projeto de Arquitetura	0
	Prática de Projeto de Arquitetura	0
	Ensino de Projeto de Arquitetura	1

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Fonte: Resultados da pesquisa

Além disso, foram admitidas algumas variações das palavras chaves na pesquisa, com o objetivo de ampliar a busca e encontrar mais materiais para o estudo. As variações foram “processo de projeto de arquitetura”, “teoria e prática do projeto de arquitetura”, “pesquisa em projeto de arquitetura”. Ademais, foi feita uma busca direto no site dos periódicos escolhidos, sendo eles, a Revista PARC, Cadernos PROARQ, Revista Projetar e Revista Ambiente Construído, onde foi buscado nas edições dos últimos dez anos artigos que contivessem as palavras chaves da pesquisa ou suas variações (Tabela 2).

TABELA 2 – Coleta de dados fase 2	
PERIÓDICOS	RESULTADOS
Ambiente Construído	0
Cadernos PROARQ	7
Revista PROJETER	16
PARC	3

Fonte: Resultados da pesquisa

A busca geral dos dados resultou em 59 artigos, sendo que desses 6 são repetidos, totalizando em 53 trabalhos e a partir disso, foi feito a leitura dos títulos e resumos, gerando um novo resultado para a quantidade de materiais coletado, sendo esse o de 17 trabalhos para serem analisados individualmente e lidos na íntegra, assim se cumprindo a segunda etapa de análise de Bardin, a da exploração do material, que se resume na leitura completa dos estudos levantados para desse modo chegarmos no tratamento dos resultados. Como explicado por Bardin (1977), essa etapa possibilita criar quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que resumem e destacam as informações derivadas das etapas anteriores.

Durante a exploração do material, foram levantados alguns pontos para análise nas publicações, como o periódico onde os trabalhos

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

estavam, identificação dos autores, as instituições às quais são membros, o ano de publicação, os autores referências que foram citados nos estudos e a abordagem metodológica utilizada no trabalho, assim nos ajudando a atingir o objetivo da pesquisa.

Dos 17 trabalhos selecionados para a pesquisa, 10 estavam publicados na Revista PROJETAR, uma vez que este periódico tem como principal objetivo disseminar a produção científica e técnica relacionada ao projeto arquitetônico, projeto urbano e percepção do ambiente, incentivando a reflexão crítica sobre o processo de projeto e suas diversas dimensões.

Outro aspecto analisado refere-se aos autores dos estudos. Devido ao baixo número de trabalhos selecionados, não foi possível identificar um número significativo de autores que publicam frequentemente sobre o tema. Os autores mais recorrentes foram Paulo Afonso Rheingantz e Julia Coelho Kotchetkoff, que possuem a mesma periodicidade em suas publicações. Os demais autores, por sua vez, contribuíram apenas uma vez nos artigos pesquisados (Tabela 3).

TABELA 3 – Principais autores

AUTORES	FREQUÊNCIA
Paulo Afonso Rheingantz	2
Julia Coelho Kotchetkoff	2
Demais autores*	1

*Representa os autores com frequência única

Fonte: Resultados da pesquisa

A partir disso, foi possível identificar as instituições onde esses pesquisadores atuam. Os dois autores recorrentes estão entre as três principais instituições com maior número de autores afiliados nos trabalhos analisados, sendo elas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Embora a quantidade de estudos selecionados seja limitada, há uma grande variedade de instituições representadas. Isso ocorre porque, entre os 17 artigos

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

selecionados, 13 possuem mais de um autor, enquanto os outros 4 são de autoria única (Tabela 4).

TABELA 4 - Instituições

INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
Universidade de São Paulo (USP)	4
Universidade Federal de São Paulo (UFSP)	4
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	3
Universidade de Brasília (UNB)	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	3
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	3
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	2
Demais instituições*	5

*Representa as instituições com frequência única

Fonte: Resultados da pesquisa

Para a realização da pesquisa, foi feito um recorte temporal focado na produção científica dos últimos 10 anos (2004-2024). Assim, observou-se que houve uma publicação em 2004, enquanto nos períodos de 2005 a 2012 e de 2022 a 2024 não foram identificados estudos publicados dentro dos selecionados para a pesquisa. No entanto, entre 2015 e 2021, houve pelo menos uma publicação por ano, com alguns anos registrando mais de um trabalho publicado (Tabela 5).

TABELA 5 – Anos das Publicação

ANO	FREQUÊNCIA
2015	2
2016	2
2017	2
2019	3
2021	1
Demais anos*	1

*Representa os anos com a frequência única por ano.

Fonte: Resultados da pesquisa

Além disso, foi realizada uma análise acerca de quais são as abordagens metodológicas empregadas nos trabalhos selecionados. Assim permitindo a identificação das tipologias de pesquisa adotadas

dentro do tema investigado, contribuindo para uma compreensão mais abrangente de como essa temática tem sido explorada no meio acadêmico. Essa investigação auxilia na identificação das tendências e lacunas na pesquisa sobre o tema, enriquecendo o panorama acadêmico e orientando futuras investigações.

Dessa forma, foi analisada a frequência das diferentes tipologias de pesquisa adotadas pelos pesquisadores, conforme apresentado na Tabela 6. Nela é possível observar que dos 17 estudos selecionados para a pesquisa 8 utilizaram a abordagem exploratória, sendo dentro delas 7 estudos de caso, no qual tinham como objetivo explorar diferentes metodologias para o ensino do projeto de arquitetura, bem como relatar as experiências sobre o ensino e a prática do projeto de arquitetura. Os demais trabalhos estão classificados em pesquisa descritiva, explicativa, mista (descritiva e explicativa), como pode ser observado na Tabela 6.

TABELA 6 – Tipos de metodologia

TIPOS DE METODOLOGIA	FREQUÊNCIA
Pesquisa Exploratória	8
Pesquisa Descritiva	3
Pesquisa Explicativa	3
Pesquisa Mista	3

Fonte: Resultados da pesquisa

Os estudos de caráter explicativo, em geral, visam contextualizar como a metodologia, o ensino e a prática do projeto de arquitetura se relacionam com as contínuas transformações dos movimentos culturais.

Abordando a respeito crise de metodologias na contemporaneidade e apresentando algumas metodologias como, metodologias ativas que tem como objetivo alcançar uma aprendizagem ativa e a importância da aproximação da cidade com a academia, assim trabalhos realizados

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

dentro do curso terão maior proximidade com o real. Já os trabalhos que utilizam a pesquisa descritiva oferecem uma visão sobre a posição do projeto de arquitetura dentro do cenário acadêmico, propondo que ele seja cada vez mais abordado em pesquisas.

Para complementar, foi investigado o conjunto de autores que servem como referência nas pesquisas selecionadas, com o objetivo de identificar quais são os mais citados e, assim, traçar um panorama que permite compreender melhor as bases acadêmicas que orientam a área de estudo. Além disso, foi considerado o período de publicação dessas referências, evidenciando a necessidade de atualização das fontes, à medida que novos paradigmas e metodologias emergem no campo acadêmico, refletindo as constantes transformações no ensino do projeto de arquitetura.

Os resultados obtidos foram sintetizados na Tabela 7, que destaca a frequência com que os autores foram citados nos artigos selecionados. Vale ressaltar que, em alguns casos, um mesmo autor teve vários de seus trabalhos citados dentro de um único artigo. Essa observação é crucial para entender a relevância e a influência de determinados autores no campo de estudo analisado, demonstrando a consistência com que suas ideias têm sido aplicadas em múltiplos contextos. Diversos outros autores com pesquisas relevantes na área foram citados, porém, não com a mesma frequência que aqueles destacados na tabela.

TABELA 7 – Autores referências

PESQUISADORES CITADOS	TRABALHOS CITADOS*	FREQUÊNCIA
Edson Mahfuz	5	4
Paulo Afonso Rheigantz	8	3
Bryan Lawson	2	3
Donald A. Schön	1	3
Maísa Veloso	4	3
Elvan Silva	2	2
Helion Piñon	1	2

*Representa a quantidade de estudos diferentes dos autores foram citados nos trabalhos Selecionados Fonte: Resultados da pesquisa

Além disso, é importante destacar que os trabalhos desses autores foram publicados desde a década de 1980 até 2015. Esse período corresponde a uma fase de intenso debate acadêmico sobre o tema, impulsionado por eventos como o Encontro sobre Ensino de Projeto Arquitetônico e o Seminário PROJETAR, sendo que três dos autores frequentemente citados estão vinculados a instituições que organizam esses eventos.

Por fim, observou-se um amplo debate por parte dos autores sobre uso de referências projetuais dentro do ensino do projeto de arquitetura, abrangendo a conceituação do que é referências e como elas podem auxiliar no ensino se interpretadas e aplicadas de maneira correta, pois é uma maneira de se extrair conhecimento a partir de obras arquitetônicas, assimilando novas perspectivas e contribuindo para o avanço da prática arquitetônica. Rheingantz, Cunha e Kbres (2016), trazem também em seus trabalhos um debate sobre os conceitos de originalidade, criatividade e inovação. Termos esses que se fazem presente quando se discute o projeto de arquitetura.

Eles ressaltam que muitas das vezes originalidade, criatividade e inovação são interpretadas de maneiras equivocadas no ensino e assim passam a receber uma super valorização na área. A originalidade é vista como algo incomum, mas para os autores ela se trata da exploração de novos aspectos e ideias, criando novas perspectivas e compreensões. A criatividade ultrapassa a interpretação da inspiração sem base e ideias geniais, sendo entendida como um fenômeno coletivo e material. Já a inovação é entendida como a diversificação de modos ou ações.

Ademais, também é destacado nos estudos analisados a falta de transdisciplinaridade, apontando a necessidade de uma integração de saberes no ensino de projeto de arquitetura dentro dos ateliêres, já que esse é o espaço onde deveria existir a unificação de ensinamentos do

curso para o desenvolvimento do projeto, pois como é dito em um dos estudos selecionados, escrito por Rheingantz; Cunha; Kbres (2016), a falta de ligação entre disciplinas faz com que esses aprendizados se percam ao longo do curso, pela falta de aplicação dos mesmos ao longo dos cinco anos.

Por fim, os trabalhos destacam a ausência de uma teoria específica do projeto de arquitetura que não se confunda com a sua prática e ou com a sua história, mencionam a falta da delimitação do que de fato seria essa teoria e a importância que a mesma teria, pois proporciona aos alunos um embasamento para discussão arquitetônica e suas decisões projetuais, indo além do mero querer no processo de projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises apresentadas, pôde-se observar quão pouco tem sido debatido, pesquisado e publicado o tema aqui estudado de maneira direta, isso é evidenciado pelo baixo número de trabalhos selecionados, indicando a necessidade urgente de se incentivar novos estudos e debates sobre o tema. Além disso, nota-se que os estudos de caso são amplamente utilizados como uma das principais metodologias para investigar o ensino de projetos de arquitetura.

É importante destacar como o Encontro sobre Ensino de Projeto Arquitetônico e o Seminário PROJETAR fomentaram um grande fluxo de discussões e produções científicas, o que contribuiu significativamente para o avanço das pesquisas na área. No entanto, a pesquisa revela que, desde então, houve uma diminuição no debate sobre o tema dentro da academia, sugerindo mais uma vez uma necessidade de revitalização dessas discussões.

Ademais, observa-se que o declínio na frequência de debates acadêmicos sobre o tema pode estar limitando o progresso e a inovação no campo do ensino de projeto arquitetônico. A revitalização

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

das discussões, através de novos encontros e seminários, bem como o incentivo à publicação de pesquisas recentes, pode fornecer a plataforma necessária para abordar as lacunas existentes e promover um ambiente mais dinâmico e investigativo. Por fim, a integração de novas metodologias e perspectivas teóricas pode enriquecer o debate e contribuir para a formação de novas diretrizes e abordagens no ensino do projeto de arquitetura.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Alcilia. A Adoção de Uma Metodologia de Ensino Para Projetos Arquitetônicos. *Arquiteturarevista*, vol. 9, n. 2, p.125-134, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2013.9.2.05>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2013. 288 p.

KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornelia Knatz; CELANI, Maria Gabriela Caffarena; MOREIRA, Daniel de Carvalho; PINA, Silva Aparecida Mikami G.; RUSCHEL, Regina Coelina; SILVA, Vanessa Gomes da; LABAKI, Lucila Chebel; PETRECHE, João Roberto D. Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico. *Ambiente Construído*, v. 6, n. 2, p. 7-19, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3683>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MAHFUZ, Edson. Reflexões sobre a construção da forma pertinente. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 045.02, Vitruvius, fev. 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606>. Acesso em: 12 fev. 2024.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

MAHFUZ, Edson. O ateliê de projeto como mini-escola. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 115.00, Vitruvius, dez. 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.115/1>. Acesso em: 16 out. 2023.

MELO, Dra. Afonso. O Ensino de Projetos Arquitetônicos na Contemporaneidade: Uma Experiência Didática No Nordeste Brasileiro. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 2, n. 1, p. 33-43, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16593>. Acesso em: 12 fev. 2024.

NEVES, L. P. *Adoção do Partido na Arquitetura*. 2. Ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1988.

QUINTANILHA, Rogério Penna. Metodologia de Projeto em Arquitetura: do Objeto ao Sujeito Quintanilha, Rogério Penna. *Colloquium humanarum*, vol. 10, n. especial, p. 346-352, 2013.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; CUNHA, Eduardo Grala da; KREBS, Carlos Monteiro. Ensino de projeto de arquitetura no limiar do século XXI: Desafios frente às dimensões ambiental e tecnológica. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 1, n. 1, p. 12-25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/18367> Acesso em: 14 fev. 2024.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Novos e Velhos Desafios no Ensino de Projeto Arquitetônico Caminhos Para a Formação de Uma Consciência Crítica. *Sinergia*, v. 3 n. 1, 2002. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/sinergia/issue/view/42> Acesso em: 14 fev. 2024.

SCHUSSLER, Karina Rossana Menezes. Teoria e Prática no Ensino de Projeto Fora da Escola de Arquitetura. *Revista Interfaces da Educação*,

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Paranaíba, V. 12, N. 36, p. 599-615, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26514/inter.v12i36.4651> Acesso em: 14 fev. 2024.

SILVA, E. Uma introdução ao projeto arquitetônico. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SILVA, E. Sobre a renovação do conceito de projeto arquitetônico. In: Jorge Czajkowski, Rogério de Castro Oliveira, Edson da Cunha Mahfuz e Alfonso Corona Martinez. Projeto Arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação. 1. Ed. São Paulo, Projeto, 1986. pp. 15-31.

UIA/UNESCO, Carta Para a Educação de Arquitetos. Tradução Luiz Augusto Contier, 2011.

VIDIGAL, Emerson José. ENSINO DE PROJETO ARQUITETÔNICO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DIDÁTICAS NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU/USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ZHAO, Shanyang. Metatheory, Metamethod, Meta-Data-Analysis: What, Why, and How? Sociological Perspectives, Michigan, v. 34, n. 3, p. 377-390, 1991.

FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”

Capítulo 5

VIDA URBANA E CONVIVIALIDADE EM RUAS COMERCIAIS PALMAS/ TO

Tayná Fonseca Lima

Roberto de Almeida Bottura

RESUMO

O comércio e a troca de produtos, são atraídos pelos fluxos já existentes no espaço. São por meios desses fluxos que é possível qualificar e classificar o tipo de comércio presente e posteriormente, a avaliar o impacto desses aspectos na segurança e no usufruto do espaço urbano. A pesquisa tem como abordagem realizar levantamentos e diagnósticos que permite qualificar a diversidade urbana, urbanidade e convivialidade em ruas comerciais de Palmas TO, com intuito de entender as dinâmicas que transferiram para as características atuais presentes nas Avenidas, bem como, aos indivíduos que dispõem a dirigir -se ao local, além de duas considerações sobre a quadra. Ademais, os dados serão coletados por meio de leituras de livros bibliográficos, pesquisas em fontes adequadas, visitas a campo, além de entrevistas com a comunidade para entender como forma arquitectónica. a infraestrutura, a arborização Pode intervir convívio e conforto dos usuários bem como a percepção dos Próprios pesquisadores sobre a quadra em questão. Dessa forma. Conclui SC, a quadra Palmas Brasil Norte e SUL apresenta atratividade para as pessoas por meio da diversidade comercial, tipologia construtiva, a localidade, a convivialidade em diferentes horários e a segurança.

Palavras-chave; Urbanismo, Comércio, Infraestrutura

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, fonseca.tayna@mail.uft.edu.br

Doutor em Arquitetura e Urbanismo, curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, roberto.bottura@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Segundo o Relatório Luz da sociedade civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, analisa a implantação sustentável no país, na qual comunica os métodos e metas que devem melhorar para garantir habitações seguras, transporte adequado, urbanização e sustentabilidade nas cidades, acesso universal a espaços públicos.

O Comércio é a troca de produtos, em que antigamente, as trocas eram feitas por produtos de valor desconhecido onde cada um valorizava seu produto. No contexto atual, o comércio é realizado de forma indireta, como também uma pessoa troca o dinheiro pelo produto que deseja. A invenção do dinheiro contribuiu para a simplificação e promoção do desenvolvimento do comércio.

"As cidades servem de estrutura para os processos que modificam o ambiente construído, elas são uma variável independente na sua própria produção.. atores utilizam e modificam o ambiente construído seguindo práticas diversas muitas vezes conflitantes. O resultado cumulativo dessas estratégias de apropriação do espaço e modificação afetam os atores, facilitando ou restringindo práticas" (FIGUEIREDO, 2012, p.211)

Segundo Vargas (2015), afirma que são os fluxos que atraem o comércio, pois são as atividades de comércio e serviços que estimulam a busca por potenciais consumidores, onde há uma grande presença de atividade haverá oferta. Ademais, a qualidade desses fluxos irá proporcionar um tipo de comércio, ou seja, a renda, a qualidade e a intensidade de pessoas, irá contribuir os tipos de comércio e serviços para cada lugar da cidade.

Assim, com os tipos de comércio definidos pelos lugares surge a preocupação com a urbanidade Conforme, Aguiar (2012). a urbanidade

se tomou um tema central da arquitetura. apresentando em pilares, o primeiro deles a condição de rede que ele assim expressa como a organização global do espaço toma -se por meio das cidades potentes mecanismos capazes de gerar, sustentar e controlar os padrões de movimentos e pessoas, é importante, porém não reproduz a urbanidade. A sobreposição do global e local, que seja um campo ou uma rua, no local a tem a percepção de escala já o global é determinante no modo como o espaço é apropriado pelas pessoas.

Por conseguinte, esse avanço do comércio e apropriação dos espaços traz fatores que contribuem para o medo e a insegurança no espaço da cidade. De acordo com Fávero (2020), como edifícios degradados e devolutos, grafitis e tags", além de ruas com iluminação escassa ou desigual no decorrer do percurso, cantos escuros ou desprovidos de luz, exposições e anúncios sexistas e de F objetificação da mulher, ruas com só com presença masculinas e bares

A pesquisa situa - se na capital do estado do Tocantins, Palmas, criada em 20 de maio de 1989 cuja o estudo foca- se em duas ruas comerciais, Palmas Brasil Norte e Palmas Brasil Sul. Constitui-se em analisar de que forma foi elaborado o comércio, assim como, interfere na interação, no acesso, na segurança da comunidade que desfruta desse espaço, através de levantamentos de dados bibliográficos diagnósticos com mapas-sínteses entrevistas com a comunidade que permitiu um excelente aproveitamento dos materiais.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa tem como estrutura a interpretação com base em livros, artigos, debates e texto já analisados, bem como, a exploração com visita em campo nos dias 16/10/2023 às 16:00, 23/11/2023 às 08:30 da manhã e 11/12/2023 às 16:30 da tarde, para uma análise mais profunda da infraestrutura, fachadas, dinâmica presente, tanto dos usuários, como do comércio. Posteriormente, ao concluirmos os dados dessa

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

primeira parte, iniciou-se as entrevistas em campo, no dia 25/05/2024 em horários distintos com duração de cinco minutos para melhor agregar os dados, com o intuito de abranger um público extenso e dados mais precisos em relação a opinião, o que as tomam mais interessantes e atrativas para ser frequentadas, assim, com bases nos métodos utilizados e das primeiras impressões adquiridas nas visitas em campo, foram montadas as seguintes perguntas dispostas na quadra abaixo para a análise que dados referentes aos usuários que frequentam essas quadras.

Quadro 1 – Perguntas levantadas para a pesquisa

Quadro 1 - Perguntas levantadas para a entrevista
Perguntas para análise de perfil
Nome
Idade
Gênero
Estado Civil
Escolaridade
Cor/raça.
Perguntas para análise da quadra
Qual quadra você mora?
Você costuma vir quantas vezes durante a semana na Palmas Brasil Norte?
Que locais você mais frequenta na Avenida?
Vem de dia e de Noite ou mais de dia ou mais a noite? Qual ou Quais horários costuma frequentar ?
Se sente seguro na avenida?
O que acha da iluminação noturna?
Quais são os pontos positivos da avenida?
O que você falaria para a prefeitura para melhorar na avenida?

Fonte: Autoria própria, 2024

Materiais utilizados:

- * Caderno e caneta
- * Câmera de celular
- * Mapa impresso
- * Trena digital
- * Programa BIM

* Software de Relatórios

DADOS E DISCUSSÃO

As quadras apresentam como principais atrativos os comércios diversificados e as prestadoras de serviços que impulsionam aos espaços, usuários presentes em diferentes horários. Na Palmas Brasil Sul é mais perceptivo a infraestrutura e planejamento no local, com quadras em ambos os lados da Avenida, sendo seus edifícios composto por fachadas sequenciais mais homogêneas, além de um maior número de salas por metro quadrado, na qual destas, apresenta permeabilidade visual, (Exposto na Figura 1. corroborando para regularidade de fluxos de pessoas. Porém, restringe as possibilidades de apropriação do entorno, limitadas apenas as fachadas de frente e fundos, o que contribui para uma maior sensação de segurança por não ter lacunas vazias e escuras, ademais, para quem trabalha no local, a localidade da quadra, é um ponto atrativo, porém, a escassez de linhas de ônibus torna-se um fator a considerar.

Figura 1 - Análise de permeabilidade da Avenida da Palmas Brasil Sul



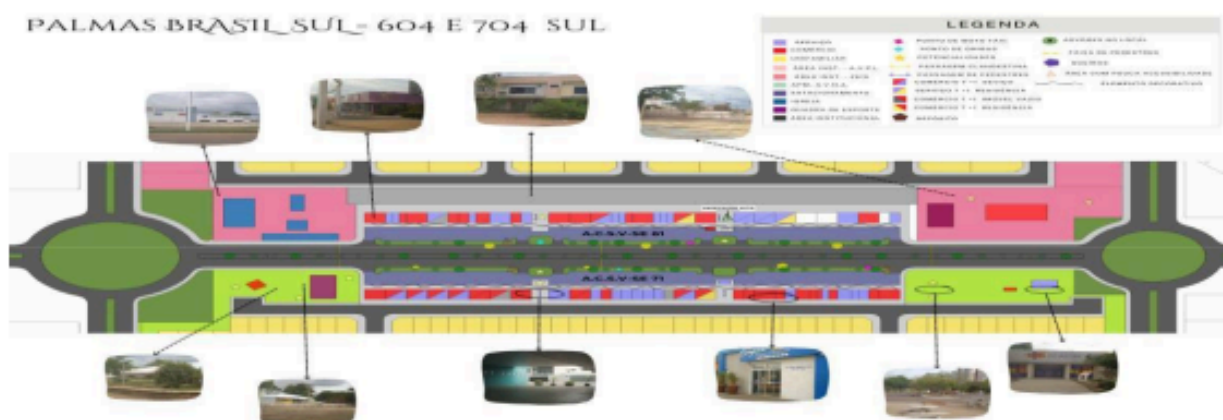
Fonte: Autoria Própria, 2024

Com a análise de dados, A quadra apresenta fachada mais uniformes com permeabilidade visual de 36,19%, na qual contribui para um fluxo

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

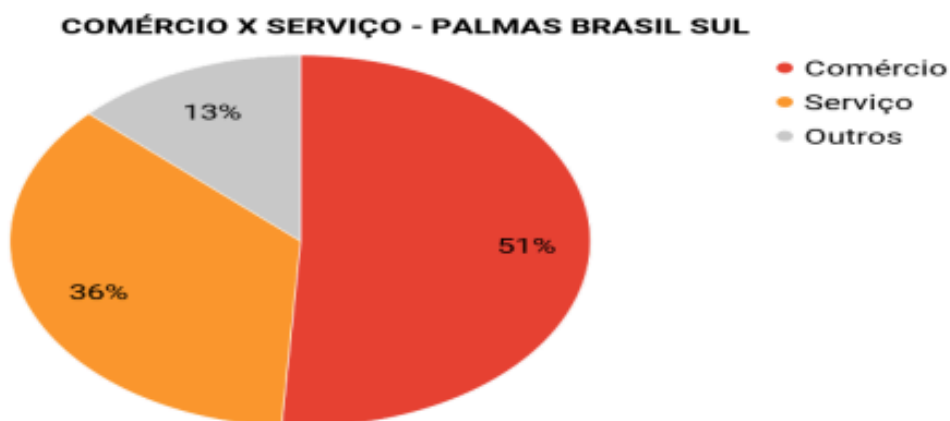
mais intenso de usuários em horários distintos, além disso, a diversidade do comércio se pontuou como um dos principais fatores que levam a essa convivência, exposto na figura 2 e 3, em que é possível observar as caracterizações e a diversidade do comércio atual.

Figura 2 – Levantamento da característica da Avenida Palmas Brasil Sul



Fonte: Autoria própria, 2024

Figura 3 - Análise de comércio e serviço



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na primeira percepção da quadra, é nítida a diversidade de faixas etárias presentes, pois com duas quadras que não são utilizadas, apresentando baixa infraestrutura, há maior diversidade de lanches

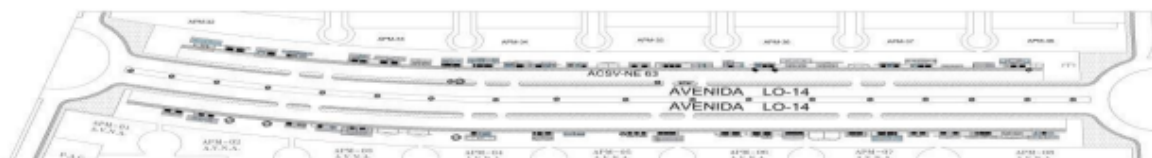
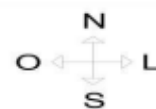
em horários diferentes, entretanto uma das principais sugestão de melhorias foram, a infraestrutura, iluminação, arborização, a retirada do elemento estético, mais conhecido como de "corredor de lagartixa", a implantação de um comércio mais especializados como um bancos e lotéricas, entre outros, a acessibilidade que está quase inexistente, dado que, há rampa a cada cinco ou sete edifícios com inclinação ou infraestrutura inadequada para uma pessoa portadora de alguma deficiência físicas, manutenção dos espaços públicos.

Na Palmas Brasil Norte, é mais notório a diversidade de comércio na quadra Expresso na Figura 5 e 6), ocasionando um fluxo maior de usuários, além da apropriação das calçadas, com marquises, compondo a fachada e recuos laterais com cerca de 6 m, com permeabilidade de 27,84% (Exposto na Figura 4). Todavia, a iluminação escassa em locais que não apresenta convívio à noite, transmite uma sensação de insegurança, principalmente, para mulheres, que usufrui do espaço, seja a trabalho ou lazer, outrossim, a carência de áreas verdes e a ausência de uma vegetação, propaga a sensação de abandono, tornando o espaço menos atrativos e acolhedor, além de que a falta de sombreamento afeta laboriosamente o conforto dos pedestres.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Figura 4 - Análise da permeabilidade visual da Avenida Palmas Brasil Norte

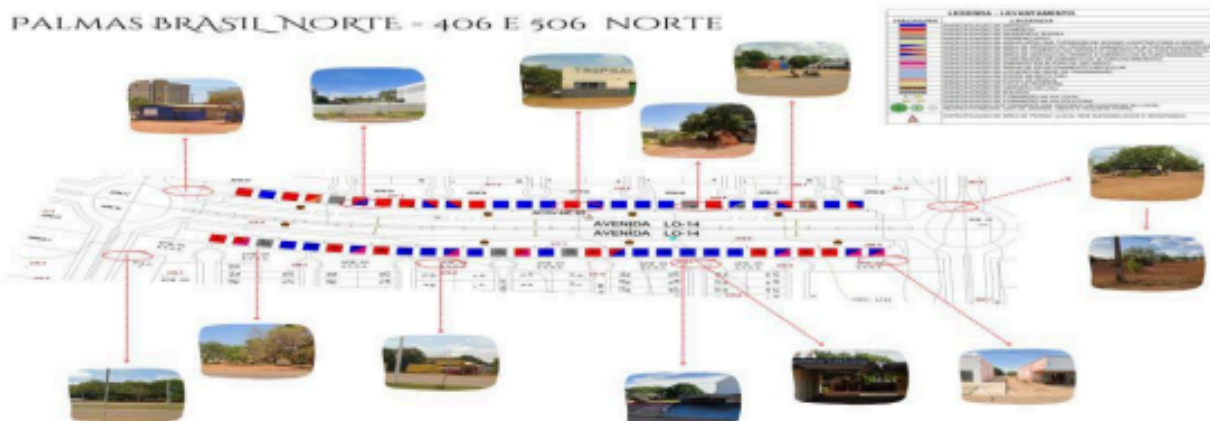
PALMAS BRASIL NORTE



LEGENDA:	
	EDIFÍCIOS
	PORTAS TRANSPARENTE
	PORTAS OPACAS

Fonte Autoria própria, 2024

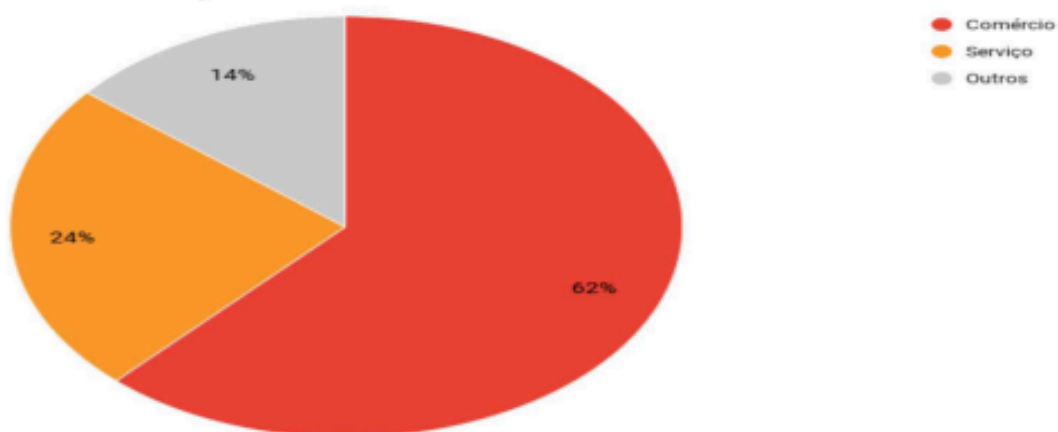
Figura 5 – Levantamento do comércio e serviço na Avenida Palmas Brasil Norte



Fonte: Autoria própria, 2024

Figura 6 - Análise de comércio e serviço

Serviço x Comércio - Palmas Brasil Norte



Fonte: Autoria própria, 2024.

Por conseguinte, nos dados levantados por meio das entrevistas, os usuários abordaram soluções de melhoria para a arborização, infraestrutura, iluminação, serviços mais diversificados em ambos os horários, faixa de pedestre, acessibilidades nas calçadas, ciclovias, mais linhas nos pontos de ônibus pois atualmente só dispõem de uma única frota e mais investimentos no local.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Abaixo foi adicionado tabelas com os resultados das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa para o fechamento dos dados.

Tabela 1 - Arborização e sombreamento



Fonte: Autoria própria, 2024

Com base nos conceitos acima, aproximadamente 56,4 % dos candidatos responderam insuficiente, 15,4% responderam péssima, 12,8% nulo e 15,4% responderam boa.

Tabela 2 - Iluminação noturna

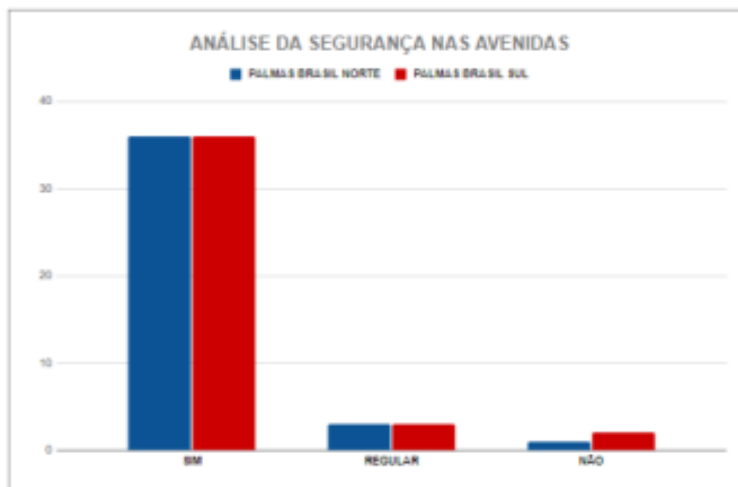


Fonte: Autoria própria, 2024

Com base nos elementos acima sobre a iluminação, aproximadamente 42,5% dos candidatos responderam insuficiente, 7,0% responderam que eram péssimos, 0,5% "nulo" e 50% responderam boa.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

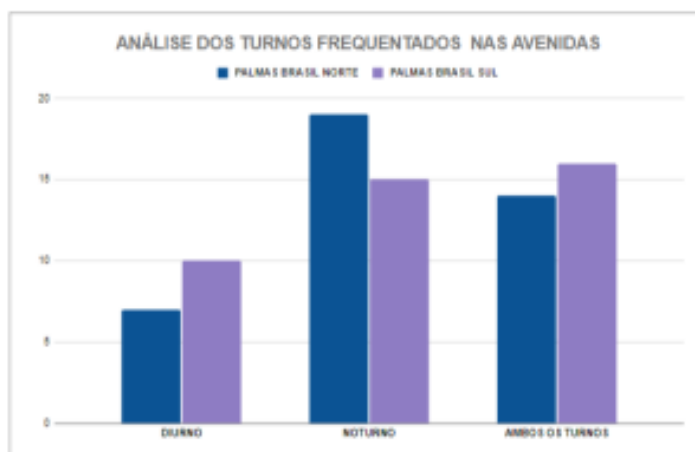
Tabela 3 - Segurança



Fonte: Autoria própria, 2024

Com base no conhecimento acima, aproximadamente 90% dos candidatos responderam sim, 2,5% responderam não e 7,5% responderam regular.

Tabela 4 – Turnos

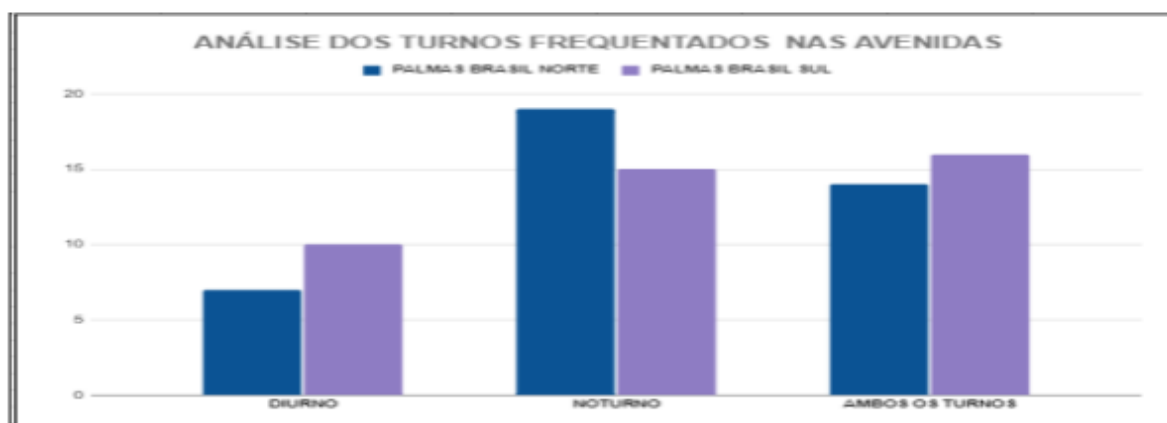


Fonte: Autoria própria, 2024.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Como exemplifica acima, aproximadamente 20% dos candidatos responderam diurno, 48% responderam noturno, 32% responderam em ambos os horários.

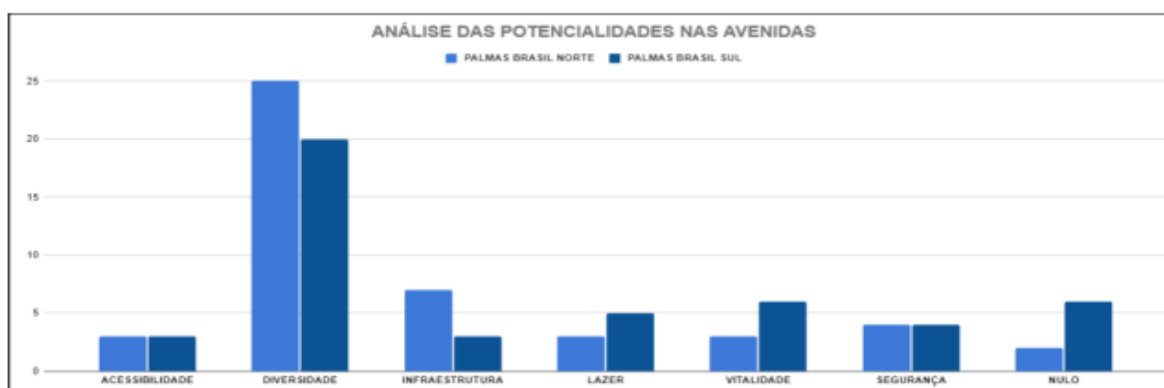
Tabela 5 - Análise de turnos



Fonte: Autoria própria, 2024

Como exemplifica acima, aproximadamente 20% dos candidatos responderam diurno, 48% responderam noturno, 32% responderam em ambos os horários.

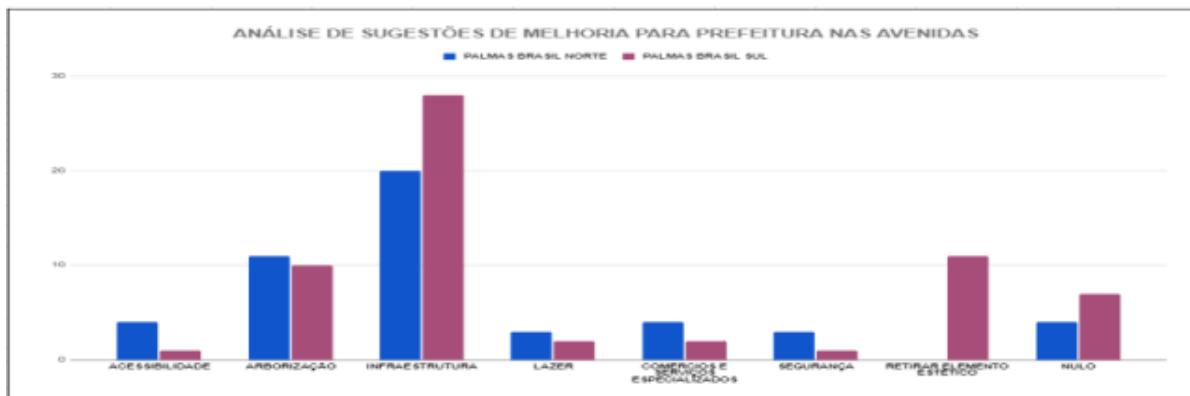
Tabela 6 – Potencialidades



Fonte: Autoria própria, 2024

Com base na análise acima, aproximadamente 10% dos candidatos responderam acessibilidade, 35% responderam diversidade, 20% responderam infraestrutura, 10% responderam lazer e segurança, 15% responderam vitalidade, 10% não souberam responder.

Tabela 7 - Pontos de aperfeiçoamento



Fonte: Autoria própria, 2024

Com base nos dados acima sobre a sugestão de melhoria para a prefeitura, aproximadamente 5,3% pontuaram a acessibilidade e lazer, 21% pontuaram a arborização, 48% pontuaram infraestrutura, 5,0 % comércio e serviços especializados (bancos, lotéricas..), 2,5% pontuaram a segurança, 12% pontuaram a retirada do elemento estético na Palmas Brasil Sul, 6,2% não souberam responder.

Pode-se afirmar que na Palmas Brasil Norte, a maioria dos candidatos declararam ser mulheres, pardas, com faixa etária entre 20 e 50 anos e com Ensino Médio Completo. Em que discorreram como ponto atrativo da quadra, os serviços concedidos, além de ter uma sensação de segurança, com iluminação adequada. Porém, solucionam melhorias na arborização, infraestrutura, serviços mais diversificados, faixa de pedestre, ciclovias, pontos de ônibus e mais investimentos no local.

Por conseguinte, na Palmas Brasil Sul, os entrevistados declararam se mulheres, pardos, acima de 50 anos e com escolaridade predominante, Superior Incompleto, na qual em suas respostas abordaram um aperfeiçoamento na arborização, iluminação, na retirada do elemento arquitetônico sem uso, na adição de faixas de pedestres, acessibilidade e limpeza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento de dados, percebe - se que ambas as quadras requerem mais investimentos dos Órgãos públicos, no que tange a infraestrutura, acessibilidade nas calçadas com instrumentos a pessoas PCD, iluminação em áreas com convivialidade mais escassa, retida no elemento estético, mais cuidados e atenção a áreas verde das quadras para estimular a apropriação desses espaços, adição de ciclovias, faixas de mais pedestre com sinalização e mais linhas de ônibus na localidade.

Dessa forma, a pesquisa consistiu na realização de levantamentos de dados por meio de livros proposto pelo orientador para uma ampliação de conceitos a ser aplicados no decorrer da pesquisa, com visitas em loco para as primeiras percepções de fachadas e permeabilidade visual com o intuito de verificar se ocasionaria no fluxo de usuários bem como entrevistas para qualificar a diversidade urbana, urbanidade e convivialidade nas ruas comerciais de Palmas TO, identificando trechos com maiores fluxos de usos e pessoas, além da qualificação do espaços públicos com intenção de contribuir o "objetivo 11" da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.

Os principais obstáculos enfrentados foram em coletar dados de fontes seguras sobre a história das Avenidas em destaque, consistindo na primeira de análise, além de reunir e compor a organização dos mapas sínteses das fachadas dos dados coletados primeira visita no local, bem como, em interpretar e solucionar as respostas dos usuários na segunda etapa da pesquisa com o intuito de argumentar- las o mais explícito possível.

Sugere que estudos posteriores possam se interessar por essa temática, com a contribuição para novos pontos de vista, bem como

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

contribuir para a área de conhecimento, e incentivar a estudos voltados para os comércios de Palmas-TO, a fim de entender como a forma arquitetônica tem potencial de influenciar os fluxos de usuários.

REFERÊNCIAS

GRUPO PARA SOCIEDADE CIVIL. relatório Luz da sociedade civil agenda 2030: desenvolvimento sustentável no Brasil. Recife: gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/; 2021. 124 p

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL. Agenda 2030: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Pisco de Luz; 2012. 49 p.

HELIANA COMIN VARGAS. A localização comercial não se define por "decreto". São Paulo: <http://www.labcom.fau.usp.br/?p=577>, 2015.5 p.

NATÁLIA FERNADES FÁVERO. A condição das mulheres no espaço público: Territórios de conforto e desconhecido na urbanidade contemporânea. São Paulo: U.porto, 2020. 180 p.

DOUGLAS AGUIAR. Urbanidade e a qualidade da cidade. Rio Grande do Sul: Vitruvius, 2012. 19 p.

FIGUEREDO LUCAS, Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. Rio de Janeiro: Filio digital, 2012. 234 p.

FINANCIAMENTO

""O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq-Brasil"

Capítulo 6

PROCESSOS CRIATIVOS EM TEATRO

MÚSICA DO SOLO

Arthur Paião de Moraes ¹

Heitor Martins Oliveira ²

RESUMO

O teatro musicado se constitui a partir do entendimento, experimentação e conexão de práticas musicais e processos de dramaturgia, visando à construção de narrativas próprias e ao diálogo com diferentes conceitos de fazer musical e teatral. Nesse campo, há um processo de construção de competências práticas a ser desvelado em suas possibilidades e possíveis particularizações conceituais e expressivas. O objetivo é, portanto, compreender a construção de conhecimento em processos criativos de teatro musicado solo universitário, a partir da perspectiva privilegiada de artistas-pesquisadores. O fazer artístico é integrado à metodologia da pesquisa, visando superar a dicotomia entre os saberes corporalizados inerentes às práticas musicais e teatrais e os conhecimentos analíticos acadêmicos. Assim, os pesquisadores vivenciam e refletem simultaneamente sobre o processo criativo. O trabalho prático desenvolvido resultou em um espetáculo de teatro musicado solo de conteúdo auto-ficcional, desenvolvido a partir de um repertório de canções pré-existentes, conectadas por uma narrativa autoral apresentada pelas letras das próprias canções, textos adicionais, movimentos e elementos cênicos, notadamente a iluminação. O trabalho contribui para a compreensão das múltiplas possibilidades de interfaces entre materiais musicais e materiais cênicos na criação teatral. O principal desafio identificado é o desenvolvimento da narrativa cênica, em oposição à simples sucessão de momentos musicais e vocais. Como alternativa para pesquisas futuras, propõe-se a priorização do contexto ficcional ou situacional sobre a escolha de repertório musical, como ponto de partida do processo criativo.

Palavras-chave: Pesquisa Artística; Teatro Musicado; Solo.

¹ Licenciando em Teatro, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, arthur.paiao@mail.uft.edu.br

² Doutor em Música, Curso de Licenciatura em Teatro, Universidade Federal do Tocantins, heitor_oliveira@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa propõe um estudo do processo de criação teatral solo a partir do entendimento, experimentação e conexão de práticas musicais e processos de dramaturgia. Partimos do conceito de teatro musicado e suas implicações, adotando os pressupostos apontados por Mota (2022), que considera os laboratórios universitários como espaço de experimentação de processos criativos teatrais com a música integrada à cena. O autor diferencia esta prática do mundo profissional da ópera e do teatro musical comercial, nos quais a encenação segue repertórios e modelos pré-definidos. O teatro musicado universitário é, portanto, mais aberto à construção de narrativas próprias e ao diálogo com diferentes conceitos de fazer musical e teatral.

Ao considerar as diversas interfaces entre materialidades e concepções musicais e cênicas, é possível afirmar que, de maneira geral, “a interação de aspectos cênicos e musicais faz parte da prática artística tanto da área de Música, quanto de Teatro” (FERNANDINO, 2014). Entretanto, não basta apostar na junção dos elementos sonoros, corporais e espaciais: “Faz-se necessário promover relações expressivas e estruturais a eles vinculadas e o desenvolvimento de capacidades perceptivas, que tornem o executante apto a efetuar processos interativos com propriedade e consciência” (FERNANDINO, 2014). Ou seja, há um processo de construção de competências práticas a ser desvelado em suas possibilidades e potenciais particularidades conceituais e expressivas.

Assim, entendemos que a vivência criativa do teatro musicado exige: “a transformação da sala de ensaio em um espaço-tempo no qual imaginações e materialidades são propostos, testados e alterados. A maior mudança de todas reside na construção de uma sensibilidade multissensorial”, por meio da qual a materialidade sonora dialoga com os movimentos, durações e intenções da atuação e da

encenação (MOTA, 2016). Partindo dessa perspectiva, o processo criativo que integra esta pesquisa de iniciação científica tem direção e encenação colaborativa entre o primeiro autor (pesquisador de iniciação científica) e o segundo autor (orientador), propiciando um desenvolvimento multissensorial e interartístico da cena dentro das variedades e possibilidades do teatro.

MÉTODO E MATERIAIS

Para a temática do processo criativo em teatro musicado solo não permanecer apenas na especulação e/ou teorização decidimos partir para uma pesquisa que compartilhasse da teoria sem deixar a pesquisa prática como optativa ou apenas como uma rasa vivência da teoria. Optamos por integrar o fazer artístico à metodologia da pesquisa para produzir experiências particularizadas dentro da temática e gerar ramificações que enriquecem um projeto que conecta prática, reflexão em diálogo com as referências e escrita.

A proposta parte de algumas reflexões iniciais: No âmbito acadêmico da área de artes, a pesquisa tem que ter obrigatoriamente uma parte teórica? Como a universidade lida com pesquisas práticas? Para esses conflitos e pensamentos, buscamos algumas respostas:

Um dos principais aspectos de nossa cultura é a riqueza das formas artísticas locais e mestiças, expressas por comunidades de diversas matrizes étnicas e culturais. Em sua grande maioria, estas inúmeras formas operam através de tradições orais e corporalidades de conhecimento, validado pela transmissão de geração a geração. A separação entre o pensar e o fazer veio com a colonização europeia e a institucionalização do conhecimento, através da introdução da chamada high art nos conservatórios. Consequentemente, o colonialismo acadêmico – onde o conhecimento é diretamente associado a formas literárias e à observação externa analítica e antropológica – reduziu e marginalizou conhecimentos locais orais e corporalidades a objetos de pesquisa, como salientado por pesquisadores locais. (Scialom e Fernandes, 2022, p. 3).

Assim, Scialom e Fernandes (2022) problematizam a separação entre os conhecimentos corporais inerentes ao fazer artístico e os conhecimentos analíticos atribuídos à academia. Ainda que um projeto de pesquisa no âmbito acadêmico necessite seguir parâmetros já previamente estabelecidos que norteiam e caracterizam uma pesquisa científica, é possível integrar a prática artística à metodologia, de modo a contornar a dicotomia apontada acima.

A ação de pesquisar tem o pressuposto do desejo nítido e determinado do sujeito, com vista em apresentar algo ou buscar uma solução para determinado problema (Pimentel, 2015). Em se tratando da pesquisa sobre Arte ou em Arte, essa iniciativa muitas vezes não surge de uma necessidade externa à pessoa – uma vez que não há um problema preestabelecido a ser resolvido. Em vez disso, surge de uma inquietação interior, que pode ou não estar relacionada a questões sociais. Desta forma, é o próprio artista quem identifica e trabalha em cima de um problema ou conflito, com o objetivo de investigar e encontrar uma solução que faça sentido para seus propósitos. Essa solução não é universal nem atemporal; é subjetiva e sujeita a ser compartilhada e questionada. O artista estabelece os fundamentos, o arcabouço teórico – que pode ser textual ou imagético – com o qual interage, e desenvolve estratégias e caminhos alternativos, construindo, assim, sua própria reflexão teórica.

Nesse sentido, pode-se considerar que a experiência da prática artística é passível de investigação e pode, em seus processos, conter elementos e caminhos que possibilitem tomá-la como índice plausível de criação de metodologia de pesquisa. Para isso, é necessário que esses elementos e caminhos se configurem como potencialidades investigativas e não somente como relatos de experiência. (Pimentel, 2015, p. 90)

Assim, este trabalho apresenta os resultados de um projeto que aborda a prática artística como constituinte do processo de construção de conhecimento e de formação. Para tanto: “A pesquisa

baseada em artes não foca na arte enquanto obra de arte, acabada e estática ou produto, mas sim no entendimento do processo criativo que a gera" (Dias e Barbosa, 2019, p. 44). Portanto, o que se propõe é a investigação de um processo de criação em teatro musicado no contexto universitário, considerando escolhas e contingências, suas implicações e repercussões para a discussão sobre o campo temático e metodológico no qual se insere.

O processo criativo foi desenvolvido no Laboratório de Música e Sonoplastia do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, utilizando os seguintes materiais: espaço físico para trabalho corporal e cênico, um piano para trabalho e prática vocal, bem como acompanhamento das músicas, uma caixa de som, papel, lápis e caneta para cifragem e escrita das referências musicais e cênicas estabelecidas durante o processo. As apresentações dos resultados cênicos do processo criativo foram apresentados no Laboratório de Encenação, valendo-se de infraestrutura simples de iluminação cênica, com suportes móveis e refletores PAR 38 com lâmpadas halógenas dimerizáveis.

Para completar o quadro metodológico da pesquisa, apresentamos os marcos cronológicos do processo criativo. A primeira tarefa foi a escolha do repertório musical pelo primeiro autor, com seleção de músicas variadas, do pop brasileiro e internacional à música tradicional da cultura japonesa (ver Quadro 1).

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Título	Autoria	Fontes
<i>She used to be mine</i>	Sara Bareilles	Musical: <i>Waitress The Musical</i> (traduzida e re-interpretada)
<i>Ar da Sua Graça</i>	Clarice Falcão	Álbum: <i>Truque</i>
<i>Takeda no Komoriuta</i>	Compositor desconhecido	Música de ninar tradicional da cultura japonesa
<i>Bring Him Home</i>	Claude-Michel Schönberg	Musical: <i>Les Misérables</i>
<i>Let the sunshine in</i>	James Rado, Galt MacDermot, Gerome Ragni	Musical: <i>Hair</i>
<i>Earth Song</i>	Michael Jackson	Álbum: <i>HIStory</i>
<i>The Chain</i>	Stevie Nicks, Lindsey Buckingham, Christine McVie, John McVie e Mick Fleetwood	Álbum: <i>Rumours</i> (Fleetwood Mac)

Quadro 1: lista de canções escolhidas para desenvolvimento da parte prática da pesquisa

As canções escolhidas refletem, por um lado, interesses e associações positivas do primeiro autor e, por outro lado, uma problematização de possibilidades dramáticas a partir deste repertório. A partir da escolha de canções baseadas nas preferências pessoais do primeiro autor, o processo criativo foi enquadrado como uma auto-ficção, relacionada ao sub-gênero do musical jukebox, no qual canções já existentes e potencialmente conhecidas pelo público são encadeadas para construção de uma narrativa. O grande desafio da encenação é criar significados para as canções dentro da dramaturgia, montando passagens, picos, tensão e relaxamento.

Como resultado do processo criativo, houve duas versões apresentadas ao público:

Nome da cena/peça	Data	Duração
Esque(SER)	28 de Novembro de 2023 (primeira versão)	16 minutos
PESAR	25 de Junho de 2024 (última versão)	45 minutos

Quadro 2: resultados do processo criativo apresentados ao público.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Conforme as informações apresentadas no Quadro 2, nota-se diferença significativa de duração de cena entre as duas versões, revelando a continuidade do trabalho artístico e de desenvolvimento da dramaturgia, ao longo do período delimitado para a pesquisa. Essa informação já deixa transparecer a relevância da vivência concreta da experimentação artística, ou seja, do processo contínuo dentro da sala/espço de trabalho. Esse trabalho contínuo que permite compreender as necessidades artísticas do trabalho e alimentar as decisões para construção da dramaturgia e dos resultados artísticos.



Figura 1: a) à esquerda, material de divulgação da primeira versão da peça; b) à direita, material de divulgação da segunda versão da peça.

A primeira versão apresentada passou pelo processo de entendimento do repertório musical escolhido e partindo para as experimentações cênicas com o questionamento sobre como sustentar cada canção dentro de uma dramaturgia. Desse primeiro processo nasceu Esque(ser), onde se buscava desenvolver uma narrativa de um artista que havia perdido a memória e, através do jogo estabelecido pelos múltiplos elementos cênicos, seria mostrada a recuperação de suas lembranças. Nessa primeira versão da peça, contamos com a contribuição de Anna Carolyne Pacheco com a escrita e formulação de

texto para a primeira cena; além de contar com a ajuda do professor e coreógrafo Luiz Felipe Souza Pereira (nome artístico: Fê Art) na criação da coreografia da música The Chain. Uma das escolhas para a experimentação da música The Chain em cena era a edição da música por meio de processamentos de áudio, fomentando uma coreografia mais experimental e contemporânea.

O resultado dessa primeira vivência da prática gerou então uma cena de aproximadamente 16 minutos, evidenciando três das canções do repertório pré-definido, The Chain, She Used To Be Mine e Ar da Sua Graça. A cena mesclava texto, música e dança e foi apresentada no evento Sala Aberta do segundo semestre de 2023, mostra semestral do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, onde os estudantes do curso apresentam resultados dos seus trabalhos teóricos e práticos.

Após a apresentação e problematização da primeira versão da peça, a pesquisa prática foi retomada, visando expandir a dramaturgia com as canções que restavam do repertório e resolver as questões identificadas na primeira versão. Foi então que, observando o conteúdo das músicas (letra, melodia, harmonia, ápices e relaxamento), foi adotado um novo enquadramento narrativo, referente às cinco fases do luto: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação 3. Assim, a perda de memória seria associada à negação e o processo de recuperação da memória passaria a estar associado à aceitação de uma perda que o texto da peça eventualmente revela para o público.

A segunda versão apresentada ao público, tomou rumos diferentes quando decidimos nos atentar às críticas e opiniões direcionadas à primeira versão. As escolhas dramatúrgicas obtiveram um olhar mais direto para a temática, buscando um clímax mais efetivo sobre o luto, onde a narrativa da história elencasse simbolismos, passagens, subtextos que falassem diretamente sobre o tema. A segunda versão conta com um texto já modificado e atualizado pelo

primeiro autor; também conta com a criação coreográfica de Luiz Felipe Souza Pereira para a música Earth Song (Michael Jackson), que na versão final é a única música dançada e não cantada.

A versão final apresentada para o público conta com todas as músicas do repertório em cena, sendo deixada de lado apenas a música The Chain, que após a primeira versão entendeu-se que ela não faria sentido para as novas escolhas dramatúrgicas.

3 As cinco fases do luto foram descritas pela psiquiatra suíço-americana Elisabeth Kübler-Ross.

PESAR, o espetáculo pronto, foi apresentado no evento Sala Aberta do primeiro semestre de 2024.

DADOS E DISCUSSÃO

Em Esque(ser), após a primeira partilha com o público, notamos rapidamente alguns questionamentos dentro da dramaturgia: algumas ideias e conceitos adotados no processo de criação ficaram perdidos na própria conceitualização e não chegaram de forma palpável para a plateia. Embora não se pretendesse apresentar a explicação da peça ou um roteiro com os conceitos, notava-se que a narrativa não estava clara. Optamos por elencar meios que ou fechassem a narrativa para que chegasse de forma mais fácil ao público ou colocar elementos cênicos cuja simbologia evidenciasse o tema abordado. Eis então o surgimento de PESAR.

Os dois maiores desafios da criação dessa peça foram a produção/direção musical e a iluminação. A princípio, encaramos que a produção musical deveria estar devidamente alinhada e estruturada para um bom seguimento do processo de criação, afinal, os ensaios passavam pelas músicas cantadas e dançadas. A afinação precisava

estar correta, a coreografia bem memorizada e a conexão entre o músico de acompanhamento e o cantor/ator bem definida. Então, antes de todo o processo completo da criação dramatúrgica, houve a necessidade de estabelecer técnicas e parâmetros dentro do contexto musical para a continuidade do trabalho, como por exemplo a passagem completa de todas as músicas decoradas e bem trabalhadas em todos os encontros.

Entretanto, considerando a prática do teatro musicado como experimentação de um processo criativo teatral em que os elementos musicais integram a construção de uma dramaturgia e proposta cênica própria (Mota, 2022), era necessário ressignificar as canções, de maneira diferente do que já estava posto nos seus respectivos formatos originais (maneirismos, contexto). Assim, nas reflexões a seguir, apresentamos a narrativa, na perspectiva do primeiro autor, de aspectos específicos do processo criativo que se relacionam aos principais desafios mencionados, considerando a relevância dessas discussões pontuais para as questões temáticas e metodológicas da construção de conhecimento em teatro musicado.

A canção *She Used To Be Mine*, por exemplo, integra o musical *Waitress on Broadway*. Na cena original do musical, onde a canção é interpretada por Sara Beirelles, a personagem passa por um momento de reflexão após seu marido rejeitar a sua gravidez e passa a questionar seu papel na sociedade. A canção aborda a crise existencial da personagem, que se sente perdida, sem contato com sua própria essência:

It's not simple to say
Não é fácil dizer
Most days I don't recognize me
Na maioria dos dias eu não me reconheço
That these shoes and this apron
Estes sapatos e este avental

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

That place and its patrons

Este lugar e os clientes
Have taken more than I gave them
Tomaram mais do que eu dei
It's not easy to know
Não é fácil saber
I'm not anything like I used to be
Não pareço nada quem eu costumava ser

Para o desenvolvimento da dramaturgia autoral em nosso processo criativo, enfatizamos a ideia de esquecimento que está presente na letra da canção. *She Used To Be Mine* é a primeira música apresentada no espetáculo. Na encenação da peça elencamos elementos visuais como papéis amassados, cartas, retratos, espelho, livros, baú que criam referências visuais simbólicas ao passado da história daquela personagem e aos elementos citados na canção. A atuação foi construída como uma busca constante em achar-se em meio a essas lembranças físicas que não estão mais presentes na mente. Do ponto de vista da criação de momentos vocais e musicais, a canção possui um ápice que se mostrava como boa opção para abertura para o espetáculo.



Figura 2: cena da canção *She Used To Be Mine*. Fonte: Capturacor.

No que se refere à iluminação, a grande dificuldade foi que uma das escolhas dramatúrgicas era de que uma das personagens seria uma luz (não um ator representando uma luz e sim uma luz literal). E como fazer essa luz falar? passar informações? trazer sentimentos? mudar de forma? As dificuldades foram aparecendo, revelando as limitações da infraestrutura disponível. Não era possível dispor de todo e qualquer recurso cênico em relação à luz, então fizemos tudo e mais um pouco com o que a infraestrutura desse conta.

Toda a luz da versão final criada e apresentada com platéia foi alinhada e definida em proporções técnicas, dentro das possibilidades da infraestrutura atual do Laboratório de Encenação do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins. A luz personagem foi criada pela mescla entre um abajur posicionado em uma mesa e outros dois refletores, um posicionado ao lado do piano e afinado com a direção para o centro da cena e outro posicionado ao fundo, no chão virado para a plateia (afinado como contra-luz). Ao longo das cenas, esses três refletores se alternam, dando a ideia de que a luz se move pelo espaço e de que ela controla a si mesma. Contamos também com dois pedestais colocados em um ângulo a aproximadamente de 45° em cada canto da frente do proscênio, alinhados em direção a cena, criando assim uma luz geral.



Figura 3: Imagem referente a cena da música Bring Him Home. Fonte: Capturacor.

Na narrativa há um momento em que o personagem, por não entender sobre seu passado e estar com a memória confusa, destrói tudo que não fazia sentido para ele. Cenicamente, essa ação é apresentada por meio de uma dança, com uma versão editada da música Earth Song. O personagem rasga papéis, documentos, destrói um colar importante, e no meio dessa destruição a luz personagem acaba sendo destruída simultaneamente. Quando ele percebe o que fez, vem o momento da súplica para que a luz não morra (Figura 3), construído cenicamente a partir da canção Bring Him Home. Porém, mesmo com o clamor através da canção, aquela personagem que o acompanha durante todo o espetáculo morre e com ela todas as luzes do cenário também se vão, valendo-se do efeito cênico de blecaute⁴. A falta de iluminação é usada em muitos espetáculos em 4 Termo teatral usado para se referir à completa ausência de luz na cena. momentos específicos. Nesse caso, o efeito é integrado à narrativa que vinha sendo construída com a luz personagem. Assim, por meio da narrativa cênica, entre atuação e iluminação, a canção é ressignificada, dando novo contexto para sua interpretação e colocação em cena.



Figura 4: cena em que todas as luzes se foram e o que resta é o personagem junto de uma vela. Fonte: Capturacor.

A Figura 4 mostra a cena seguinte. Após a ausência quase total de luz, o personagem acende uma vela e, enquanto canta a canção *Let the sunshine in*, as luzes voltam a aparecer gradativamente para culminar no momento mais luminoso e, dessa forma, conclusivo da peça. Aqui, o ápice vocal e musical da canção também corrobora com essa simbologia de aceitação e conclusão da jornada do personagem. Ao destacar algumas escolhas e cenas resultantes do processo criativo que integra a metodologia desta pesquisa, construímos a discussão de uma abordagem específica à temática do teatro musicado. Nessa abordagem, o processo criativo teatral se constitui como ressignificação de um repertório de canções, a partir da construção de uma narrativa autoficcional costurada pelas letras das canções, pelas sonoridades e momentos musicais e vocais e pelos elementos cênicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolve a temática do teatro musicado a partir de uma metodologia de pesquisa que inclui o fazer artístico. Assim, direciona suas discussões para as particularidades deste processo criativo, contribuindo para a compreensão mais ampla das diversas possibilidades de interfaces entre materialidades musicais, vocais e cênicas em um processo criativo teatral. A particularização se alinha a um entendimento mais amplo dos ambientes universitários como espaço de exploração e ampliação conceitual, geográfica e temática dessas possibilidades, para além do mundo profissional da ópera e do teatro musical comercial que, ademais, estão restritos a determinadas regiões do país.

Em nossa pesquisa, o material musical de canções pré-existentes media tanto o processo criativo quanto o diálogo com o público, na medida em que gera associações que precisam ser compreendidas e ressignificadas para efetividade do processo criativo. A estratégia de construir uma narrativa autoral que visa integrar um repertório de canções díspares alimenta um resultado cênico pulsante e desafiador.

Os desafios concentram-se na dificuldade de dar unidade e condução dramática coerente. Por se tratar de uma experiência de teatro musicado solo, a ausência de interlocutores em cena assomava-se a esta dificuldade principal, a despeito da utilização da iluminação como elemento da narrativa.

Como avaliação final do próprio processo criativo, nota-se que a clareza e o desenvolvimento da narrativa – em oposição à simples sucessão de momentos musicais e vocais – mostra-se como questão artística central a ser desenvolvida em futuras pesquisas. Entende-se que esta questão central tem uma série de implicações para o desenvolvimento da atuação e da integração de elementos cênicos em um processo criativo de teatro musical. Uma possível alternativa seria a seleção inicial de uma temática, contexto ficcional ou situação cênica antes da escolha de repertório. Assim, este enquadramento prévio, poderá dar uma perspectiva distinta para o desenvolvimento do processo.

REFERÊNCIAS

DIAS, Luciana da Costa; BARBOSA, Tamira Mantovani Gomes. Experimental Artaud: sobre a cartografia como metodologia para a pesquisa e investigação artística em artes cênicas. *Diacrítica: Revista de Estudos Humanísticos*. Vol. 33, n.º 1, 2019, p. 42-63. Disponível em:

<<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13511>>. Acesso em: 15 set. 2024.

FERNANDINO, Jussara Rodrigues. A interação cênico-musical nos processos de formação de músicos e atores. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 24, 2014, Anais [...]. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2014, s.n. Disponível em:

https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2014/3080/publi

c/3080-9855-1-PB.pdf.

Acesso em: 15 set. 2024.

MOTA, M. Teatro musicado, roteiro diagramático e seminários interdisciplinares: experiências em pesquisa, ensino e criação no Laboratório de Dramaturgia da Universidade de Brasília. Cena, [S. l.], n. 19, 2016, s.n.. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2236-3254.60710>>. Acesso em: 15 de set. 2024.

MOTA, Marcus. Teatro e música para todos: o Laboratório de Dramaturgia da Universidade de Brasília (1998-2021). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

PIMENTEL, Gouvêa L. Processos artísticos como metodologia de pesquisa. OuvirOuVer, v. 11 n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/OUV16-v11n1a2015-5>. Acesso em: 15 set. 2024.

SCIALOM, M.; FERNANDES, C. Prática artística como pesquisa no Brasil: Algumas reflexões iniciais. Revista de Ciências Humanas, [S. l.], v. 2, n. 22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/14230>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”

Capítulo 7

IMPROVISACÃO, MODELOS DE AÇÃO SONORA E VÍDEO-PARTITURAS

João Carlos Parente Costa ¹

Heitor Martins Oliveira ²

RESUMO

Esta pesquisa explora a temática da improvisação no contexto específico da criação com sonoridades em cena. O objetivo é desenvolver a noção de vídeo-partitura gráfica como dispositivo para organização de improvisações sonoras em propostas cênicas na interface entre música e teatro. A noção de vídeo-partituras gráficas ativa diversas interfaces entre visualidades e experiências de escuta. A metodologia adotada é do tipo pesquisa artística, que insere um processo criativo no desenvolvimento da pesquisa, apostando no seu potencial de construção de conhecimento para além da dicotomia entre prática artística e estudos teóricos. Assim, foram criadas quatro vídeo-partituras gráficas que integram o experimento cênico A Ironia de Aelius, no qual improvisações sonoras se alternam à apresentação de uma narrativa ficcional apocalíptica. O experimento apresenta uma teia complexa de relações entre visualidades (vídeo-partituras gráficas, cenário, instrumentos e objetos cênicos, presença física dos atores) e experiências de escuta (texto, sonoridades geradas pelas improvisações instrumentais e vocais). O dispositivo da vídeo-partitura gráfica contribui para a estruturação das improvisações e para a mediação de sua relação com os conteúdos semânticos da dramaturgia, viabilizando, portanto, a sua inserção de maneira coerente no desenvolvimento da proposta cênica. Esta pesquisa apresenta, portanto, uma particularização das possibilidades da vídeo-partitura gráfica, colocando o dispositivo à prova no desenvolvimento de um sistema de criação com sonoridades em cena e de uma proposta cênica híbrida, que mescla projeção, atuação e musicalidade.

Palavras-chave: Pesquisa Artística; Ação Sonora; Vídeo-partituras Gráficas

1 Graduando em Licenciatura em Teatro, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, carlos.parente@mail.uft.edu.br

2 Doutor em Música, Curso de Licenciatura em Teatro, Universidade Federal do Tocantins, heitor_oliveira@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa explora a temática da improvisação no contexto específico da criação com sonoridades em cena. O objetivo é desenvolver a noção de vídeo-partitura gráfica como dispositivo inserido na metodologia artístico-pedagógica de modelos de ação e interação sonora criada pelo primeiro autor, denominada de SomAção. O campo específico que este sistema aborda é interartístico, abrangendo, para os propósitos deste trabalho, o que denominamos de teatro-música, ou seja, propostas cênicas estruturadas a partir da musicalidade.

Lazzaratto (2012, p. 1) sugere que “os artistas envolvidos na criação teatral [...] utilizam em alguma etapa do processo criativo a Improvisação”. Ela “[...] se presta a qualquer momento do processo” e “cabe aos artistas envolvidos perceberem a sua utilidade a partir de suas necessidades”. Nesse contexto de inevitabilidade da abordagem improvisacional,

[...] a relevância atribuída à improvisação nas escolhas estéticas e nos processos criativos e pedagógicos das artes contemporâneas têm levado à proposição de métodos ou sistemas de exploração/improvisação no aqui-agora, que buscam delimitar diretrizes produtivas e inspiradoras e, ao mesmo tempo, evitar reducionismos. (Oliveira, 2022, p. 5)

Frente a essa tendência de formulação de métodos ou sistemas de improvisação, Lazzaratto (2012, p. 3) observa que “[...] o melhor método para investigar a improvisação não é um método e sim um sistema, um sistema dinâmico que leva em conta as variáveis” incontáveis “[...] proporcionadas por” esse “procedimento que traz em sua essência processos intuitivos”. É nesse contexto que o segundo autor propõe a sua abordagem, que dialoga com as noções mais gerais de improvisação, mas tem como particularidade o estudo e a exploração de sonoridades em cena.

O sistema é denominado SomAção e constitui uma moldura para

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

experimentos criativos colaborativos cujos resultados estéticos transitam entre teatro-música e teatro sonoro. [...] A abordagem contempla, inclusive, a construção de terminologias, ferramentas e molduras para trabalhar conjuntamente com músicos e atores. (Oliveira, 2022, pp. 4-5).

Trata-se, portanto, de um sistema de improvisação estruturada. A formulação de um sistema com essas características demonstra adesão ao entendimento do compositor, regente e educador musical Hans-Joachim Koellreutter sobre a improvisação em música:

Não há nada que precise ser mais planejado do que uma Improvisação. Para improvisar é preciso definir claramente os objetivos que se pretende atingir. É preciso ter um roteiro, e a partir daí trabalhar muito: ensaiar, experimentar, refazer, avaliar, criticar, etc. O resto é vale-tudismo! (Brito, 2001, pp. 45-6)

Logo, aquilo que a abordagem da SomAção busca é uma sistematização bem planejada para a prática improvisacional nos campos do teatro-música e do teatro-sonoro, conforme é fundamentada na

[...] delimitação de modelos de ação e interação sonora. [...] Assim, a proposta não enfatiza o foco em parâmetros sonoros, mas sim na intencionalidade, operacionalidade, concretude, imaginação, significação e narratividade das ações e interações sonoras. Portanto, nesse contexto, a criação/exploração aqui-agora com sonoridades em cena é um processo de ações e interações sonoras. São as ações e interações sonoras, e não os materiais e estruturas sonoras, que articulam poética corporal, experiências de escuta e significações. (Oliveira, 2022, p. 8)

Desenvolvidos em diálogo com conceitos e técnicas de práticas musicais e teatrais, os modelos de ação e interação sonora são eficazes no levantamento de material para a cena, possibilitando o preenchimento temporal e o estabelecimento de quadros sonoros e gestuais. Para o desenvolvimento de resultados cênicos a partir das

explorações deste tipo material, surgiu a necessidade de propor dispositivos que viessem a enquadrar sentidos e costurar dramaturgias. Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a investigar a funcionalidade da vídeo-partitura gráfica como dispositivo para medir a exploração de ações e interações sonoras no processo de criação cênica.

Diversas metodologias e abordagens de improvisação no campo das artes valem-se de dispositivos diversos, inclusive vídeos, como disparadores do processo criativo, a exemplo do protocolo Impermanente Movimento, do Coletivo Medula (Nogueira; Zanatta; Ferreira, 2020, p. 55). No que se refere especificamente à noção de vídeo-partituras gráficas, estas possuem o potencial de colocar em diálogo a materialidade pré-existente do vídeo editado com uma realização sonora e cênica em tempo real. As relações entre improvisação e vídeo-partitura gráfica são potencialmente múltiplas, incluindo seu aspecto visual, sua imediatez e a composição visual e sonora única proporcionada pela concatenação de projeção de vídeo pré-fixado e a performance em tempo real (Puig, 2014, p. 140-143).

O trabalho com vídeo-partituras gráficas coloca em pauta as relações entre visualidades e experiências de escuta. Já há reflexões sobre essas relações no campo da música: “Sem dúvida, em um repertório vocal, a visão cumpre um papel quase tão significativo quanto o da audição. A simples presença de um texto pode servir como estímulo à imaginação visual e essa questão já era evidente desde os madrigais do Renascimento” (Caznok, 2015, pp. 23-24). A autora se refere aos efeitos de pintura verbal na música, por meio dos quais os compositores renascentistas construíam relações entre sentidos semânticos presentes nos textos, linhas melódicas e técnicas contrapondísticas e visualidades imaginadas. Os exemplos mais corriqueiros de pintura verbal na música envolvem linhas melódicas ascendentes ou descendentes para textos que mencionam, respectivamente, movimentos de subida ou descida.

São esses tipos de relações entre visualidade e musicalidade que fundamentam o uso na música contemporânea de outros tipos de

notação, distintas da notação tradicional. Dentre esses tipos de notação, encontra-se a notação gráfica que engloba um grau importante de indeterminação.

Sem dúvida, quanto mais imprecisa for a notação, maior é o trabalho e a responsabilidade do intérprete na criação tanto dos eventos sonoros individualizados quanto de seus encadeamentos e resultantes formais. O compositor, ao optar pela confecção de uma partitura gráfica, conta com o fato de que o intérprete será, obrigatoriamente, um co-autor de sua obra e que ela renascerá sempre de uma forma diferente, a menos que o intérprete prefira preparar e apresentar apenas uma entre as possíveis realizações (Caznok, 2015, p. 62).

Assim, o uso da vídeo-partitura gráfica como parte do sistema de improvisação SomAção, assim como diversas abordagens artísticas contemporâneas, produz resultados estéticos que, de forma inerente, constituem “[...] novas poéticas artísticas, [...] criadas para tematizar, envolver e atingir a multissensorialidade do espectador” (Caznok, 2015, p. 25). Essas poéticas multissensoriais, como explica Caznok (2015, p. 23), “[...] têm um aspecto comum: a demanda da participação de outros sentidos que não o auditivo no momento da fruição musical, especialmente aquele da visão, real ou imaginária”. O uso de vídeo-partituras gráficas em processos de improvisação com sonoridades em cena se caracteriza, portanto, como poética que explora de maneira direta a relação entre experiências de escuta e visualidades como parte de um processo de criação artística.

MÉTODO E MATERIAIS

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa trabalhou com a modalidade de “pesquisa com prática artística na qual esta prática é o eixo e principal metodologia usada” (Scialom; Fernandes, 2022, p. 7). Essa abordagem metodológica “revela uma mistura híbrida de abordagens, oscilando entre prática artística e estudos teóricos” (Scialom; Fernandes, 2022, p. 7), combinando o estudo de referências

bibliográficas sobre pesquisa artística, narrativas de processo e criação, improvisação, modelos de ação e interação sonora, e vídeo-partituras gráficas com o desenvolvimento de um processo criativo autoral.

Segundo Pimentel (2015, p. 3): “[...] a experiência da prática artística é passível de investigação e pode, em seus processos, conter elementos e caminhos que possibilitem tomá-la como índice plausível de criação de metodologia de pesquisa”. Logo, foi necessário elaborar registros intencionais e reflexivos destes processos artísticos, abrangendo seus procedimentos, experimentações, considerando que “a pesquisa em Arte tem como objeto uma ação em que o próprio pesquisador está atuando”, e os resultados obtidos (Pimentel, 2015, p. 3).

A pesquisa foi realizada em três tipos de procedimentos interligados: 1- estudo de referências bibliográficas e artísticas sobre os campos artísticos da improvisação com modelos de ação e interação sonora e da vídeo-partitura gráfica; 2- experimentações práticas de improvisação e processo criativo autoral, com registros intencionais e adaptados ao formato da prática artística da improvisação; 3- reflexão teórica para discutir e relacionar o estudo de referências com a prática artística vivenciada.

O processo criativo foi desenvolvido no Laboratório de Música e Sonoplastia do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins, utilizando os seguintes materiais: espaço físico para trabalho corporal e cênico, instrumentos musicais diversos e dispositivos eletrônicos para elaboração e edição das vídeo-partituras gráficas. O experimento cênico do processo criativo fora apresentado no Laboratório de Práticas Cênicas 2, valendo-se de infraestrutura simples de iluminação cênica, com suportes fixos e refletores PAR 38 com lâmpadas halógenas dimerizáveis, além de caixa de som, projetor, instrumentos musicais e objetos cênicos. Para a realização do experimento, contamos com a colaboração de participantes do projeto de extensão Oficina de Criatividade Sonora, coordenado pelo primeiro autor e com um público de estudantes do Curso de Licenciatura em Teatro.

Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de adotar ferramentas que possibilitaram a criação das vídeo-partituras gráficas. Optou-se por utilizar a Inteligência Artificial Generativa (IAG) associada à edição de vídeo.

DADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados ao longo do processo criativo que integrou a parte prática desta pesquisa foram organizados em três etapas principais: produção de dramaturgia, criação de vídeo-partituras gráficas e experimentação em cena.

A primeira etapa envolveu a escrita de uma narrativa ficcional intitulada *A Ironia de Aelius*, concebida pelo primeiro autor com base em elementos de mangás, isto é, histórias em quadrinhos japonesas, como *Dr. Stone* e *Fate/Zero*.

De *Dr. Stone*, foram extraídos aspectos relacionados à queda da civilização humana e à luta para reconstruir a sociedade a partir de um estágio primitivo. A série serviu como referência para a dinâmica de sobrevivência em um mundo onde a ciência precisa ser redescoberta. Já *Fate/Zero* contribuiu com a ideia de um conflito pela aquisição de um cálice sagrado que, em *A Ironia de Aelius*, tem a capacidade de restaurar milagrosamente o progresso científico perdido. O uso de dilemas morais e o conceito de escolhas que levam à autodestruição também foram extraídos desses dois mangás, servindo para explorar o orgulho, o egoísmo e a brutalidade inerentes à humanidade.

Na segunda etapa, a dramaturgia foi dividida em quatro momentos cênicos distintos, cada um representando um recorte específico da história. Esses momentos inspiraram a criação de uma vídeo-partitura gráfica para cada recorte, utilizando Inteligência Artificial Generativa (IAG), “[...] uma área da inteligência artificial que se dedica em criar soluções, conteúdos e dados novos, a partir de informações armazenadas em grandes bases de dados” (Hessel; Lemes, 2024, p. 1), e edição de vídeo.

O processo de criação por IA generativa envolve várias técnicas e

modelos, permitindo a produção de conteúdos que vão desde textos e imagens até músicas e vídeos (Hessel; Lemes, 2024, p. 1). Assim, foi encontrada nesta ferramenta uma forma de criar vídeo-partituras gráficas. Os vídeos em questão foram produzidos pela Pixverse AI³, uma inteligência artificial de geração de vídeos a partir da engenharia de prompt. Sobre esse modelo de IAG, Hessel e Lemes (2024, p. 7) explicam que:

Um prompt é uma instrução ou entrada fornecida pelo usuário para direcionar a geração de conteúdo por parte do modelo ou serviço de IA. Essa instrução pode variar em complexidade e formato, dependendo da tarefa e do objetivo desejado. Um prompt pode ser tão simples quanto uma única frase ou palavra-chave, ou pode incluir informações mais detalhadas, como contexto, estilo desejado e restrições específicas. Por exemplo, em uma tarefa de geração de texto, um prompt simples pode ser uma frase inicial que serve como ponto de partida para a IA criar uma história ou um parágrafo. Por outro lado, um prompt mais complexo pode incluir detalhes sobre o personagem principal, o cenário e o enredo desejado. Além disso, o prompt também pode conter instruções adicionais, como o tom ou estilo de escrita desejado, bem como quaisquer restrições ou requisitos específicos que devem ser seguidos pelo modelo de IA. (Hessel; Lemes, 2024, p. 7)

Eis um exemplo de instruções fornecidas à Pixverse AI³, que as reconhece em língua inglesa, para gerar uma cena de uma vídeo-partitura gráfica empregada no experimento cênico *A Ironia de Aelius*:

Prompts de entrada	Abstract image of vertical lines moving across the screen, night environment, neon lights traveling at high speed across the screen
Prompts de negação	Screensaver movement, object

Quadro 1: exemplo de prompts escritos

³ Disponível em: <<https://pixverse.ai/>>. Acesso em 14 set. 2024

Enquanto os prompts de entrada definem os elementos que o

idealizador do vídeo – o humano que utiliza a IAG – deseja incluir no conteúdo gerado, os prompts de negação especificam aqueles que ele deseja excluir do resultado final. Sobre a especificidade das instruções, Hessel e Lemes (2024, p. 10) apontam que:

O teor do prompt é crucial, pois guia o processo criativo da IA influenciando diretamente a qualidade e relevância dos produtos gerados. A especificidade do prompt pode afetar significativamente o resultado produzido. Na medida em que o prompt é bem específico, os resultados obtidos são mais precisos e alinhados com as expectativas iniciais. O detalhamento com relação ao contexto, ao nível de informação e até mesmo a definição da área de conhecimento pode fazer a diferença na resposta ofertada pela ferramenta. Um prompt claro pode ajudar a evitar ambiguidades, orientando o modelo de forma mais efetiva para produzir o resultado desejado. Os resultados podem ter um teor original em função de instruções bem definidas. (Hessel; Lemes, 2024, p. 10)

A partir de diversas tentativas, foi possível refinar os prompts e gerar material para as quatro vídeo-partituras gráficas. Os materiais foram posteriormente inseridos em programa de edição de vídeos para encadear, estruturar sequências e atingir a duração desejada para cada momento cênico. Assim, foram geradas as quatro vídeo-partituras gráficas resultantes desta pesquisa ⁴.

⁴ Vídeos disponíveis

em <https://youtube.com/playlist?list=PLPHpzaSk6T_JN16di9ScDPAgcx8UpEYG&si=j_vniPkdIciu-Z5z>, acesso em 15 set. 2024.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Vídeo-partitura 1	Sociedade futurista: luzes neon em linha reta, túneis luminosos, movimento
Vídeo-partitura 2	Sociedade primitiva: fumaça, faíscas, paisagem florestal, fogueira, fogo em rastro, chamas ondulantes
Vídeo-partitura 3	Guerra: dualidade antagônica entre fogo e luzes neon cadentes, explosão, derretimento, cálice de ouro transbordante, sangue, simbiose entre paisagem florestal e urbana
Vídeo-partitura 4	Ciclos: onipresença dos elementos visuais previamente apresentados, repetição, transição em velocidade crescente

Quadro 2: vídeo-partituras gráficas desenvolvidas para o experimento cênico A ironia de Aelius.

Por fim, a terceira etapa envolveu o processo de encenação e apresentação pública do experimento cênico mencionado, que contou com um grupo de cinco atores: um narrador para oralizar a dramaturgia escrita e uma orquestra de quatro improvisadores para criar sonoridades em cena com instrumentos diversos e modelos de ação e interação sonora.

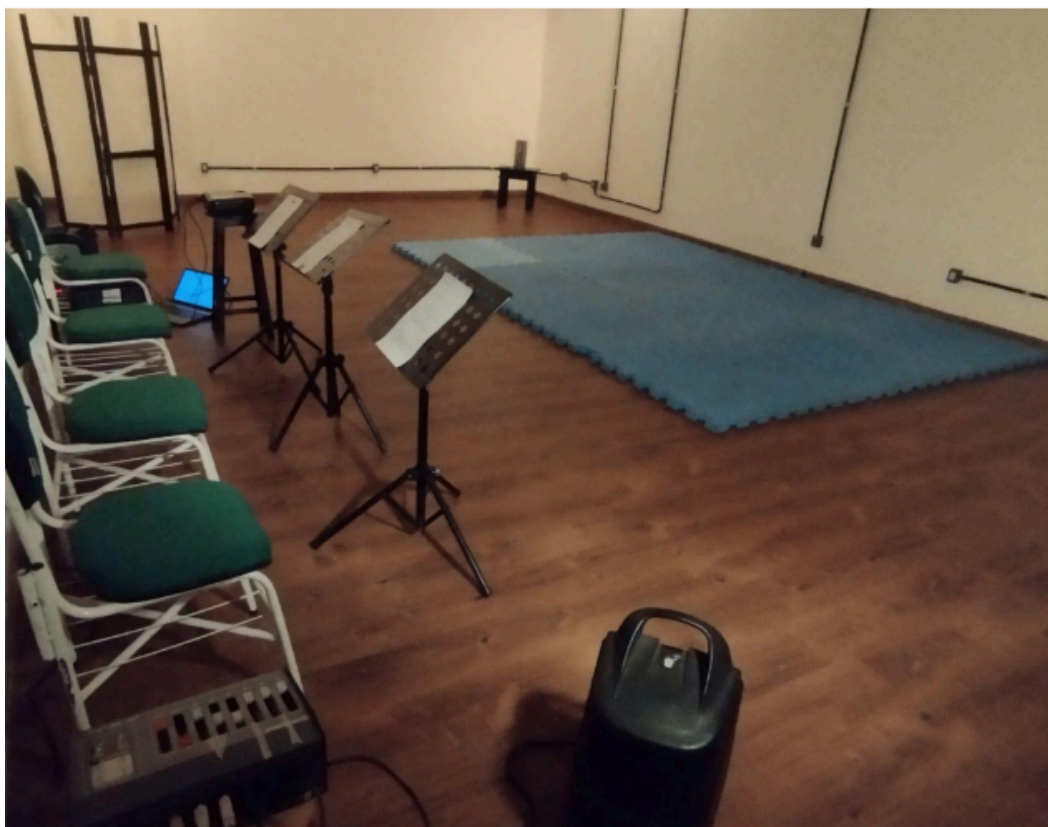


Figura 1 - *A ironia de Aelius*, visão geral do espaço cênico.

Fonte: Arquivo pessoal, primeiro autor, 2024.

No contexto da apresentação, a narração da dramaturgia foi dividida em quatro momentos de leitura, alternados pela mesma quantidade de momentos em que as quatro vídeo-partituras gráficas da narrativa ficcional foram projetadas em diferentes espaços da sala de apresentação (Figuras 1, 2 e 3), sendo visíveis tanto para os atores quanto para o público. Em ocorrência simultânea a cada projeção de vídeo-partitura gráfica, com duração média de dois minutos, a orquestra de improvisadores, disposta em um espaço reservado exclusivamente para ela, realizava ações e interações sonoras, ressignificadas pelo teor da dramaturgia falada e visualizada nas projeções.

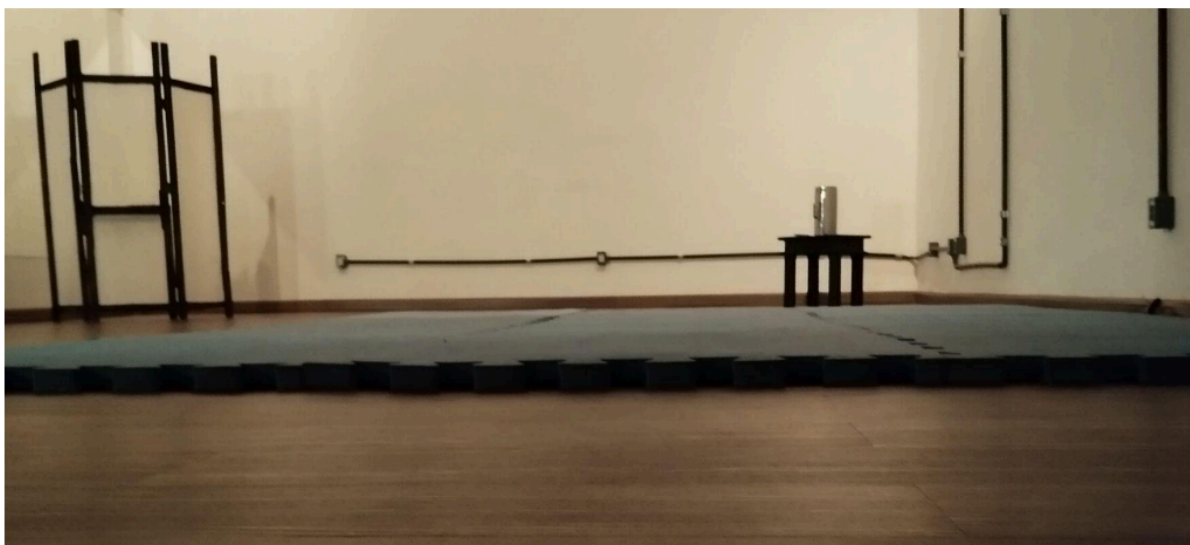


Figura 2 - *A Ironia de Aelius*.

Fonte: Arquivo pessoal, primeiro autor, 2024.

Durante a primeira leitura da narrativa ficcional, o narrador permaneceu oculto atrás de um biombo. No segundo momento, ele deixou essa posição para falar diretamente ao público, que foi induzido a ler parte da narrativa ficcional em cartões impressos, no quarto momento. Da mesma forma, a orquestra de improvisadores não permaneceu em sua posição estacionária durante todas as projeções de vídeo-partituras gráficas, deixando-a na quarta e última exibição para improvisar pelos espaços livres da sala.



Figura 3 - *A ironia de Aelius*, visão do instrumento guiro, utilizado como objeto cênico.
Fonte: Do primeiro autor 2024.

As instruções para os atores improvisadores incluíam modelos de ação e interação sonora designados para cada vídeo-partitura gráfica. Assim, a improvisação era estruturada simultaneamente pelas diretrizes inerentes aos modelos e pela construção de relações com o desenrolar da vídeo-partitura gráfica. Na primeira vídeo-partitura gráfica, que apresenta imagens em tom neon, com linhas e túneis em constante movimento, o modelo de ação sonora proposta é a Mimetização que consiste em imitar um tipo de sonoridade a partir da memória, com uso das fontes sonoras disponíveis. O escopo da ação é delimitado para associação a sons de veículos em velocidade. Os improvisadores exploram essa diretriz em diálogo com a velocidade e densidade de linhas e movimentos presentes na vídeo-partitura gráfica correspondente.

O experimento cênico *A Ironia de Aelius* contém uma teia complexa de relações entre visualidades (vídeo-partituras gráficas, cenário, instrumentos e objetos cênicos, presença física dos atores) e experiências de escuta (texto, sonoridades geradas pelas

improvisações instrumentais e vocais). O dispositivo da vídeo-partitura gráfica contribui para a estruturação das improvisações e para a mediação de sua relação com os conteúdos semânticos da dramaturgia, viabilizando, portanto, a sua inserção de maneira coerente no desenvolvimento da proposta cênica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vídeo-partitura gráfica foi aqui abordada como dispositivo de estruturação de processos de improvisação com sonoridades em cena. A vídeo-partitura proporciona elementos visuais indeterminados que propõem um enquadramento, ao mesmo tempo em que dão abertura para escolhas dos improvisadores. Outra contribuição da vídeo-partitura gráfica é a delimitação da duração de um determinado segmento improvisatório. Por fim, a vídeo-partitura gráfica integra a visualidade do evento cênico, dialogando com o conteúdo semântico da dramaturgia e com as presenças físicas dos cenários, objetos cênicos e atores em cena.

Ao desenvolver a temática no contexto da experimentação prática do fazer artístico, esta pesquisa apresenta uma particularização das possibilidades da vídeo-partitura gráfica, colocando o dispositivo à prova no contexto geral do desenvolvimento do sistema de criação sonora da SomAção e no contexto específico de criação de uma proposta cênica híbrida, que mescla projeção, atuação e musicalidade.

A utilização da Inteligência Artificial Generativa surgiu como necessidade ao longo do processo criativo, mostrando-se como solução relevante para seus objetivos. Nota-se que a utilização deste recurso ganhou sentido por alinhar-se a um processo que possui intencionalidade e delimitações temáticas e expressivas claramente definidas e calcadas no campo artístico.

Os desdobramentos futuros desta pesquisa apontam para a continuidade do desenvolvimento conceitual e prático de dispositivos para estruturação de propostas cênicas a partir do sistema de criação

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

sonora SomAção, considerando seu potencial para fundamentar a formação e a prática artística nas interfaces entre música e teatro. A reflexão, análise e difusão de conhecimento sobre esse sistema e seus diversos modelos e dispositivos, em diálogo com outras propostas análogas, poderá contribuir para os campos educacionais e artísticos.

REFERÊNCIAS

BRITO, Teca Alencar de. Koellreutter Educador: o humano como objetivo da educação musical. São Paulo, Peirópolis, 2001.

CAZNOK, Yara Borges. Música: Entre o Audível e o Visível. 3. ed. São Paulo; Unesp, 2015.

HESSEL, Ana Maria Di Grado; LEMES, David de Oliveira. Criatividade da Inteligência Artificial Generativa. TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, n. 28, 2023, p. 119-130.

LAZZARATTO, Marcelo. Improvisação, uma necessidade. Pitágoras 500, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 33-41, 2012.

NOGUEIRA, Isabel; ZANATTA, Luciano; FERREIRA, Carlos. Interfaces entre improvisação e pesquisa artística: reflexões sobre performance e criação sonora no coletivo medula (brasil). Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 2, n. 3, p. 51-80, jul./set. 2019

OLIVEIRA, Heitor Martins. Modelos de ação e interação sonora: gênese de um sistema de improvisação. A Luz em Cena, Florianópolis, v. 2, n. 4, dez. 2022.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. Processos artísticos como metodologia de pesquisa. Ouvirouver (Online), [S. l.], v. 11, n. 1, p. 88-98, jan./jun. 2015.

PUIG, Daniel. Metapadrões como ferramenta para a composição

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

musical: uma abordagem pessoal a partir do pensamento sistêmico e dos estudos da complexidade. 2014. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Música, Rio de Janeiro-RJ, 2014. Disponível em:

<<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11239?show=full>>, Acesso em: 15 set. 2024.

SCIALOM, Melina; FERNANDES, Ciane. Prática Artística como Pesquisa no Brasil: Reflexões iniciais. Revista de Ciências Humanas: Dossiê Práticas como Pesquisa: Criação/(Des)Organização dos corpos da cena, [S. l.], v. 22, n. 2, nov. 2022.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 8

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO FEMINICÍDIO NO AMAZONAS, PARÁ, MATO GROSSO, MARANHÃO E ACRE

Ana Beatriz Alves de Almeida¹

Cynthia Mara Miranda²

RESUMO

A presente pesquisa buscou refletir sobre as narrativas jornalísticas do feminicídio no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Acre que são estados que pertencem ao território da Amazônia Legal Brasileira. Para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia metodológica utilizada foi a análise qualitativa dividida em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica com coleta de notícias e análise dos dados (conteúdo das notícias). O estudo apontou que embora o jornalismo tenha avançado para proporcionar ao público uma narrativa mais real sobre a especificidade da ocorrência deste crime, a partir da utilização da palavra "feminicídio", as narrativas jornalísticas foram limitadas quanto à problematização do crime na sociedade. É crucial que os veículos de comunicação não tratem o feminicídio apenas como um crime ou uma notícia chocante, mas que também desempenhem um papel fundamental de oferecer informações para a conscientização geral sobre o problema a partir da explicitação das motivações antecedentes a tais crimes e da divulgação de estatísticas da violência contra mulher e do feminicídio no contexto da Amazônia Legal.

Palavras-chave: Narrativas; Feminicídio; Amazônia.

¹ Graduanda em Jornalismo, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, almeida.beatriz@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Ciências Sociais, Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Tocantins, cynthiamara@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios dos tempos, por meio da construção social e cultural das sociedades, as bases da desigualdade entre os gêneros foram estabelecidas e ainda permanecem intensas na maioria dos países do mundo, entre eles o Brasil. Para Miranda e Carvalho (2022):

As relações desiguais de gênero, dessa maneira, estão presentes nos mais distintos espaços societários e, ao longo do tempo, resultaram em obstáculos para as mulheres acessarem direitos básicos como trabalho e educação. A violência contra a mulher emerge dessas relações desiguais de gênero, e o corpo feminino, da sua tenra idade até a velhice, passa a ser um marcador social sobre o qual se instala a discriminação (MIRANDA; CARVALHO, p.2, 2022).

A diferença entre homens e mulheres manifesta-se nas relações familiares, sociais e em diversas áreas como no trabalho, na política, na educação, entre outras. Como exemplo, destacamos o trabalho doméstico que não é valorizado socialmente e é realizado principalmente pelas mulheres, assim como as funções relacionadas aos cuidados como a limpeza e os cuidados com os doentes.

As mulheres continuam recebendo menos em relação aos homens no mercado de trabalho. De acordo com Dyniewicz (2023) historicamente, mulheres são mais presentes em áreas tidas como 'femininas', como as ligadas ao cuidado e ao ensino, por exemplo. Essas também são as áreas que tendem a ser menos valorizadas financeiramente.

As mulheres são vítimas frequentes da violência e a violência está marcada em seus corpos o que deixa mais suscetíveis a vulnerabilidade, sofrimento e ameaças. Conforme destaca Barroso (2019) a violência:

encontra-se em lugares e situações múltiplas: na escola, no metrô, no ônibus, na rua, na floresta, nos rios, no trabalho, no

partido, no movimento social, na política, no bar, na festa, em casa, nas leituras, na escrita, inclusive no não lugar. Ninguém está isento e, além de se fazer presente em todos os lugares, a violência envolve todos/as: amigos/ as, pais, mães, filhos/as, companheiros/as, camaradas, diretores/as, patrão, empregado/a, desconhecidos/as e conhecidos/as. Não há lugar, pessoa e relação livre da certeza que é a violência. Dessa forma, entendemos que não se trata de um comportamento arriscado, de uma roupa imprópria, de um lugar inseguro, de uma moral corrompida, de uma terra não ocupada ou um alguém suspeito. A violência revela-se independentemente do esforço, cuidado ou julgamento individual (BARROSO, p.404, 2019).

O feminicídio como expressão máxima de todas as formas de violência contra mulher, é reflexo de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade e pela falta de respeito pelos direitos humanos das mulheres. A mulher que é morta em decorrência do crime de feminicídio, costuma ter enfrentado outros tipos de violências como a física, psicológica, patrimonial, entre outras. Esse crime é o resultado de relações marcadas por abuso, controle e desrespeito. Muitos casos de feminicídio estão associados a relacionamentos abusivos e desiguais que culminam com a retirada da vida das mulheres. Segundo dados disponibilizados pelo Atlas da violência (2021), alguns estados da Amazônia Legal estão dentre aqueles que lideram o ranking de crimes de feminicídios no país, como é o caso do Estado do Pará, Amazonas e Maranhão.

A interpretação jornalística e a forma como essa compreensão é transmitida para o público é um fator importante para a produção de notícias sobre feminicídios, principalmente em estados da Amazônia, onde há situações de desigualdade social, regional e econômica intensas e que os problemas ambientais causam grandes mazelas entre elas as mudanças climáticas. Miranda e Carvalho (2022),

pontuam que para compreender o funcionamento das distintas sociedades, entre elas a própria sociedade brasileira exige também um olhar sobre a cobertura midiática e particularmente a forma como reforçam a desigualdade entre os gêneros na produção de suas mensagens sobre o crime do feminicídio.

Os meios de comunicação como produto das sociedades reverberam a desigualdade entre os gêneros e notícias sobre o feminicídio costumam ser reportadas diariamente. De acordo com Gomes e Miranda:

A mídia não gera violência, mas exerce um papel fundamental na difusão da cultura da violência, na medida em que a trata de forma dramatizada, brutalizada e não informa sobre as causas da violência contra a mulher, não discute os seus riscos para a sociedade de forma geral. A violência contra a mulher é um fato social que causa prejuízos e, por isso, o papel da mídia deve ser discutido e debatido constantemente (GOMES; MIRANDA, p.60, 2023).

A presente pesquisa, nesta direção, buscou refletir sobre a construção das narrativas jornalísticas do feminicídio no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Acre que são estados que pertencem ao território da Amazônia Legal Brasileira. A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, dados e discussões e as considerações finais.

MÉTODO E MATERIAIS

Para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia metodológica utilizada foi a análise qualitativa dividida em três etapas de pesquisa. Estas etapas foram desenvolvidas coletivamente, uma vez que cada ação da pesquisa complementou fases da pesquisa maior:

- A primeira etapa: pesquisa bibliográfica. A pesquisa

bibliográfica focou nos estudos de gênero e jornalismo com ênfase na cobertura jornalística dos crimes contra mulher, entre eles, o feminicídio (GOMES; MIRANDA, 2023; MIRANDA; CARVALHO, 2022; LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020). A desigualdade entre os gêneros também foi um tema abordado no levantamento bibliográfico para a compreensão da produção das notícias no território amazônico a partir de autoras como Nobre (2017) e Barroso (2019). Leituras sobre metodologia foram realizadas com ênfase especial para a análise de conteúdo (JORGE, 2015) que foi utilizada para analisar as notícias.

- A segunda etapa: pesquisa empírica. Nesta etapa foi realizado o levantamento e catalogação das notícias a partir das orientações fornecidas pela análise de conteúdo. A coleta das notícias sobre feminicídio nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Acre partiu de busca realizada no google nos portais G1 de cada estado no recorte temporal de seis meses, ou seja, notícias publicadas do dia 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. As palavras utilizadas para a busca das notícias foram “feminicídio amazonas 2021 g1” mudando apenas a nomenclatura de cada estado para obter informações dos feminicídios que se tornaram notícia nos referidos portais. A escolha do portal G1 de cada estado justificou-se tendo em vista o seu amplo alcance e representatividade nos Estados da Amazônia Legal. Foram construídas tabelas para descrição das notícias priorizando os seguintes aspectos: título, data da publicação, presença de fotografia ou não, autoria e fontes.

- A terceira etapa: análise dos dados. Após a observação prévia das notícias e organização dos seus dados na tabela foi iniciada a análise qualitativa das narrativas jornalísticas das notícias catalogadas do portal G1 do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Acre durante a segunda etapa da pesquisa. Foram selecionados trechos de notícias que pudessem representar uma cobertura adequada do crime entendida como cobertura condizente com a especificação do crime, ou seja, assassinada em decorrência do

gênero. Também foram selecionados trechos de notícias que pudessem exemplificar narrativas inadequadas para reportar o crime tais como narrativas que pudessem reforçar estereótipos e preconceitos de gênero como, por exemplo, atribuir textualmente o assassinato da mulher ao término de um relacionamento.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas 56 notícias sendo divididas: 6 notícias do G1 Amazonas, 10 notícias do G1 Pará, 16 notícias do G1 Mato Grosso, 8 notícias do G1 Maranhão e 16 notícias do G1 Acre.

No geral, a morte das mulheres foi descrita de modo breve, não entrando em muitos detalhes, e as fontes ouvidas foram majoritariamente fontes policiais. As marcas da brutalidade da morte das mulheres tornaram-se visíveis pela maneira como esses delitos foram feitos, de acordo com as narrativas das notícias encontradas (56): golpes de faca, estrangulamento, estupro seguido de morte, asfixia, tiro com arma de fogo e espancada até a morte. O local mais comum para a ocorrência do crime nas notícias coletadas foi a casa onde o casal morava (21) , na sequência na casa da vítima (13) e por último na casa do acusado (2). Não se limitando a isso, alguns assassinatos ocorreram também em ruas como perto de BR, balsas, terrenos baldios, motéis, casa de amigos ou parentes (11).

As fotografias estavam presentes no *corpus* das notícias. O maior número de fotos encontradas no corpus das notícias é da vítima em vida, retirada do seu arquivo pessoal (49), sendo de redes sociais ou de documentações (RG, CNH, etc.). Sem apelar para o sensacionalismo ao mostrar fotos com traços da materialização da morte (corpo), em algumas situações foi opção do portal de notícia utilizar a fotografia da própria mulher em vida para ilustrar a matéria sobre a sua morte, trazer um rosto à mulher que a vida foi tirada, já que se tratam de notícias curtas sobre o crime. A seguir será apresentada a análise das notícias.

DADOS E DISCUSSÃO

Compreender o relato noticioso do crime do feminicídio motivou a realização da presente pesquisa de iniciação científica para averiguar como a narrativa do feminicídio tem sido construída em portais de ampla repercussão na região amazônica. Nessa direção, após a leitura integral das notícias do *corpus* da pesquisa foram selecionados alguns trechos para destacar aspectos negativos e positivos da narrativa do crime pelos portais de notícia selecionados para estudo.

É notável por quem consome notícias do Portal G1 que suas produções são construídas de forma sucinta, com exceção das reportagens que são mais elaboradas. O fato é relatado de forma breve, por isso em sua maioria são notícias se restringem ao factual, com um texto enxuto, sem muito detalhamento. Seus textos são acessíveis para todos os públicos por causa da linguagem compreensível, diversidade de abordagens temáticas e do seu alcance já que o portal G1 é vinculado à Rede Globo, maior TV pública brasileira.

No período da coleta das notícias (dia 1º de julho a 31 de dezembro de 2021) observou-se que foram poucos os feminicídios que constituíram-se enquanto narrativas jornalísticas o que se contradiz a realidade dos crimes na região, cada vez mais frequentes. O crime qualificado como feminicídio entrou no código penal brasileiro em 2015, assim, exige um tempo para que o seu entendimento possa ser absorvido pelo tecido social o que coloca o jornalismo em um papel fundamental não só de dar o conhecimento ao vocabulário como também tratar o assunto como problema social de ampla repercussão no país fruto da intensa desigualdade entre os gêneros.

A seguir destacamos alguns trechos de notícias selecionadas

que utilizam esse termo com precisão, destacando assim uma abordagem positiva da narrativa jornalística do crime.

A notícia do Portal G1 Acre, publicada no dia 03 de agosto de 2021 “Homem que matou a esposa após ela descobrir traição segue preso e tem denúncia aceita pela Justiça do AC”, traz o acontecimento do crime dando nomes de vítima e acusado, assim como o que aconteceu. O trecho da notícia diz: “O promotor qualifica ainda o crime hediondo cometido contra Adriana por motivo torpe, com agravante de asfixia, à traição e contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (feminicídio)”. O trecho é considerado preciso por dar a explicação adequada do crime com fala direta da fonte (promotor) além disso dá um aprofundamento maior para o que aconteceu, mesmo que a palavra “feminicídio” esteja entre aspas e não diretamente associada ao texto.

Em outra notícia publicada pelo Portal G1 Amazonas “Homem é condenado a 18 anos de prisão por matar mulher a facadas em Manaus” no dia 25 de agosto de 2021, os nomes da vítima e do acusado não são mencionados no texto o que prejudica a compreensão do crime, não nomear pode ser considerado negar a existência, desumanizar. O texto da notícia destaca apenas que o assassinato ocorreu na frente a filha dos dois, que tinha 3 anos.

O Ministério Público denunciou o réu e pedia a sua condenação pelo crime de homicídio qualificado, capitulado no art. 121, parágrafo 2.º, inciso VI (feminicídio), combinado com o parágrafo 2.º- A, inciso I, do Código Penal Brasileiro. A defesa sustentou a tese de homicídio simples, pedindo aos jurados a desqualificação do feminicídio, alegando “semi-imputabilidade do réu” pois, segundo os advogados, ele estaria sob efeito de medicamentos na noite do crime, teses estas que não foram acatadas pelos jurados (Portal G1 Amazonas, 25 agosto, 2021).

Como é possível observar no trecho destacado, a palavra feminicídio aparece em parênteses na primeira vez e depois na frase direta, não há aprofundamento sobre a questão apenas no contexto de pedido de desqualificação do mesmo.

Em notícia publicada pelo Portal G1 Pará, “Novo recurso de Hélio Gueiros Neto é ‘meramente procrastinatório’, diz promotoria do Pará” do dia 10 de agosto de 2021 é destacado crime de feminicídio. O acusado, que carrega o nome no título, matou a esposa em 2015 por asfixia, a matéria revive o caso e conta como ocorreu o recente julgamento de sua sentença. Na notícia o trecho que destaca o assunto é: “O réu foi pronunciado pelo crime de feminicídio qualificado decorrente de violência doméstica e familiar e menosprezo à condição de mulher, combinado ao crime de fraude processual, em concurso material de crimes, para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri”. Conforme destacado há explicação do crime do feminicídio pelo espaço discursivo dado pelo veículo jornalístico para a fonte.

Essa questão de dar uma ênfase mais evidente ao crime de feminicídio e a palavra, tem um peso importante na narrativa, é significativo, como destaca Miranda e Carvalho (2022) estudos sobre as narrativas jornalísticas da violência de gênero consideram o dito e o não dito, como uma estratégia metodológica eficaz para identificar os silenciamentos das mulheres assassinadas nas notícias. O que não é nomeado não é lembrado, nomear o crime de forma adequada é um marcador social importante para conscientização gradativa da opinião pública.

Apesar do relato descritivo preciso sobre o crime, algumas narrativas do *corpus* selecionado para o estudo não induzem a uma interpretação adequada da causa do crime como destacado nos trechos exemplificados anteriormente. Nesse tipo de crime, muitas vezes, o relato factual e resumido limita o entendimento sobre o

problema que é mais amplo do que o fato relatado em si, problema recorrente na sociedade brasileira e consequentemente amazônica. Outro aspecto a ser analisado é o espaço dado ao depoimento do acusado, sendo parte importante da investigação policial, contudo, é preciso ter o cuidado para não enaltecer a força do agressor na narrativa.

A inclusão do depoimento de um acusado em uma matéria jornalística pode ser considerada uma prática essencial, por causa do princípio de que é fundamental para a ética jornalística apresentar diferentes pontos de vista do fato noticiado dando amplo espaço para diversidade de fontes. Contudo é necessário ter uma visão crítica quando esse espaço de fala não garante o mesmo espaço de fala para parentes e conhecidos da mulher assassinada. Dar espaço de fala para o acusado e para polícia é insuficiente para garantir um entendimento integral do crime bem como honrar a memória da mulher assassinada que não tem mais voz para se fazer ouvir. No entanto, é crucial que o depoimento do acusado seja contextualizado e apresentado de maneira responsável, os jornalistas devem verificar os fatos apresentados pelo acusado e também dar espaço para que os argumentos sejam confrontados com as evidências disponíveis para além da fonte policial.

Na notícia publicada pelo Portal G1 Acre no dia 3 de agosto de 2021, intitulada “Homem que matou a esposa após ela descobrir traição segue preso e tem denúncia aceita pela Justiça do AC” destacamos espaço textual destinado para a fala do acusado.

O preso contou que desde o mês de novembro de 2020, quando a esposa descobriu uma traição, ela passou a ser agressiva com ele, de maneira que ao discutirem, ela dava chutes, socos, arranhões, mas ele nunca revidava. Ele relatou que no dia do crime, por volta de meia-noite, começou a discutir com a esposa dentro do apartamento que tinham acabado de alugar no bairro Isaura Parente, depois que

contou que tinha traído ela com a amiga dela. Depois disso, os dois voltaram para o escritório, onde estavam morando de forma provisória e a mulher teria começado a bater nele com chutes e tapas. E depois, ela pediu que ele fosse embora, mas ele decidiu ficar e trancou a porta do escritório. Foi quando a vítima pegou uma faca e começou a agredi-lo e acabou conseguindo furar a mão e também a panturrilha dele. Nesse momento, o acusado contou que começou a arrumar seus pertences para sair do local e a mulher foi em direção ao filho deles com uma almofada, dizendo que já que não conseguiu matar Gouveia, iria matar a criança e foi quando ele reagiu e deu as facadas contra ela (Portal G1 Acre, 03 de agosto, 2021)

O trecho destacado aponta a versão do autor do crime e tendo em vista que a mulher foi assassinada não é possível contrapor a versão dada por ele. Foi dado amplo espaço de fala ao depoimento do acusado na notícia onde o mesmo se coloca como vítima do que aconteceu, enquanto o espaço para a fala da irmã da mulher assassinada, foi reduzido a uma frase “afirmou que o ex- cunhado mentiu ao falar que ela queria machucar o filho. Ela afirmou que o real motivo para o crime foi o desejo da jovem de sair de casa e o fim do relacionamento” (Portal G1 Acre, 03 agosto, 2021).

A relevância da fala que refuta o depoimento do acusado reside em algo fundamental para a justiça e para o jornalismo responsável, trazendo equilíbrio e respeito às vítimas, incluindo o relato de suas histórias e abordagem para evitar minimizar ou negar a gravidade do crime.

Em outra notícia publicada pelo Portal G1 Pará “Ex-namorado que matou modelo no Pará alega 'legítima defesa'; polícia considera feminicídio”, no dia 01 do setembro de 2021, destaca-se o seguinte trecho:

De acordo com Lúcio, a faca usada no assassinato estava

com a vítima e teria sido ela a primeira a desferir golpe contra ele. O homem alega que revidou e feriu a jovem com três facadas. Em seguida, voltou pra casa sem prestar socorro à vítima. Ele disse à polícia que não sabia que Geordana estava morta (Portal G1 Pará, 03 setembro, 2021).

Na referida notícia não foi garantido espaço para refutar o depoimento do assassino, foram ouvidos alguns familiares que deixaram em evidência que não sabiam que a vítima passava por um relacionamento abusivo com o acusado. A notícia, por exemplo, não destacou a existência de antecedentes de violência, por exemplo. O feminicídio é o ápice das violências e assim uma mulher assassinada costuma ter passado por outros tipos de violência até a supressão da sua vida.

Seguindo essa análise destacamos que em algumas matérias a motivação do crime foi descrita pelo acusado como decorrente de ciúme. Sendo o feminicídio um crime baseado no gênero, no qual uma mulher é morta devido ao fato de ser mulher, na medida em que o veículo de comunicação ao dar amplo espaço de fala ao acusado pode induzir o/a consumidor/a da notícia a compreender uma “suposta” justificativa para ocorrência do crime com base em razões individuais ou circunstanciais desviando assim a atenção do problema central: a violência de gênero e a desigualdade estrutural que perpetua esses crimes. Trazer essa narrativa para as leitoras e para os leitores, a partir da descrição da fonte policial tem o efeito limitado, a contextualização do crime pela “instituição jornalismo” poderia ser mais eficiente sem os jargões policiais e/ou judiciais. Não é apenas um crime é um crime dentro de um contexto maior de ocorrências que se transformam em altas estatísticas na região amazônica.

Na notícia intitulada “Homem que matou companheira a facadas

no AC está na UTI e polícia começa a ouvir testemunhas" publicada no Portal G1 Acre destaca-se caso de um crime em que depois de assassinar a companheira, o acusado ainda tentou contra a própria vida, mas foi socorrido a tempo e fez uma cirurgia. Sua motivação está em evidência na notícia "ainda conforme o delegado, as informações iniciais é que a motivação do crime tenha sido por ciúmes das roupas usadas pela vítima (Portal G1 Acre, 19 agosto, 2021)." O trecho destacado é inadequado para fazer referência ao crime do feminicídio e dar espaço ao tipo de fala do acusado minimiza a gravidade do crime que é decorrente de gênero.

Assim como a já citada nessa análise a matéria intitulada "Homem é condenado a 18 anos de prisão por matar mulher a facadas em Manaus" publicada pelo Portal G1 Amazonas, mais uma vez o crime é minimizado ao dar espaço de fala para o criminoso "no interrogatório em plenário, nesta quarta-feira, o criminoso disse não lembrar dos motivos que o levaram a matar a esposa (Portal G1 Amazonas, 25 agosto, 2021)"

É fundamental resgatar o histórico das violências sofridas antes da consumação dos feminicídios, que tal como indica uma grande diversidade de pesquisas, não são ocorrências de rompante, mas o corolário de um ciclo ininterrupto de violências físicas e simbólicas (Miranda, Carvalho, 2022).

Entender o histórico de violências prévias permite contextualizar o feminicídio dentro de um padrão de comportamento abusivo persistente. Isso ajuda a elucidar que o feminicídio não é um ato isolado de rompante, mas muitas vezes o desfecho de um ciclo prolongado de abusos físicos, emocionais e simbólicos.

Na notícia "Mulher ferida a facadas pelo marido morre em hospital de Rio Branco", publicada pelo G1 Acre no 18 de agosto de 2021, destaca-se pelas fontes o desconhecimento sobre ciclo de

violência anteriores “ainda de acordo com os vizinhos, o casal parecia ser calmo e eles nunca tinham ouvido uma discussão na casa.” Os ciclos de violência que antecedem ao feminicídio, muitas vezes, ficam restritos à esfera privada, o que dificulta ações mais concretas para o seu combate quando não a denúncia por parte das mulheres que vivenciam tais ciclos.

Assim, conforme exposto nesta análise, embora o jornalismo tenha avançado em algumas áreas para proporcionar ao público uma narrativa mais confiável sobre este crime, como a ênfase na palavra “feminicídio”, a qual é um crime declarado a poucos anos, ainda é evidente a demora desse processo. Isso se deve ao amplo espaço concedido aos depoimentos dos acusados, o que pode gerar controvérsias na interpretação dos(as) leitores(as). Ao apresentar a motivação do crime segundo os acusados, a causa do feminicídio pode ser atribuído por motivos fúteis, como o ciúme, o que desconsidera que sua razão está a uma construção social enraizada ao longo dos anos que perpetua a desigualdade entre os gêneros. Não trazem relatos de familiares o suficiente para humanizar mais a vítima, colocando em evidência a barbárie do crime.

É crucial que os veículos de comunicação não tratem o feminicídio apenas como um crime ou uma notícia chocante, mas que também desempenhem um papel fundamental na divulgação de estatísticas e na explicitação das reais motivações por trás desses crimes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os crimes de feminicídio na Amazônia reportados em portais de notícias do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Acre expressaram o ápice da vulnerabilidade da vida das mulheres

culminando em assassinatos, mas a narrativa jornalística esteve distante de dar conta da complexidade de um crime que é resultado de limitações e violências impostas às mulheres em diversos âmbitos das suas vidas.

As narrativas jornalísticas do feminicídio aqui analisadas, de modo geral, não buscaram uma forma de sensibilizar o/a leitor(a) seja por meio da escrita, seja por meio da imagem, para detalhar o contexto mais amplo que torna a ocorrência do crime recorrente na Amazônia Legal. Muitos são os desafios colocados para uma cobertura jornalística adequada do crime como a própria seleção dos feminicídios “aptos” para serem reportados como notícia, a questão da invisibilização da história de vida das mulheres vítimas de feminicídio, a exposição imagética sensacionalista, a explicação do crime dentro de um contexto social e cultural mais, entre outros.

O avanço notado nas narrativas jornalísticas do crime no âmbito da presente pesquisa se deu a partir da constatação do uso da palavra “feminicídio” atendendo ao que é preconizado pela lei, desde 2015, para referenciar o assassinato de uma mulher em decorrência do seu gênero. Contudo a simples adoção da palavra é insuficiente para dar conta da gravidade do problema se as narrativas ainda abrem margem para interpretações inadequadas do crime que reforçam os estereótipos de gênero tais como “morta por não aceitar o término do relacionamento”.

As discussões aqui empreendidas por meio da análise das notícias sobre feminicídio em estados com realidades distintas na Amazônia Legal Brasileira não esgotam todas as implicações referentes ao tema investigado, mas estimulam reflexões sobre a forma como o jornalismo pode reforçar a desigualdade entre os gêneros nas notícias.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Homicídio de Mulheres.

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BARROSO, M. F. Violência estrutural: mediações entre o matar e o morrer por conta. Revista Katalysis, v. 1, p. 397-406, 2021.

DYNIEWICZ, Luciana. CNN: Diferença salarial entre homens e mulheres vai a 22%, diz IBGE. 08 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-vai-a-22-diz-ibge/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

GOMES, L.S. ; MIRANDA, C. M. . Notícias da Violência Contra a Mulher no Jornal do Tocantins. In: Movendo Ideias (UNAMA), v. 28, p. 58-68, 2023.

JORGE, T. (org.). Notícia em fragmentos: Análise de conteúdo no jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton. Um Problema Cotidiano - Jornalismo e violência contra mulher no Brasil. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

MIRANDA, C. M.; CARVALHO, C. A. Narrativas do feminicídio na Amazônia. In: Revista Estudos Feministas, v. 30, p. 1-10, 2022.

NOBRE, Miriam. *Violência e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2017.

NOTÍCIAS REFERENCIADAS NO RELATÓRIO FINAL

Ex-namorado que matou modelo no Pará alega 'legítima defesa'; polícia considera feminicídio. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/01/ex-namorado-que-matou-modelo-no-para-alega-legitima-defesa-policia-considera-caso-como-feminicidio.ghtml\]](https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/01/ex-namorado-que-matou-modelo-no-para-alega-legitima-defesa-policia-considera-caso-como-feminicidio.ghtml). Acesso em: 08 set. 2024.

Homem que matou a esposa após ela descobrir traição segue preso e tem denúncia aceita pela Justiça do AC. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/08/03/homem-que-matou-a-esposa-apos-ela-descobrir-traicao-segue-preso-e-tem-denuncia-aceita-pela-justica-do-ac.ghtml\]](https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/08/03/homem-que-matou-a-esposa-apos-ela-descobrir-traicao-segue-preso-e-tem-denuncia-aceita-pela-justica-do-ac.ghtml). Acesso em: 08 set. 2024.

Homem é condenado a 18 anos de prisão por matar mulher a facadas em Manaus. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/08/25/homem-e-condenado-a-18-anos-de-prisao-por-matar-mulher-a-facadas-em-manaus.ghtml\]](https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/08/25/homem-e-condenado-a-18-anos-de-prisao-por-matar-mulher-a-facadas-em-manaus.ghtml). Acesso em: 08 set. 2024.

Homem que matou companheira a facadas no AC está na UTI e polícia começa a ouvir testemunhas. Disponível em: [\https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/08/19/homem-que-matou-

[companheira-a-facadas-no-ac-esta-na-uti-e-policia-comeca-a-ouvir-te-stemunhas.ghtml](#)]. Acesso em: 08 set. 2024.

Mulher ferida a facadas pelo marido morre em hospital de Rio Branco.
Disponível em:
[<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/08/18/mulher-ferida-a-faca-das-pelo-marido-morre-em-hospital-de-rio-branco.ghtml>]. Acesso em:
08 set. 2024.

Novo recurso de Hélio Gueiros Neto é 'meramente procrastinatório',
diz promotoria do Pará. Disponível em:
[<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/08/10/novo-recurso-de-helio-gueiros-neto-e-meramente-procrastinatorio-diz-promotoria-do-para.ghtml>].
Acesso em: 08 set. 2024.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 9

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO FEMINICÍDIO NO AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA E TOCANTINS

Isabella Flavia Maciel da Silva ¹

Cynthia Mara Miranda²

RESUMO

A presente pesquisa buscou refletir sobre as narrativas jornalísticas do feminicídio no Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins que são estados que pertencem ao território da Amazônia Legal Brasileira. Para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia metodológica utilizada foi a análise qualitativa dividida em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica com coleta de notícias e análise do conteúdo das notícias. O estudo apontou que embora o jornalismo tenha avançado para proporcionar ao público uma narrativa mais real sobre a especificidade da ocorrência deste crime, a partir da utilização da palavra "feminicídio", as notícias foram limitadas quanto a problematização do crime nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Ao decorrer da pesquisa observou-se a ausência de orientação para mulheres sobre prevenção ao feminicídio, nenhuma referência à gravidade do crime dentro do contexto dos referidos estados e nenhum tipo de esclarecimento sobre a importância de denunciar a violência contra mulher.

Palavras-chave: Narrativas; Feminicídio; Amazônia.

¹ Graduanda em Jornalismo, Pibic/Fapt, Universidade Federal do Tocantins, isabella.flaviam@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Ciências Sociais, Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Tocantins, cynthiamara@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 destaca em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive de gênero. Ainda que esse conjunto de normas jurídicas que enumera e limita os poderes e funções do Estado reconheça a igualdade entre os gêneros como um direito, a sociedade brasileira é intensamente marcada pela diferença de poder entre mulheres e homens.

A desigualdade de gênero entre homens e mulheres pode ser vista em várias esferas sociais, como por exemplo, no mercado de trabalho pela diferença salarial entre os gêneros. De acordo com o relatório “Mulheres no Mercado de Trabalho 2022” da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres representam 48,5% da força de trabalho global, mas ainda enfrentam uma série de desafios para exercer plenamente suas capacidades no mercado de trabalho como o acúmulo de múltiplas jornadas de trabalho, oportunidades mais restritas para assumir cargos de decisão, entre outras dificuldades. Para Guebara e Ravache (2021):

Mulheres brasileiras possuem menor remuneração, sofrem mais assédio, são mais sujeitas ao desemprego e estão sub-representadas na política. O feminicídio é tão frequente que o Brasil é o quinto país com maior índice de assassinatos de pessoas pelo fato de serem mulheres, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Os padrões de comportamento estabelecidos para homens e mulheres são distintos e ocasionam a construção de um código de conduta. Aos homens é atribuído um papel de maior poder, paternalista, onde eles, supostamente, sustentariam e protegeriam suas famílias, colocando a mulher em um papel de submissão. Com isso, a educação dos gêneros desde a infância é dirigida de forma diferente (GUEBARA; RAVACHE, p. 155, 2021)

A violência contra a mulher reflexo da desigualdade entre homens e mulheres impacta diretamente o funcionamento da sociedade brasileira ao desestruturar as famílias e trazendo mais vulnerabilidade para a vida das mulheres. Muitas mulheres acabam passando por situações difíceis dentro de suas próprias moradias, enfrentando violências domésticas na maioria das vezes vindas do próprio parceiro. Na mesma direção Nobre (2017) pontua:

Entre as mulheres, a violência é majoritariamente doméstica, praticada por pessoas conhecidas, e o tipo predominante é a violência física. Entre a população negra, ocorre entre pessoas conhecidas, mas não entre cônjuges e amigos, além da cometida por desconhecidos. Já entre a população LGBT, a violência ocorre nas vias públicas e é cometida principalmente por desconhecidos ou vizinhos (NOBRE, p. 10, 2017).

Apesar dos avanços na redução das desigualdades sociais no país nas últimas décadas, houve aumento expressivo da violência contra as mulheres que passou a ganhar contornos em relação aos distintos territórios geográficos e da composição racial e geracional.

O feminicídio, nessa direção, emerge como ápice de todas as violências contra as mulheres, representando a forma mais extrema da desigualdade e do ódio de gêneros. Não se tratando apenas de um crime isolado, mas sim da expressão brutal de uma sociedade patriarcal e machista que historicamente subordina, discrimina e oprime as mulheres.

Com a promulgação da Lei nº 13.104/2015 no país, o feminicídio

passou a ser considerado homicídio qualificado de mulheres em razão do gênero e passou a ser incluído no rol de crimes hediondos. A pena prevista para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

A origem da palavra feminicídio está na obra de Diana Russel que usou pela primeira vez o termo femicide em 1976 durante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres em Bruxelas, na Bélgica (RADFORD; RUSSELL, 1992). O uso do termo com o tempo ultrapassou sua conotação política para torna-se um conceito teórico, ganhando novos e diferentes contornos em vários países do mundo.

Na região compreendida como Amazônia Legal Brasileira que é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão; dados sobre violência contra a mulher levantados por pesquisas nacionais sobre violência como o Mapa da Violência (2015) e Atlas da Violência (2018) trazem informações sobre a acentuada violência que as mulheres vivenciam nesses estados o que corrobora para o entendimento de que o território é extremamente violento para as mulheres.

Em uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação brasileiros na cobertura midiática da violência de gênero Leal, Carvalho e Antunes (2020) pontuam que a compreensão do tratamento rotineiro oferecido pelos meios informativos aos crimes de violência contra mulheres se mostra como um dos fatores decisivos para o conhecimento do público sobre o fenômeno. Para Antunes (2016):

Um dos traços marcantes da cobertura jornalística é o noticiário que abrange a ocorrência de diversos crimes violentos com a morte de mulheres, com a rotina do trabalho midiático oscilando entre a cobertura dos acontecimentos de grande repercussão e a cobertura cotidiana referida aos chamados crimes de proximidade cometidos por parceiros afetivos (ANTUNES, p. 49, 2016).

A violência contra a mulher e o feminicídio como o seu ápice ocupam, cotidianamente, espaço nas pautas jornalísticas e essa constatação motivou a realização da presente pesquisa para compreender a forma como tais narrativas jornalísticas são construídas em um território marcado por especificidades sociais, culturais e econômicas. A pesquisa analisou as narrativas jornalísticas sobre o feminicídio no portal G1 de quatro estados da Amazônia Legal Brasileira: Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. A seguir apresentamos as estratégias metodológicas da pesquisa, dados e análises e as considerações finais.

MÉTODO E MATERIAIS

Para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia metodológica utilizada foi a análise qualitativa dividida em três etapas de pesquisa descritas a seguir:

- A primeira etapa: pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica focou nos estudos de gênero e jornalismo que discutem a cobertura jornalística dos crimes contra mulher, entre eles, o feminicídio. A desigualdade entre os gêneros a partir de autoras como Nobre (2017), Radford e Russell (1992) e Guebara e Ravache (2021) também foi assunto abordado no levantamento bibliográfico para a compreensão da produção das notícias no território amazônico que também é marcado por essas desigualdades. Leituras sobre metodologia foram realizadas com ênfase especial para a análise de conteúdo (JORGE, 2015) que foi a estratégia metodológica para a análise das notícias.

- A segunda etapa: pesquisa empírica que consistiu no levantamento e catalogação das notícias. A coleta das notícias sobre feminicídio nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins partiu de busca realizada no google para localizar notícias produzidas pelos portais de notícia G1 de cada estado no recorte temporal de 1 de julho a 31 de dezembro de 2021. O G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Foi lançado em 18 de setembro de 2006, ano em que a TV Globo fez 41 anos. No final do ano de 2010 o portal começou a integrar as redes afiliadas ao website resultando assim em produções específicas de todos estados. Em razão do seu alcance e representatividade, o portal foi escolhido para a coleta das notícias da presente pesquisa. Para proceder a busca que não pode ser efetuada diretamente em cada portal estadual de notícias, pela limitação da ferramenta de busca dos mesmos, optou-se pela utilização da ferramenta de busca do Google.

As palavras utilizadas para a busca das notícias foi “feminicídio amapá 2021 g1” mudando apenas a nomenclatura de cada estado para obter informações dos feminicídios que tornaram-se notícia nos referidos portais. O recorte temporal da coleta de notícias foi de seis meses, um recorte de tempo considerado significativo para fins de pesquisa mas que não resultou em um número amplo de notícias compatível com o elevado número de ocorrências do referido crime na região amazônica conforme amplamente reportado por pesquisas como Atlas da Violência (2023) e Mapa da Violência (2015).

Depois de coletadas as notícias foram construídas tabelas para descrição das notícias priorizando os seguintes aspectos: título, data da publicação, presença de fotografia ou não, autoria e fontes. O *corpus* da pesquisa foi constituído por 27 notícias. Distribuídas da seguinte forma: 6 notícias do portal G1 Amapá, 3 notícias do portal G1 Roraima, 6 notícias do portal G1 Rondônia e 12 do portal G1 Tocantins.

- A terceira etapa: análise dos dados. Consistiu na análise das notícias catalogadas do portal G1 do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins durante a segunda etapa da pesquisa. Foram coletados de cada notícia trechos que destacassem uma cobertura adequada do crime de feminicídio entendida como tipificação correta do assassinato em razão do gênero e trechos que representassem uma cobertura inadequada do crime que reforçaram estereótipos de gênero contidas em expressões como “foi assassinada por ter terminando o relacionamento”, “morreu em razão de ciúmes do ex- companheiro”. A análise das notícias será apresentada a seguir.

DADOS E DISCUSSÃO

As relações desiguais de gênero estão presentes na sociedade brasileira e os meios de comunicação, muitas vezes, reforçam em suas narrativas essa desigualdade como foi notado durante a execução da pesquisa. Deparamo-nos com uma realidade complexa envolvendo quatro estados distintos da região amazônica e as notícias não detalharam a diversidade de cada contexto que resulta em problemas diferentes para a sobrevivência das mulheres.

Miranda e Barroso (2013) destacam que a carência de investimentos do governo federal impõe grandes desafios às mulheres amazônidas, que, além de lidarem com diversos problemas sociais oriundos do isolamento, das condições precárias dos serviços de saúde, das elevadas taxas de desemprego, enfrentam cotidianamente problemas advindos da feminização da pobreza, dos postos de trabalho precarizados, da sub-representação feminina nos cargos de decisão e da constante vulnerabilidade de suas vidas.

A narrativa jornalística sobre o feminicídio passa a figurar nos meios de comunicação brasileiros após a aprovação da lei em 2015. A

adoção do termo no jornalismo brasileiro busca se adequar à nova legislação para referência aos assassinatos das mulheres em razão do gênero e contribui para popularização do termo e conscientização da sociedade sobre o problema. A análise das notícias, dessa maneira, buscou observar como o jornalismo compreendido pelas notícias produzidas pelo portal G1 do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins descreveram o crime do assassinato das mulheres em razão do gênero em suas narrativas.

Após a leitura integral de cada notícia selecionada para o estudo, a forma da referência ao crime pela narrativa jornalística foi analisada. A seguir, para exemplificar, destacamos alguns trechos de notícias selecionadas que utilizaram o termo feminicídio para reportar de forma adequada ao crime de assassinato das mulheres em razão do gênero e também trechos que apresentaram falhas na narrativa correta do crime.

A notícia publicada no portal G1 Amapá no dia 22 de outubro de 2021 “Conselho da Polícia Civil do Amapá decide demitir agente réu por feminicídio de empresária”, descreve o crime apresentando informações sobre o suspeito. O trecho da notícia destaca: “o principal suspeito da autoria é o policial civil, com quem ela estava se relacionando, segundo o Ministério Público (MP) do Amapá. O caso é considerado feminicídio”. Esse trecho destaca que o assassinato da mulher foi enquadrado como feminicídio e a narrativa jornalística reportou adequadamente ao crime destacando a fonte que o nomeia, no caso órgão de justiça.

Ainda no portal G1 Amapá destacamos a notícia “Réu por feminicídio de ex-namorada 32 anos mais jovem é condenado a 21 anos de prisão no AP” publicada no dia 17 de outubro de 2021. No título já é possível notar a presença da palavra feminicídio já apontando ao leitor sobre a natureza do crime. Contudo o título abre margem para juízo de valor quando destaca que a ex-namorada, assassinada, era

32 anos mais jovem que o assassino, podendo associar assim a idade como possível justificativa para o crime, o que é inadequado.

José Lúcio Silva, de 62 anos, foi condenado a 21 anos de prisão em regime fechado pelo feminicídio da ex-namorada Karina Lobato Silva, de 30 anos, no dia 6 de setembro de 2020 no município de Laranjal do Jari, distante 265 quilômetros de Macapá. A decisão considerou que Silva agiu por motivo torpe, com recurso que dificultou a defesa da vítima e por razões da condição de sexo feminino. Karina foi morta com uma faca no peito. A prisão do homem aconteceu horas depois do crime (Portal G1 Macapá, 17 de outubro, 2021).

O trecho destacado é uma narrativa textual do veículo, ou seja, a instituição jornalismo explicando e relatando o acontecimento sem recorrer a citação direta de fonte. Dizer/escrever que a mulher foi assassinada por razões da condição de sexo feminino é fundamental para a compreensão da distinção de um crime que é decorrente dos vários tipos de violência que as mulheres vivenciam ao longo de suas vidas. Além de trazer informações importantes como os nomes da vítima e do acusado, percebemos também que ao decorrer do texto da notícia a palavra feminicídio é citada novamente. Porém nota-se uma falha na narrativa que exerce uma contradição com a explicação adequada do crime quando o título da notícia vem acompanhado por um subtítulo inadequado “Homem de 62 anos matou Karina Lobato Silva com facada no peito por não aceitar fim do relacionamento”. O trecho induz a(o) leitor(a) a atrelar o assassinato ao fim do relacionamento e não a condição de gênero que motivou o crime.

Em notícia publicada pelo portal G1 Tocantins “Suspeito de

matar adolescente de 14 anos após ela terminar namoro é preso” no dia 11 de novembro de 2021, os nomes da vítima e do acusado não são mencionados no texto o que prejudica a compreensão do crime, não nomear pode ser considerado negar a existência, desumanizar. Como o ápice das múltiplas violências vivenciadas pelas mulheres em diferentes momentos de suas trajetórias, o feminicídio expressa a naturalização da vulnerabilidade das mulheres e tem resultado no apagamento das suas histórias, na indiferença, no ódio, entre outros efeitos de sentidos (MIRANDA, 2020).

O texto da notícia destaca apenas o “assassinato anônimo” que ocorreu na casa dos avós da vítima e que o suspeito foi localizado horas depois tentando fugir. “O homem foi levado primeiro à 7ª Central de Atendimento da Polícia Civil, em Guaraí, onde foi autuado em flagrante pelo crime de feminicídio. Em seguida, ele foi transferido à Unidade Penal local. Não foi divulgado por quanto tempo o suspeito e a vítima tiveram um relacionamento.”

Como é possível observar no trecho destacado, a palavra feminicídio aparece na frase direta, dando a entender que o próprio portal nomeou o crime, tendo em vista que não há destaque direto para fonte. Contudo, cabe destacar, que o título da notícia não foi adequado uma vez que reforça o motivo da morte ao término do namoro.

Ainda no portal G1 Tocantins destaca-se a notícia intitulada “Marido suspeito de matar a mulher durante briga presenciada pelo filho é preso; criança ligou para a polícia pedindo ajuda”, publicada no dia 29 de agosto de 2021. Embora o texto da notícia faça referência nominal ao crime de forma adequada com a tipificação como feminicídio, ao dar espaço de fala para a defesa do assassino observa-se a presença de narrativa que justifica o crime em razão de traição.

A defesa de Valdir da Silva informou que ele confessou o crime aos policiais e que assume que errou. Disse que ele agiu motivado por uma forte emoção ao descobrir, de acordo com o advogado, uma traição da esposa e que essa foi a motivação do crime. Informou ainda que ele fugiu por medo do clamor popular que o crime gerou, mas que não vai fugir do cumprimento de uma eventual pena (Portal G1 Tocantins, 29 de agosto, 2021).

A ausência de uma problematização mais ampla do crime limita o potencial da narrativa jornalística em contribuir para a conscientização social sobre o problema que é alarmante na região da Amazônia Legal.

Em outra notícia publicada pelo portal G1 Rondônia “Mulher achada morta tinha medida protetiva contra PF aposentado, diz TJ-RO; casal ficou junto por 25 anos” no dia 04 de agosto de 2021 destaca-se o seguinte trecho:

Segundo a perícia, foram encontradas várias lesões no corpo da mulher, principalmente no rosto e na região do pescoço e tórax. A suspeita é que Rosilene foi vítima de feminicídio. No entanto, o policial aposentado disse que deu socos na mulher depois dela passar mal durante a relação sexual entre eles e que a agressividade foi para fazer massagem cardíaca na ex (Portal G1 Rondônia, 4 de agosto, 2021).

Na referida notícia a motivação do crime foi descrita pelo acusado, como tentativa de ajudar pois a vítima estaria passando mal. A narrativa jornalística traça um histórico antecedente ao crime que permite uma compreensão mais ampla do crime ao destacar que a mulher morta tinha medida protetiva em vigor contra o suspeito do crime.

Em notícia publicada pelo G1 Roraima destacamos a notícia “Jovem é assassinada a facadas por namorada no dia do aniversário de 20 anos em Boa Vista” publicada no dia 15 de dezembro 2021, percebemos ao decorrer do texto que a palavra “feminicídio” não foi utilizada em nenhum momento para se referir a tipificação do crime, trata-se de um crime de feminicídio independente se quem o praticou foi homem ou mulher; a narrativa jornalística falha ao não nomear o tipo do crime. A solução para o problema passa pela superação das lógicas machistas e misóginas que regulam as relações de gênero que culminam em feminicídios e demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres (MIRANDA, 2020).

Ainda no portal G1 Roraima a notícia publicada no dia 2 de outubro de 2021 intitulada “Homem que matou ex a facadas após fazer festa para vítima em RR é condenado a 24 anos de prisão”, diferente das demais essa notícia detalha bem o ocorrido trazendo trechos de relatórios concedidos pela polícia. Porém a palavra “feminicídio” é citada apenas uma vez no início do texto. “José Antônio foi submetido a um júri popular no último dia 30. Além da pena por feminicídio, ele foi condenado a 8 meses pelo crime de fraude processual e 20 dias de multa em concurso material de crimes.” Como as demais notícias analisadas na pesquisa o que prevalece é a descrição factual do crime sem nenhuma associação com a causa mais ampla da violência de gênero que persiste em sociedade extremamente desiguais para homens e mulheres.

O contexto dos estados que as notícias se reportaram (Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins) não difere da realidade nacional marcada pela desigualdade no acesso aos direitos básicos pelas mulheres como o direito de ir e vir, o direito a uma vida digna, o direito de ter segurança para sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios teóricos e metodológicos apresentados ao longo da pesquisa sobre a análise da narrativa jornalística sobre o feminicídio apontaram para a dificuldade da problematização do crime nas notícias pelos portais de notícias selecionados para o estudo. A hipótese levantada para a limitação das narrativas jornalísticas pode ser atribuída a rotina produtiva acelerada do jornalismo e a precarização da profissão que faz com que profissionais das notícias tenham que produzir notícias para diferentes formatos (texto, áudio, vídeo, foto) o que reduz o tempo para o aprofundamento dos assuntos. Contudo tal situação não pode ser vista como justificativa para reforçar narrativas que reforçam estereótipos de gênero na cobertura do crime do feminicídio. Assim destaca-se a relevância da formação acadêmica dos e das futuras(os) jornalistas e a formação continuada dos e das profissionais que atuam no mercado de modo a compreender que a forma de um relato de um crime de feminicídio precisa observar as características corretas da sua tipificação de modo a evitar reforço de estereótipos mesmo em notícias curtas e factuais.

O jornalismo como instrumento para a formação de opinião pode atuar na conscientização da população sobre o tema e mesmo que o novo no vocabulário jurídico (2015) seja recente trata-se de um crime amplamente praticado no país e nos estados da Amazônia Legal aqui destacados. Destinar mais espaço para a cobertura jornalística desses crimes também é fundamental para ampliar o conhecimento do problema social levando em consideração o número elevado de feminicídios na região amazônica e a amostra reduzida deles migraram para os sites de notícias.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: MARTINS, M. L.; CORREIA, M. L.; VAZ, P. B; ANTUNES, E. (Org.). **Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar**. 1ed. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2016, p. 49-69.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Homicídio de Mulheres.

Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dadosseries/40>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GUEBARA, D. K. M., & RAVACHE, R. L. Desigualdade de gênero os desafios encontrados pelas mulheres na sociedade. In: **Connection Line – Revista Eletrônica do Univag**, 2021, v. 24, p. 154- 159.

JORGE, T. M. (Org.). **Notícia em Fragmento: análise de conteúdo no jornalismo**. Universidade de Brasília, UnB. Volume 2 - Série Jornalismo e Sociedade, 2015.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton. **Um Problema Cotidiano - Jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. Desenvolvimento regional sob a perspectiva de gênero: atuação organizada de mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. In: **Novos Cadernos NAEA**, 2013, v. 16, p. 262-283.

MIRANDA, C. M. Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero. In: Cynthia Mara Miranda, Maíra Evangelista de Sousa, Carlos Alberto de Carvalho, Leandro Rodrigues Lage. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, v. 1, p. 131-154.

NOBRE, M. *Violência e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2017.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. *Femicide: The politics of woman killing*. Twayne Pub, 1992.

NOTÍCIAS REFERENCIADAS NO RELATÓRIO FINAL

Conselho da Polícia Civil do Amapá decide demitir agente réu por feminicídio de empresária. Disponível em: [https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/22/conselho-da-policia-civil-do-amapa-decide-demitir-servidor-reu-por-feminicidio-de-empresaria.gh.html]. Acesso em: 20 de Agosto de 2024

Réu por feminicídio de ex-namorada 32 anos mais jovem é condenado a 21 anos de prisão no AP. Disponível em: [https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/17/reu-por-feminicidio-de-ex-namorada-32-anos-mais-jovem-e-condenado-a-21-anos-de-prisao-no-ap.gh.html]. Acesso em: 20 de Agosto de 2024

Suspeito de matar adolescente de 14 anos após ela terminar namoro é preso. Disponível em:

[<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/11/05/suspeito-de-matar-adolescente-de-14-anos-apos-ela-terminar-namoro-e-presos.shtml>]. Acesso em: 20 de Agosto de 2024

Marido suspeito de matar a mulher durante briga presenciada pelo filho é preso; criança ligou para a polícia pedindo ajuda. Disponível em:

[<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/08/29/marido-suspeito-de-matar-a-mulher-durante-briga-presenciada-pelo-filho-e-presos-crianca-ligou-para-a-policia-pedindo-ajuda.shtml>]. Acesso em: 20 de Agosto de 2024

Mulher achada morta tinha medida protetiva contra PF aposentado, diz TJ-RO; casal ficou junto por 25 anos. Disponível em: [<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/08/04/pf-presos-feminicidio-porto-velho-policial-federal-assassinato.shtml>]. Acesso em: 20 de Agosto de 2024

Jovem é assassinada a facadas por namorada no dia do aniversário de 20 anos em Boa Vista. Disponível em: [<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/12/15/jovem-e-assassinada-a-facadas-por-namorada-no-dia-do-aniversario-de-20-anos-em-boavista.shtml>]. Acesso em: 01 de Setembro de 2024

Homem que matou ex a facadas após fazer festa para vítima em RR é condenado a 24 anos de prisão. Disponível em: [<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/10/02/homem-que-matou-ex-a-facadas-apos-fazer-festa-para-vitima-em-rr-e-condenado-a-24-anos-de-prisao.shtml>]. Acesso em: 01 de Setembro de 2024.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Tocantins.

Capítulo 10

PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O
ENSINO DAS ARTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS
SÉRIES FINAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Larissa Ribeiro Benigno¹

Adriana dos Reis Martins²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar a conformidade dos materiais didáticos desenvolvidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático para o Ensino das Artes no Ensino Fundamental II com as Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de avaliar se esses materiais atendem aos parâmetros educacionais estabelecidos por essa normativa e como eles refletem seus princípios. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma análise documental dos editais deste Programa, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Os resultados obtidos revelaram que, embora haja um progresso na elaboração dos materiais didáticos, ainda há desafios na plena integração das Diretrizes Nacionais, especialmente no que tange à valorização das diversas linguagens artísticas. Estes resultados sugerem a necessidade de uma maior articulação entre as universidades, responsáveis pela formação de professores, e entre as Secretarias de Educação, para garantir a produção de materiais didáticos mais alinhados com as políticas educacionais vigentes. O trabalho contribui para a área de educação ao propor estratégias para melhorar a conformidade dos materiais didáticos com a legislação educacional, buscando enriquecer o ensino das Artes na Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino das Artes; Legislação; Material Didático.

¹ Graduanda em Licenciatura em Teatro, Bolsista do CNPq, estudante da Universidade Federal do Tocantins, e-mail: larissa.benigno@mail.uft.edu.br

² Doutora em Artes pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pós-doutora em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Professora Adjunta do curso de Teatro da Universidade Federal do Tocantins, e-mail: adrianaarte@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho científico é parte integrante do Subprojeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulado A Arte no contexto Local, Amazônico e Brasileiro: Ensino, Processos de Criação, Fazer Artístico e Práticas Interdisciplinares Tecnológicas Inovadoras³, de Martins et al. (2023). Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil).

Este estudo visa analisar se os materiais didáticos desenvolvidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o ensino das Artes no Ensino Fundamental II estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Buscamos compreender como esses materiais refletem e aplicam os princípios e objetivos da BNCC, proporcionando uma análise detalhada da conformidade entre a produção de materiais didáticos e os parâmetros definidos para o ensino das Artes na Educação Básica.

Além disso, examinamos a adesão das diretrizes regulatórias para a produção de materiais didáticos na Educação Básica, especialmente aqueles elaborados no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Esses materiais são concebidos segundo os editais destinados à criação de recursos de apoio à prática educativa, os quais são disponibilizados de forma sistemática, regular e gratuita às escolas públicas da Educação Básica, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC, [s./d.]).

3 Projeto cadastrado na Gestão de Projetos Universitários (GPU), da Universidade Federal do Tocantins - ID 6.142. E submetido ao Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil - CAAE: 69720423.5.0000.5519.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar a utilização da BNCC como referência para os currículos de Artes; compreender o papel do PNLD na elaboração desses materiais; coletar dados dos editais do PNLD destinados aos materiais de Artes no Ensino Fundamental II para verificar sua aderência às diretrizes educacionais; e analisar os dados sobre a elaboração dos materiais didáticos, contextualizando-os com estudos teóricos e documentos pertinentes à Educação Básica.

Esta pesquisa é relevante devido à escassez de pesquisas que investigam os materiais didáticos, tanto impressos quanto digitais, adotados nessas instituições em conformidade com a legislação educacional. Indo além de uma visão determinista, este estudo propõe explorar possibilidades de articulação entre as Universidades, enquanto centros de formação de professores, e entre as Secretarias de Educação, com base nas políticas públicas voltadas para a área educacional. Dessa forma, almeja-se desenvolver, se necessário, estratégias para estabelecer parcerias entre os Centros de Formação e os sistemas de ensino, contribuindo para embasar o planejamento relacionado à elaboração de materiais didáticos de acordo com as normas estipuladas na legislação educacional e nos critérios dos livros didáticos para a Educação Básica.

A relevância social e acadêmico-científica deste estudo é inegável, pois se trata de um trabalho essencial para a Educação, em geral, para a formação inicial e continuada dos professores e para o Ensino das Artes, o que contribui para a valorização da cultura no estado do Tocantins e do país.

MÉTODO E MATERIAIS

Adotamos uma abordagem qualitativa, para investigar a qualidade e a adequação dos materiais didáticos utilizados no ensino das Artes, contribuindo para o aprimoramento do ensino e aprendizagem nessa

área fundamental do currículo escolar. Minayo (2014, p. 57) afirma que: “as abordagens qualitativas se conformam melhor à investigação de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.”

As perguntas de pesquisa que pretendemos responder são as seguintes: O que o PNLD propõe, no edital, quanto às diretrizes para a elaboração do material didático para o Ensino da Arte Ensino da Arte? Quais dados apontados nos editais do PNLD contemplam o previsto na legislação para o desenvolvimento do Ensino da Arte para elaboração de material didático e o que revelam os dados dos três últimos editais publicados pelo PNLD em relação à produção de material didático para o Ensino da Arte?

Vale ainda destacar que pretendemos aliar os aspectos qualitativos dos dados coletados, articulando-os aos estudos legais, bibliográficos e documentais, para abranger o sistema de relações que compõem o objeto de estudo, relacionado à educação, ao estudante, ao professor e às práticas pedagógicas (Diez; Horn, 2013).

Sendo assim, para a análise de dados coletados foi realizada a análise Documental, conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Dessa forma, a Análise Documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito.

Para a realização desta pesquisa, foram realizadas as seguintes atividades:

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

- 1) reuniões com o grupo que integra o A Arte no contexto Local, Amazônico e Brasileiro: Ensino, Processos de Criação, Fazer Artístico e Práticas Interdisciplinares Tecnológicas Inovadoras;
- 2) reunião com a orientadora para discussões sobre o objeto de pesquisa;
- 3) seleção, leitura e fichamento do referencial bibliográfico produzido pelo grupo
Observatório das Artes;
- 4) levantamento de documentos legais que normatizam a atividade do PNLD;
- 5) identificação dos três últimos editais publicados pelo PNLD em relação à produção de material didático para o Ensino da Arte;
- 6) leitura e análise dos dados apontados nos editais do PNLD que contemplam o previsto na legislação para o Ensino da Arte quanto à elaboração de material didático;
- 7) elaboração dos relatórios parciais e finais de pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS E DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO DOCUMENTO NORTEADOR DOS CURRÍCULOS DO ENSINO DAS ARTES

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes para a Educação no Brasil, orientando o currículo das escolas de Educação Básica em todo o país desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Trata-se de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.” (Brasil, 2018, p. 7). Esse documento versa sobre os conhecimentos, habilidades e competências que devem ser desenvolvidos pelos alunos em cada área do Ensino Básico, além de determinar a organização geral do currículo (MEC, 2018). Essa Lei foi desenvolvida com o objetivo de levar ao maior número de estudantes um ensino de excelência que atendesse às suas necessidades, segundo a Lei de Diretrizes e Base (1996, art. 9º).

No caso do ensino de Arte, a BNCC tem um conteúdo que trata sobre a produção de material didático no âmbito do Ensino de Arte, com vistas a favorecer o aprimoramento da criatividade e de habilidades artísticas, o que é primordial para as habilidades que a vida requer. A BNCC é um documento importante, uma vez que proporciona o direito à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento dos alunos, para que tenhamos uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Portanto, a utilização efetiva da BNCC é fundamental para que haja materiais didáticos de qualidade com o uso do Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO, E DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

A normativa que define o papel da autarquia federal foi criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, a chamada Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é responsável pela execução das políticas educacionais do MEC. Atualmente esse Fundo gerencia diversos contratos de programas e projetos voltados à educação. De acordo com o art. 2º, § 2º, dentre seus contratos administrativos celebrados, estão incluídos:

1. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD;
2. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE;
3. Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos;
4. Programas e Projetos no âmbito das Secretarias do Ministério da Educação;
5. Programas e Projetos no âmbito do FNDE. (Brasil, 1969, art. 2º - grifo nosso).

O FNDE tem desempenhado um papel fundamental na melhoria dos critérios de qualidade para a produção de livros didáticos, o que aumenta a probabilidade de que esses materiais estejam alinhados com as diretrizes da BNCC. Com um forte compromisso em executar programas e controlar políticas educacionais, o PNLD garante a avaliação e a distribuição sistemática, regular e gratuita de obras didáticas, pedagógicas e literárias, promovendo o acesso universal a recursos educacionais de alta qualidade (Brasil, 2017). O MEC define o PNLD da seguinte forma:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (Brasil, 2017, art. 1).

Ao abranger as redes federal, estadual, municipal e distrital, bem como as instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, o PNLD promove a equidade de acesso aos recursos educacionais do país. Como resultado, a abordagem abrangente e a regularidade fortalecem o compromisso com a educação inclusiva de qualidade, garantindo que todos os alunos recebam o apoio necessário para desenvolver suas habilidades e conhecimentos.

DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DA ARTE

No campo da Educação Artística, o PNLD tem diretrizes sobre as quais os detentores de direitos autorais devem obedecer a rigorosos critérios de avaliação. Essa avaliação é realizada pela Comissão Newton, formada por especialistas na área, que pretende disponibilizar

obras que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC e pelo Plano de Ensino em vigor (Brasil, 2024).

De acordo com Teixeira (2011), a relevância desse recurso pode ser observada nas políticas governamentais que situam o Brasil como um país que detém um dos maiores programas de distribuição de livros através do PNLD. Mais de 10 anos após essa verificação, em 2021, o Brasil ainda é referência no tocante a essa política, e que disponibiliza um acervo de livros didáticos, bibliotecas de obras literárias, obras complementares, dicionários, principalmente para as escolas públicas. A partir do Decreto nº. 9.099, de 2017, esse Programa passou a atender a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos.

Observamos uma ampliação no fornecimento de livros e outros materiais didáticos que regulamentam esse processo. No entanto, ainda é evidente que, em muitas escolas públicas, um único recurso é frequentemente o único disponível, o que limita o acesso a um conjunto mais amplo de conhecimentos. Poucos registros documentam como esses materiais são efetivamente utilizados nas escolas ou qual tem sido sua presença no ambiente escolar.

Em relação à produção e distribuição de livros didáticos, o FNDE assume a responsabilidade de oferecê-los a Estados e municípios, com o processo licitatório de concorrência das editoras com suas propostas para todos os anos letivos. Após as editoras serem selecionadas, o FNDE faz a distribuição dos livros e monitora a qualidade junto ao MEC, responsável por ditar critérios de qualidade e por fiscalizar o consumo dos livros (Brasil, 2024).

O PNLD possui um papel de destaque na busca pelo acesso universal e pela qualidade dos livros didáticos, embora a escolha do material, realizada pelos professores, possa ter, como influência, diversos aspectos, como conteúdo, método de ensino e questões culturais. A pandemia acentuou esses desafios, exigindo um novo olhar sobre a

escolha do material para garantir que todos tenham um ensino de qualidade. O PNLD tem sido essencial para promover a equidade ao aplicar critérios de escolha claros a partir dos editais do FNDE e ao assegurar qualidade na distribuição de livros em larga escala às escolas públicas.

ANÁLISE DOS EDITAIS

No Edital de Convocação 02/2015 – CGPLI (PNLD 2017), foram avaliadas e selecionadas obras didáticas para as áreas de Linguagens, incluindo a disciplina de Arte, destinadas aos professores e estudantes do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental. No item 4.1.3, foi definido que as obras de Língua Estrangeira Moderna e Arte deverão estar acompanhadas de um CD em áudio, e que o CD do componente curricular Arte será destinado à aprendizagem da Música (PNLD 2017, p. 2).

As obras didáticas de Arte devem ser compostas por livros reutilizáveis, contendo até 400 págs. no livro do estudante e até 512 págs. no livro do professor. Tais obras devem estar divididas em quatro volumes para o 6º ao 9º anos (PNLD 2017, p. 3).

Todavia, foram estabelecidos critérios de exclusão na triagem das coleções didáticas que não atenderam a determinadas características, como a ausência de CD em áudio ou a falta de livros reutilizáveis (PNLD 2017, p. 21). O Quadro 1, a seguir, nos mostra os critérios de exclusão de obras:

Quadro 1: Critérios de exclusão das obras

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO NA TRIAGEM

1. Nesta etapa serão excluídas as coleções didáticas que apresentarem as seguintes características, salvo o disposto nos **subitens 7.2.2.2, 7.2.2.3, 7.2.2.4, 7.2.2.5 e 6.3.8.8**:

A – REFERENTE AOS ELEMENTOS GERAIS DA OBRA CARACTERIZADA E DESCARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO CONFORMIDADE
A1	Obra didática não entregue nos prazos estipulados no item 2.1 do edital.
A2	Obra didática pré-inscrita no tipo 1 e entregue em composição diferente da informada no SIMAD.
A3	Obra didática pré-inscrita no tipo 2 entregue em composição diferente da definida no SIMAD.
A4	Obra didática não organizada em quatro volumes, conforme definido no Quadro 1.
A5	Obra do componente Arte e LEM (Inglês e Espanhol) não acompanhada de CD em áudio.
A6	Obra dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (História e Geografia) ou Arte não composta de livros reutilizáveis.
A7	Obra do componente curricular LEM (Inglês e Espanhol) não composta de livros consumíveis.
A8	Material identificado como caderno atividades.
A9	Obra didática com anexos ou similares em volume separado.
A10	Obra que tenha mais de um editor.
A11	Obra cujo autor ou organizador não seja pessoa física identificado na primeira capa do livro.
A12	Obra que não foi pré-inscrita no SIMAD.

Fonte: PNLD (2017).

O Ensino Fundamental obrigatório tem a duração de nove anos, com início aos 6 anos de idade e com a inclusão de Artes (PNLD, 2017, p. 47). As áreas consideradas incluem Linguagens (Arte, Língua estrangeira moderna e Língua Portuguesa), Ciências da Natureza, Ciências Humanas (Geografia e História) e Matemática. Ainda nesse PNLD, são destacados os princípios estéticos estabelecidos na Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Esses princípios enfatizam o cultivo da sensibilidade, o enriquecimento das formas de expressão, a valorização das manifestações culturais e a construção de identidades plurais e solidárias. Ademais, o edital reconhece as quatro linguagens da Arte (campos artísticos das Artes Audiovisuais e Visuais, da Dança,

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

da Música e do Teatro), além da sua importância e abrangência na escola para promover a cidadania multicultural. E para que isso ocorra, o material didático deve estimular o pensamento crítico, integrando teoria e prática para promover o pensamento divergente e proporcionar vivências significativas em Arte para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento das expressões humanas.

No Edital de Convocação 01/2018 – CGPLI (PNLD, 2020), os critérios de avaliação das obras incluíram especificações para os materiais impressos e digitais. Para as obras didáticas de Arte, foram definidas 832 págs. para o livro do estudante impresso, 976 págs. para os manuais do professor impresso e 4 DVDs de 4,5 GB cada para o manual do professor em formato digital. No contexto interdisciplinar de Linguagens, que inclui Arte com Língua Portuguesa, foram estabelecidas 1.600 págs. para o livro do estudante impresso, 1.920 págs. para o manual do professor impresso e 4 DVDs de 4,5 GB cada para o manual do professor em formato digital (PNLD 2020, p. 1).

Seguindo as Orientações para as Obras Interdisciplinares, foi estipulado que os componentes de Língua Portuguesa e Arte devem apresentar relações entre essas duas disciplinas. O Quadro 2 demonstra que, em ambos os casos, é necessário incluir DVDs no material didático, tanto para a interdisciplinaridade entre as disciplinas quanto para os projetos integradores na escola.

Quadro 2: Critério de especificações de Materiais Didáticos (Arte e Língua Portuguesa)

Interdisciplinar	Linguagens (Língua Portuguesa e Arte)	1600	1920	4 DVDs 4,5 GB cada
Projetos Integradores	6º e 7º anos**	112	448	1 DVD de 4,5 GB
	8º e 9º anos**	160	512	

Fonte: PNLD (2020).

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Em contraste com 2017, que não era aceito livro impresso digitalizado como equivalente de manual do professor multimídia, no edital de 2020, o material deve ser composto pelo livro do estudante impresso e pelo manual do professor, sendo este composto por livro impresso e material digital (PNLD, 2020, p. 2). O item 2.1.9 afirma que cada livro impresso do estudante das obras didáticas de Língua Inglesa e Arte, inclusive do tipo Interdisciplinar, deve estar acompanhado de um CD em áudio, e o CD em áudio, do componente curricular Arte, deve ser destinado à aprendizagem da Música. Como em 2017, o CD em áudio dos componentes curriculares Língua Inglesa e Arte foi considerado parte integrante das obras (PNLD, 2020, p. 3).

Sobre a proposta de avaliação do componente curricular, a Arte deve considerar as características peculiares do componente diferentemente das demais disciplinas que são realizadas as avaliações individuais com 10 questões abertas e de múltipla escolha. Os critérios de eliminação são semelhantes aos do edital de 2017 (PNLD, 2020).

O Edital de Convocação 01/2022 (PNLD, 2024-2027), de 2024 a 2027, que contempla o Ensino Fundamental Anos Finais, estabelece que o material impresso deve conter quatro volumes, com, no máximo, 832 págs. para os estudantes e com 1.280 págs. para os professores (p. 2). A novidade trazida neste edital é que, nos casos dos quatro volumes de Arte, a versão digital-interativa deve incluir recursos em áudio para as atividades voltadas ao desenvolvimento das competências e habilidades, especialmente em Música e Dança, com 5 a 15 áudios por ano, com duração de 20 segundos a 5 minutos por faixa. Ademais, para todas as coleções, a versão digital-interativa deve conter, no mínimo, carrossel de imagens, infográficos para a matéria de Língua Inglesa e conter áudios para a matéria de Arte. O Quadro 3 apresenta as coleções didáticas previstas para os anos de 2024 a 2027:

Quadro 3: Coleções didáticas previstas para 2024 a 2027

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Quadro 1: Coleções didáticas previstas para o PNLD 2024 (Objeto 01)									
Coleções didáticas									
Área do conhecimento		Linguagens				Matemática	Ciências da Natureza	Ciências Humanas	
Componente curricular		Arte	Educação Física	Língua Portuguesa	Língua Inglesa	Matemática	Ciências	História	Geografia
Livro impresso do estudante	n.º de volumes	4	-	4	4	4	4	4	4
	máximo de páginas	832	-	1280	832	1216	1216	1216	1216
Livro digital-interativo do estudante		Versão em HTML5 enriquecida com ferramentas de interatividade							
Manual impresso do professor	n.º de volumes	4	4	4	4	4	4	4	4
	máximo de páginas	1280	384	1664	1280	1568	1568	1568	1568
Manual digital-interativo do professor		Versão em HTML 5 enriquecida com ferramentas de interatividade							

Fonte: PNLD (2024-2027).

O Edital de 2024 estabelece critérios específicos para a avaliação pedagógica das obras didáticas, em conformidade com a BNCC e com a Lei nº 13.278/2016, onde são contempladas as quatro linguagens de acordo com a BNCC, incluindo oportunidades para a aquisição das competências gerais, competências específicas e habilidades relacionadas à Arte, em diálogo com outros componentes curriculares. Foram incluídos o compartilhamento de saberes e de produções entre os estudantes por meio de exposições, saraus, espetáculos, performances, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações artísticas e culturais.

Outra inovação é a avaliação da inclusão de noções introdutórias de práticas de pesquisa nos volumes da obra didática de Arte, que visa a estimular os estudantes a transformarem sua interação com a cultura e com a pesquisa acadêmica, trazendo ao Ensino Fundamental essa

prática comum ao Ensino Superior. Além disso, o manual do professor deve respeitar o campo epistemológico de cada uma das linguagens artísticas, bem como suas possibilidades de interação e diálogo, visando enriquecer o conteúdo educacional.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS EDITAIS

Enquanto o Edital PNLD de 2017 especificava livros de até 400 págs. para o estudante e 512 págs. para o manual do professor, o Edital de 2020 aumentou significativamente o volume de conteúdo, com 832 págs. para o livro do estudante e 976 págs. para o manual do professor. Além disso, o Edital de 2020 introduziu materiais digitais e ampliou ainda mais o conteúdo no contexto interdisciplinar, com 1.600 páginas para o livro do estudante e com 1.920 páginas para o manual do professor.

Já em relação ao Edital mais recente, de 2024-2027, percebemos a priorização da integração entre os formatos impresso e digital, com destaque na interatividade e na incorporação de recursos audiovisuais. Outra novidade é a abordagem mais aprofundada da avaliação pedagógica, alinhada à BNCC e à Lei nº 13.278/2016, contemplando as quatro linguagens da Arte (Artes Audiovisuais e Visuais, Dança, Música e Teatro) e incluindo oportunidades para a aquisição de competências gerais, competências específicas e habilidades relacionadas à Arte, em diálogo com outros componentes curriculares. Foram também incluídos critérios sobre o compartilhamento de saberes e produções artísticas entre os estudantes, bem como a avaliação da inclusão de noções introdutórias de práticas de pesquisa nos volumes de Arte.

Portanto, os editais demonstram uma evolução progressiva na produção de material didático para o Ensino da Arte, com especificações cada vez mais detalhadas e com uma integração entre formatos impresso e digital, com ênfase na interatividade e na incorporação de recursos audiovisuais, além de uma abordagem mais

aprofundada da avaliação pedagógica alinhada à BNCC e à legislação pertinente.

ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PROGRAMA

Durante o período em que estive no programa, busquei me envolver ativamente em diversas atividades científicas e acadêmicas. Como esta foi minha primeira experiência em um trabalho de preparação científica dentro do curso de licenciatura, dediquei-me principalmente a aprender a buscar fontes para trabalhos acadêmicos, como artigos científicos, e a me familiarizar com os procedimentos e técnicas de pesquisa. Isso me deu mais maturidade para me familiarizar cada vez mais com os trabalhos acadêmicos de pesquisa científica e enriquecer ainda mais a minha visão sobre um projeto de pesquisa.

Portanto, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) despertou em mim um profundo interesse em participar de futuras produções científicas, com o objetivo de contribuir para o avanço do conhecimento sobre a arte na educação básica no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a pesquisa em foco analisou as publicações de materiais didáticos destinados ao Ensino de Artes no Ensino Fundamental nas Séries Finais, no âmbito da Educação Pública, com o intuito de avaliar sua consonância com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados desta pesquisa evidenciam um avanço gradual na elaboração desses materiais, desde a aderência às diretrizes básicas até uma integração mais abrangente entre os formatos impressos e digitais, priorizando a interatividade e o aprimoramento das competências e habilidades dos estudantes das escolas públicas do país.

Esses avanços refletem um compromisso crescente por parte das editoras e do Ministério da Educação em oferecer materiais didáticos cada vez mais alinhados às normativas educacionais vigentes, com o objetivo de fomentar uma educação em Arte mais enriquecedora, contemporânea e eficaz para o contexto do Ensino Público brasileiro, dando ênfase às diversas linguagens artísticas e à celebração da cultura e da diversidade.

Torna-se, portanto, evidente a importância de os professores e instituições terem conhecimento do conteúdo da legislação vigente, das normativas norteadoras da Educação e dos critérios estabelecidos nos programas, projetos e editais, para que possam aperfeiçoar suas estratégias e práticas docentes para atender às novas exigências e promover um ensino de alta qualidade para os alunos.

Apesar das significativas mudanças ao longo do tempo, a Educação ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à integração da disciplina de Arte na sala de aula. A conquista desse espaço é uma tarefa complexa, sobretudo ao considerar efetivamente as quatro linguagens artísticas. No entanto, é possível promover essa transformação por meio de melhorias em diversos aspectos, como o aprimoramento dos editais do PNLD, a seleção adequada de materiais, a fiscalização eficaz e a distribuição adequada dos recursos nas escolas, além da conformidade com as normativas do MEC. Essas medidas podem significar melhorar a qualidade do ensino, proporcionando aos professores os recursos necessários para um trabalho eficaz e significativo.

Portanto, é importante aprimorar continuamente a acessibilidade dos materiais didáticos para os alunos, bem como aperfeiçoar o que já está sendo melhorado. Isso envolve não apenas os aspectos pedagógicos, mas também proporcionar um ambiente que promova o desenvolvimento do aluno, garantindo sua inclusão e reconhecimento como indivíduo em aprender dentro e fora da sala de aula.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas do Livro. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 2, de 12 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2011/resolucao-cd-fnde-no-2-de-12-de-janeiro-de-2011> . Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Visão geral e ambiente externo. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2023/visao-geral/visao-geral-e-ambiente-externo#:~:text=O%20Fundo%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC\)](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2023/visao-geral/visao-geral-e-ambiente-externo#:~:text=O%20Fundo%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC)). Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

DIEZ, C. L. F.; HORN, G. B. Orientações para elaboração de Projetos e Monografias. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

TEIXEIRA, R. de F. B. Significados do livro didático na cultura escolar. Curitiba: [s./e.], 2011. 1 CD. Disponível em: <https://docplayer.com.br/34357667-Significados-do-livro-didatico-na-cultura-escolar.html>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 11

VALORES DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA NA
MUDANÇA SOCIAL: POR UMA ÉTICA
DECOLONIZANTE

Rafaela Caroliny Gomes ¹

Fabio Nascimento Sandes ²

RESUMO

No caso desse relatório, faz-se necessário apontar para o atual momento socioeconômico e sociopolítico, que requer a compreensão de uma postura afeita aos princípios democráticos e sobretudo à noção de solidariedade entre os povos. Diante da globalização e da mistura entre os povos, as barreiras erguidas pela colonização que separavam as nações foram enfraquecidas, porém os efeitos negativos da colonização são evidentes nas civilizações historicamente subjugadas. Em meio a esse cenário de guerra e polarização, é necessário pensar e atuar em meio às brechas que se abrem dentro do sistema com o propósito de semear, cultivar e agricultar a interculturalidade e decolonialidade a partir das fissuras da ordem capitalista/moderna/colonial (WALSH, 2013). Tal postura foi empregada, à medida que adotamos como metodologia de pesquisa científica o estudo de caso para indagar questionamentos sobre fatos que ocorrem dentro da esfera contemporânea social, mais especificamente dentro da escola. Analisamos as respostas de quatro participantes em um questionário semiestruturado (dois professores em exercício e duas professoras em formação vinculadas ao curso de Letras – Língua Inglesa e Literatura da UFT, campus de Porto Nacional). A pesquisa revelou que ainda se faz necessária uma conscientização sobre a existência da colonialidade e do impacto desses efeitos na vivência humana na atualidade. É fundamental praticar o pensamento decolonial para a emancipação intelectual daqueles inseridos nesse mundo globalizado, que nunca esteve tão conectado e integrado, mas que ainda serve como palco para cenários de conflitos e guerras baseados em divergências culturais, políticas e sociais.

Palavras-chave: Comunicação Não-Violenta; ética; decolonialidade.

¹ Graduanda em Licenciatura em Letras: Língua Inglesa e Literaturas, Pibic UFT/FAPT, Universidade Federal do Tocantins, rafaela.gomes@uft.edu.br.

² Doutor em Linguística e Literatura, Curso de Licenciatura em Letras: Língua Inglesa e Literaturas, Universidade Federal do Tocantins, fnsandes@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

No episódio “Brasil: os extremos da desigualdade” do Podcast “O Assunto”, o economista e professor Pedro Fernando Nery é entrevistado com base no lançamento de seu livro “Extremos: um mapa para entender as desigualdades no Brasil”. Nery analisa a realidade dos extremos da distribuição de renda entre os cidadãos brasileiros. Existe na sociedade brasileira uma parcela relativamente pequena de pessoas que gozam de grande conforto financeiro e poder aquisitivo à nível mundial, ao mesmo tempo, existem milhares de pessoas que carecem das necessidades básicas humanas (NERY, 2024).

Em 1970, o economista Edmar Rocha referiu-se ao Brasil como “Belíndia”. O termo foi criado para definir a sociedade brasileira como uma nação tão rica como a Bélgica, mas tão pobre como a Índia. Portanto, a riqueza e a pobreza coexistem em simultâneo desenvolvimento em um país onde ocorre uma intensa e dolorosa polarização econômica. Segundo Nery, “90 milhões de brasileiros, infelizmente, não têm acesso à coleta de esgoto até hoje. Das 10 cidades com piores índices de saneamento básico no Brasil, metade está na região norte”. O progresso da economia é afetado quando cidadãos esforçados e talentosos nascem em classes desprivilegiadas e não têm acesso ao serviço público básico. Nery afirma que:

O quanto de talento a gente não é privado enquanto sociedade quando crianças esforçadas e capazes não têm todo seu potencial desenvolvido porque não têm acesso, às vezes, ao serviço público mais básico, ou vive em um ambiente familiar de muito estresse e privação de todo tipo, então a gente está falando de médicas que deixam de ser formadas, engenheiros que deixam de existir. (O Assunto - Brasil: Os extremos da desigualdade. disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4GK8pxKR9vQz4VEvzJrAfZ?si=2b6565b9e95b434b>, acesso em 12/06/2024.)

Concordamos com o posicionamento do economista. Em nossa sociedade atual, a classe social na qual o indivíduo está inserido molda a sua realidade de vida. Oportunidades de crescimento socioeconômico tendem a ser escassas para aqueles que nascem na base da pirâmide social. No Brasil milhões de pessoas ocupam esta posição de desfavorecimento. O Brasil é um país que perpetua a desigualdade entre a sua população. É bastante comum que o acesso da população que vive em pobreza ou extrema pobreza aos serviços básicos de responsabilidade do estado como educação, saneamento básico e saúde pública seja limitado por falta de investimento na estruturação da distribuição desses serviços. A educação é a via principal para que ocorra o desenvolvimento socioeconômico na vida de um cidadão, sendo um direito de todos os brasileiros independente de sua classe social. Na legislação brasileira, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Infelizmente a distribuição pública de um serviço educacional de qualidade no Brasil é composta por grandes desafios, como a qualidade deficiente do ensino, a estrutura física da unidade educacional, a falta de formação dos docentes e os investimentos financeiros escassos provenientes do governo. Estudantes esforçados e dotados que nascem em periferias sem acesso à educação de qualidade são silenciados, sem oportunidades para o desenvolvimento de seus intelectos. O Brasil, assim, acaba perdendo

grandes profissionais do futuro, que auxiliariam no crescimento econômico do país.

Considerando o Brasil parte de um contexto global mais amplo, faz-se relevante a compreensão dos efeitos de uma série de revoluções no mundo nos últimos quinhentos anos. Segundo Harari (2011), os avanços científicos juntamente com a Revolução Industrial geraram poderes sobre-humanos nunca vistos antes. O rápido processo de globalização fez com que as nações se unissem, promovendo o crescimento da economia mundial ao mesmo tempo que gerou também uma série de desigualdades. A ordem social mudou por completo, assim como as relações políticas, a vida cotidiana e a psicologia humana. Porém, o crescimento econômico não trouxe um aumento na felicidade humana, surgindo assim o questionamento sobre quais são verdadeiramente os benefícios do capitalismo para a humanidade. Harari (2011) afirma que família e comunidade são os dois fatores que mais impactam a felicidade humana:

A família e a comunidade parecem ter mais impacto em nossa felicidade que o dinheiro e a saúde. As pessoas com famílias unidas que vivem em comunidades integradas e solidárias são significativamente mais felizes que aquelas cujas famílias são disfuncionais e que nunca encontraram (ou nunca buscaram) uma comunidade à qual pertencessem. (p. 402)

Antes da Revolução Industrial, as pessoas viviam dependentes de suas famílias e comunidades. A grande maioria dos cidadãos trabalhavam em negócios familiares, Harari (2011) pontua que “a família era também o sistema de bem-estar, o sistema de saúde, o sistema educacional, a indústria de construção, o sindicato, o fundo de pensão, a companhia de seguros, o rádio, a televisão, os jornais, o banco e até mesmo a polícia” (p. 367). A mudança dessa estrutura familiar devido à Revolução Industrial permitiu que os serviços prestados anteriormente pelo sistema familiar passassem a ser

disponibilizados pelo Estado, assim, enfraquecendo conexões essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento da felicidade humana.

Argumento semelhante é utilizado por Sarah Ahmed (2008). A autora menciona o programa da BBC chamado *The Happiness Formula* (2006). O terceiro episódio do programa apresenta a importância da comunidade para a felicidade humana, compartilhando a visão de que: "Comunidades felizes são comunidades que têm um forte vínculo social, mas também que o vínculo de tais comunidades é baseado em 'ser igual'" (AHMED, 2008, p. 122). As comunidades são, portanto, mais felizes se seus componentes são semelhantes em pontos de vista e valores.

Com a imigração aumentando no mundo, surgiram questionamentos sobre a possibilidade de felicidade em uma comunidade multicultural. Esta preocupação surge devido às diferenças culturais dos variados imigrantes que participam de um corpo social. A harmonia das interações sociais é ameaçada por diferenças religiosas e étnicas entre os indivíduos que compõem essa coletividade. Trevor Phillips, Presidente da Comissão para a Igualdade e Direitos Humanos no Reino Unido, é entrevistado durante o terceiro episódio do programa da BBC. Ele compartilha a ideia de que "comunidades multiculturais tendem a ser menos confiantes e menos felizes" (AHMED, 2008, p. 122). As pessoas se sentem mais felizes em comunidades onde compartilham semelhanças e valores fundamentais, sejam raciais, crenças religiosas ou políticas. Phillips argumenta que a infelicidade que as pessoas sentem em ambientes onde a diferença existe não é necessariamente por causa da diversidade multicultural, mas por causa da falta de instrução para a interação.

Partindo da visão descolonizante, Catherine Walsh (2023) afirma que a interculturalidade e a decolonialidade caminham juntas e que são verbalidades que quando acionadas conduzem lutas contra os padrões opressores que ditam a vida de milhares. Walsh (2023, p. 113)

levanta questionamentos sobre como falar sobre a interculturalidade e a decolonialidade em meio ao cenário de guerra que se encontra a Abya Yala (termo proveniente da língua dos povos kuna-tule da Colômbia, utilizado pela escritora para referir-se à América Latina). Dito isso, como semear, cultivar e agricultar a interculturalidade e a decolonialidade a partir das fissuras da ordem capitalista/moderna/colonial, e como rompê-las? (WALSH, 2023, p. 113) Tendo isso em vista, pretendemos neste relatório responder a três perguntas norteadoras: a) Por que a ética segundo a perspectiva decolonial também pode ser descrita como uma posição de vantagem de onde a comunidade global é vista? b) Como a globalidade ao mesmo tempo confirma e desafia as concepções de estar em um relacionamento nos dias atuais? c) Como semear, cultivar e agricultar a interculturalidade e decolonialidade a partir das fissuras da ordem capitalista/moderna/colonial, e como rompê-las (WALSH, 2023)?

MÉTODO E MATERIAIS

Para responder tais perguntas, elegemos como metodologia de pesquisa científica o estudo de caso, que serve como estratégia de investigação para indagar questionamentos sobre fatos que ocorrem dentro da esfera contemporânea social (YIN, 1994, p. 10).

O uso de pseudônimo foi utilizado para manter a identidade da instituição e dos participantes em sigilo. Foram utilizados como material de análise a resposta de quatro participantes, dois desses participantes são professores que atuam em uma instituição de ensino denominada Colégio São José, localizada na cidade de Porto Nacional - TO, aos quais faremos referência pelo pseudônimo de Tiago e João. Os outros dois participantes são professores em formação matriculados no curso de Letras - Língua Inglesa e Literaturas na Universidade Federal do Tocantins, aos quais

chamaremos de Luísa e Valéria. O questionário com o título “Desenvolvendo a Comunicação Não-Violenta nas Escolas” foi desenvolvido para recolher respostas às perguntas analisadas neste artigo. Nas cinco seções do questionário, foram promovidos tópicos e questões relacionados à violência nas escolas: a) dados pessoais; b) violência racial e social; c) discriminação de gênero; d) concepções de felicidade; e) diário do chagal.

Na seção de dados pessoais, ocorreu a coleta de informações importantes sobre a identidade dos participantes e respectiva experiência na área do ensino. Foram propostas três questões nesta seção. A primeira buscou identificar o participante através da coleta de seu nome, a segunda buscou saber a disciplina ministrada ou estudada pelo participante e a terceira e última buscou saber há quanto tempo os participantes professores em atuação ministram essa disciplina e há quanto tempo os professores em formação estão cursando a licenciatura. As disciplinas ministradas pelos professores em atuação são compostas por matérias pertencentes à área da linguagem. O Tiago ministra as disciplinas de língua portuguesa, língua espanhola e língua inglesa, enquanto o João ministra a disciplina de língua portuguesa. Ambos os participantes que atuam como professores lecionam há mais de dez anos, e ambas as professoras em formação estão no curso há quatro anos.

Na segunda seção do questionário promovemos perguntas para coletar informações sobre o conhecimento prévio dos participantes quanto aos termos “Violência social” e “Violência racial”. Todos os entrevistados confirmaram conhecer esses termos. Sobre a complexidade das divisões sociais, Harari (2011) afirma que “infelizmente as sociedades humanas complexas parecem demandar hierarquias imaginadas e uma discriminação injusta.” (p. 151)

Em nossa leitura, esses fenômenos de hostilidade são bastantes presentes em nosso meio com episódios que surgem da diferença e da polarização, seja étnica ou financeira. Essas hierarquias sociopolíticas ditam o desenvolvimento dos relacionamentos e das interações humanas. Todos os participantes concordaram com a afirmação de

que existe violência dentro das escolas, afinal, como a escola é uma instituição educacional que atende estudantes de diversas origens e realidades, os conflitos interpessoais são esperados e acontecem com frequência.

DADOS E DISCUSSÃO

O participante João respondeu de modo afirmativo o seguinte: “Violência psicológica, verbal, bullying, abuso emocional e claro, violência física. O impacto é visível no desenvolvimento do estudante em todos os setores, principalmente em sua capacidade de aprendizado, bem como na sua concentração e disciplina.”

Segundo a argumentação de João, a violência é executada não somente através da agressão física, mas também por entre a ofensiva verbal e psicológica. Essas investidas intimidadoras são definidas como bullying. Quando questionados acerca da perspectiva sobre a existência de uma consciência ética e moral provenientes dos alunos sobre o patrimônio e a comunidade escolar, a resposta dominante foi a de que alguns alunos entendem os deveres éticos esperados em um ambiente social, mas outros não. A participante Luísa, professora em formação, contou sua experiência com a violência em sala de aula durante seu estágio:

Já presenciei uma aula em que dois alunos começaram a brigar fisicamente e até a professora saiu machucada... Então, de um modo geral, acredito que as escolas têm tentado ações que aproximem os alunos dessa conscientização, mas que ainda faltam alguns passos para atingir a consciência ética esperada. (Resposta da participante ao questionário: Desenvolvendo a Comunicação Não-Violenta nas Escolas.)

Infelizmente esse acontecimento presenciado em sala de aula por um de nossos participantes é comum no Brasil. A constância da violência nas escolas brasileiras tem preocupado educadores, principalmente após os recentes ataques violentos contra as instituições educacionais e seus alunos e funcionários. Como o caso do massacre em Suzano, São Paulo, em 2019, que deixou entre as fatalidades cinco alunos e dois professores, e o caso do ataque a uma creche em Blumenau, Santa Catarina, onde um homem invadiu uma instituição de educação infantil e matou a machadinhas quatro crianças, ferindo cinco. Daniel Cara, professor da USP e cientista político, foi o relator de um relatório publicado em junho de 2023 chamado “Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental.” Tratando sobre os elementos que constituem os ataques às escolas, Cara (2023) escreve:

Os ataques contemporâneos às escolas exibem uma série de elementos que se combinam em sua constituição. Entre eles, a motivação quase sempre se fundamenta no desejo de vingança e ressentimento em relação à sociedade e ao ambiente escolar. A busca por notoriedade também está presente, manifestando um desejo desenfreado de reconhecimento público por parte dos perpetradores, que veem os ataques escolares como uma maneira de obter atenção social. Por isso, há desejo de documentar o ataque e controlar a narrativa do crime, frequentemente facilitado pelo uso de câmeras de vídeo nas escolas, erros na cobertura da mídia e pela disseminação e exposição dos ataques nas plataformas de mídia social e na internet (CARA, 2023, p. 20)

Na terceira seção do questionário foram promovidas quatro questões voltadas para a discriminação de gênero nas escolas, baseado em um acontecimento que ocorreu em uma instituição educacional chamada Colégio Santo Agostinho, no Rio de Janeiro, em

01 de novembro de 2023. Nesse dia, imagens de estudantes meninas do sétimo e do nono ano foram alteradas para que estivessem nuas. Essa alteração ocorreu através de inteligência artificial. As imagens modificadas das meninas foram compartilhadas entre grupos de alunos. Com esse caso exposto, foi realizado o questionamento sobre a seguinte afirmação: “A inteligência artificial não vai substituir a humanidade; vai melhorar a humanidade.” A grande maioria dos participantes concordou com esta afirmação, porém, um dos participantes fez a seguinte observação:

Acho que a inteligência artificial pode ser um recurso muito benéfico dependendo de como for utilizado. Como professores, acredito que possa sim ser algo que ajude na elaboração de tarefas e que seria algo que nos aproximaria mais da geração atual de hoje, ligada na tecnologia, o problema é quando o IA passa a ser utilizado contra nós, como no caso dos alunos usando o chat GPT para responder às atividades, os vídeos e fotos propagando *fake news* circulando na internet ou até a criação de fotos/animações, que podem colocar em risco a visibilidade de artistas que ganham a vida com isso. (Resposta da participante Luísa ao questionário: Desenvolvendo a Comunicação)

É possível entender através da argumentação da participante que a inteligência artificial tem seus benefícios de acordo com a maneira que é utilizada, mas também pode trazer diversos malefícios para a sociedade. Em uma das questões da terceira seção do questionário, foi levantado um questionamento sobre a relação entre o ocorrido no Colégio Santo Agostinho com a discriminação de gênero. As respostas recebidas dos participantes entraram em desacordo. Valéria negou que o ocorrido tenha acontecido por causa da discriminação de gênero. João disse que talvez possa ter acontecido por causa da discriminação de gênero, por ter sido “uma

brincadeira de mau gosto" contra meninas, que segundo ele são vistas pela sociedade como o "sexo frágil". Por sua vez, Luísa afirmou que existe uma certa relação entre a discriminação de gênero e o ocorrido na instituição, pelo fato de somente as meninas terem sido alvos da "brincadeira" propagada pelos meninos, que segundo Luísa, não esperavam que sofreriam as consequências de suas ações. Luísa também acredita que o ocorrido aconteceu por causa do fácil acesso à IA em sala de aula e a falta de monitoramento da escola em questão de seu uso.

Ao serem questionados sobre a existência de uma certa superioridade masculina sobre a mulher dentro da nossa sociedade, João e Valéria responderam que sim, por sua vez, o participante Tiago negou essa afirmação. Luísa respondeu que "Atualmente, mulheres têm conquistado cada vez mais espaço em lugares que eram vistos por muito tempo como cargos/deveres 'de homem', mas infelizmente, elas ainda passam por situações constrangedoras em que necessitam provar o seu valor e sua competência depois de estarem no cargo para obterem respeito e a aceitação de seus colegas." Segundo Luísa, existe uma luta pela igualdade que está longe de acabar, mas que não deve ser ignorada. Juntamente com a pergunta sobre a possível existência de uma superioridade masculina em nossa sociedade, foi apresentado o questionamento sobre a existência de diferenças culturais entre homens e mulheres, e se essas diferenças cooperam para a discriminação de gênero dentro das escolas. Valéria, João e Luísa concordaram com a existência dessas diferenças, Luísa respondeu que:

Uma criação fora dessas diferenças culturais é o que traz mudança para a geração atual e para o futuro das próximas, tornando a nossa sociedade mais igualitária. É fundamental o papel da escola em ajudar esses rótulos desaparecerem, mas acima de tudo, as diferenças culturais que interferem nessas visões vem dos pais, da criação dessas crianças. É algo a se

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

observar. (Resposta da participante Luísa ao questionário: Desenvolvendo a Comunicação)

É importante que a violência que nasce do encontro dessas diferenças culturais no âmbito social não seja negada, mas sim compreendida. Ahmed (2008, p. 122) afirma que “ter uma comunidade boa, unida e confiável é um dos indicadores primários de felicidade junto com o casamento.” A felicidade é o tema da quarta seção do questionário de pesquisa. Nesta seção foram realizadas perguntas sobre o significado de felicidade, os ideais individuais de felicidade dos participantes, os obstáculos que impedem as pessoas de serem felizes e se é possível ser feliz no mundo em que vivemos. As perguntas sobre o significado e a origem da felicidade humana receberam respostas objetivas e abstratas de caráter evasivo. É possível perceber uma certa dificuldade abrangente entre os entrevistados quando o assunto abordado é felicidade.

Ahmed (2008) argumenta que:

Portanto, a promessa de felicidade – se você fizer isso, então a felicidade é o que se segue – é o que faz as coisas parecem “promissoras”, o que significa que a promessa de felicidade não está na coisa em si. Considere que uma promessa vem do latim *promissum* ‘enviar, predizer’, de *pro-* ‘antes’ e *mittere* ‘colocar, enviar’. A promessa de felicidade é o que transmite felicidade; é o que permite que a felicidade seja pública no sentido de estar fora. Objetos que incorporam o sentimento são repassados: eles estão ‘fora de casa’. (AHMED, P. 123)

A felicidade, portanto, não está no objeto, mas sim na promessa de si mesma. As expectativas humanas moldam a felicidade. Harari (2011) argumenta que seria mais fácil entender a felicidade e sua

história se ela dependesse somente de condições como riqueza, saúde e relações sociais. A felicidade, no entanto, assume uma identidade multifacetada por depender individualmente de diversas expectativas humanas existentes. Harari (2011) termina sua análise promovendo o seguinte questionamento sobre a veracidade da felicidade:

(...) talvez, a felicidade consista em cada um sincronizar suas ilusões pessoais sobre o significado da vida com as ilusões coletivas prevalecentes. Desde que minha narrativa pessoal esteja alinhada com as narrativas de quem me cerca, posso me convencer de que minha vida tem sentido - e encontrar felicidade nessa convicção. Essa é uma conclusão bastante deprimente. Será que a felicidade depende de fato da autoilusão? (HARARI, p. 412)

Com base nos argumentos apresentados por Ahmed (2008) e Harari (2011), é possível compreender que os níveis de felicidade de um indivíduo são fortemente influenciados pelo ambiente em que ele vive. A homogeneidade cultural da comunidade é vista com importância fundamental para que os níveis de satisfação e felicidade humana sejam altos, fazendo com que ocorra um impacto dentro de centros urbanos onde ocorre a convivência multicultural. As diferenças humanas encontradas dentro de nosso corpo social podem ocasionar em violência e opressão.

Tendo em mente as comunidades que continuamente sofrem com a violência e o silenciamento, Walsh (2023) descreve maneiras sobre como semear, cultivar e agricultar a interculturalidade e decolonialidade nessas comunidades a partir das fissuras da ordem capitalista moderna. Segundo Walsh (2023), a interculturalidade aponta a diferença colonial, diferença esta que é ontológica, política, e econômica, existente há mais de 500 anos e fundada nos interesses geopolíticos das nações colonizadoras. Com o estabelecimento da

colonização sobre as nações dominadas, nasce uma classificação entre “ser inferior” e “ser superior” com base nos ideais europeus de raça, cultura e razão. Ocorre, então, a valorização do eurocentrismo com o homem europeu visto como um ser civilizado e evoluído, diferentemente dos indígenas que habitavam as terras conquistadas, estes eram vistos como selvagens e como seres humanos inferiores. O pensamento da inferioridade dos nativos justificava para os europeus a invasão e colonização dessas terras e pessoas, pois na mente europeia, os nativos americanos precisavam de ajuda, por serem de uma suposta origem inferior e não possuírem uma ordem social semelhante à dos europeus.

O movimento da decolonialidade surge para resistir e desconstruir os pilares de desigualdade erguidos pela colonialidade. Essas distinções criadas pela colonialidade geram divisões entre as comunidades que resultam em violência e silenciamento. Ciente deste silenciamento, Walsh (2023) define os “gritos” não somente como reações e expressões de susto, mas também como mecanismos, estratégias e ações de luta direcionada contra as vozes sequestradas da comunidade colonizada. Esses gritos são responsáveis por conscientizar as pessoas do impacto persistente da colonização na sociedade moderna que se encontra dentro do sistema de guerra-morte, um sistema violento que está enraizado no colonialismo:

Meu grito, é claro, não é o mesmo que o grito de as mulheres e os homens que viveram – que vivem – a Ferida colonial e seu entrelaçamento de padrões de poder que racializam, empobrecem, sexificam, estupram, eles desumanizam e desterritorializam. Eu não grito “para” aqueles súditos e esses súditos, eu não grito “para” os povos ou as comunidades. Eles têm seus próprios gritos. Meu Grito faz parte de um horror relacionado e relacional; É um grito contra o sistema capitalista- extrativista patriarcal-moderno-colonial que está nos matando a todos (...) (WALSH, 2023, p. 127)

A “Ferida colonial” (WALSH, 2023) também é discutida por Noah de Lissovoy (2010), que afirma: para atingir uma democracia ética

global é necessário que ocorra a conscientização das relações de poder através da história, promovendo o conhecimento dos impactos da colonização eurocentrista nos âmbitos políticos, culturais e econômicos das nações do mundo contemporâneo. Segundo Lissovoy (2010, p. 282), a perspectiva decolonial promove a questão da possível existência de uma visão privilegiada do imaginário global. Ele cita Mignolo (2005, p.106), que argumenta que a visão da comunidade que emerge da "Ferida Colonial" é diferente da visão proveniente de uma comunidade historicamente privilegiada. A ética global derivada da Ferida Colonial modifica a visão do diferente na esfera social, indo além apenas do respeito e tolerância à diversidade, mas criando a identidade de uma resistência cultural fundada na sobrevivência de uma comunidade contra a opressão colonial. Lissovoy (2010) argumenta que o conceito de ética através do olhar decolonial não somente serve como alternativa para a moralidade eurocentrada, mas que também critica as discrepâncias e hipocrisias das filosofias coloniais.

Diante do exposto, faz-se necessário apontar direções para o atual momento, momento este que requer a compreensão de uma postura afeita aos princípios democráticos e sobretudo à noção de solidariedade entre os povos. Diante da globalização e da mistura entre os povos, as barreiras erguidas pela colonização que dividiam as nações foram enfraquecidas, porém os efeitos negativos da colonização são evidentes nas civilizações que no passado foram subjugadas. Em meio a esse cenário de guerra e polarização, Walsh (2023) afirma que ainda possui esperanças de mudar o sistema capitalista, moderno, colonial e heteropatriarcal em sua totalidade, e que para isso é necessário pensar e atuar em meio às brechas que se abrem dentro do sistema com o propósito de semear, cultivar e agricultural a interculturalidade e decolonialidade a partir das fissuras da ordem capitalista/moderna/colonial:

quero dizer ambas as estratégias, práticas e metodologias-pedagogias que se entrelaçam com e são construídos em lutas de resistência, insurgência, marronagem, afirmação, reexistência, re-humanização e libertação (Walsh, 2013), como a ações sociais, políticas, epistêmicas, artístico, poético, performativo, espiritual - todos pedagógico - que usamos para rachar e fissurar, surgir e construir, e também ampliar e aprofundar as fissuras. (WALSH, 2023, p. 137-138)

Os pensamentos e as ações que nascem no meio dessas rachaduras são desafiadores e transgridem a organização dominante. Walsh (2023) argumenta que na medida em que pensamentos, ações e movimentos decoloniais contra a opressão sistemática forem sendo realizados, as fendas por quais essas obras forem tomando força serão expandidas: "As rachaduras são então o lugar da fatura prática teórica e, sem dúvida, político-pedagógica, das pequenas esperanças – de esperança." (WALSH, 2023, p. 142)

Na última seção do questionário foi proposto uma leitura sobre o massacre do Carandiru, com a intenção de promover a conscientização sobre o caso violento que ocorreu na cidade de São Paulo contra presidiários da Casa de Detenção de São Paulo. No dia 2 de outubro de 1992, uma briga entre membros de diferentes facções resultou em uma rebelião entre os prisioneiros do pavilhão nove. Eles exigiram melhorias nas condições de vida dentro do Carandiru. Em resposta, a polícia agiu seguindo as ordens do então Coronel Ubiratan Guimarães e executou 111 prisioneiros. Parte dos que morreram não estavam envolvidos na rebelião. O Coronel que ordenou o massacre foi condenado em 2001 a 632 anos de prisão por 102 das 111 mortes. No ano seguinte, ele foi eleito Deputado Estadual de São Paulo. Anos depois ele foi absolvido pela justiça de sua sentença.

Baseado no texto apresentado sobre o acontecimento no centro de detenção Carandiru, promovemos cinco perguntas para serem respondidas com base na lista de sentimentos e sensações

juntamente com a lista de necessidades e valores essenciais humanos (componentes da Comunicação Não-Violenta), provenientes do exercício diário do chagal. O intuito desta prática é a de promover reflexões, pensamentos e sentimentos sobre a seguinte afirmação: “Bandido bom é bandido morto.” Deixamos claro no enunciado de nossas questões a existência da liberdade do participante em responder as respostas de acordo com sua honesta opinião sobre o assunto comentado. O participante João escreveu o seguinte quando questionado sobre a sua visão pessoal da afirmação:

No âmbito geral a população comum tende a concordar com tal perspectiva, uma vez que, o clamor por justiça não é atendido, o que é totalmente justificável de acordo com o panorama atual dos tribunais brasileiros. Mesmo com leis específicas e julgamentos severos que se arrastam nas tribunas dos júris, a sensação geral é de impunidade, isso contribui diretamente para que as massas adiram a noção de que, de fato, “bandido bom é bandido morto”, como uma forma pessoal de obtenção de justiça. (Resposta do participante João ao questionário: Desenvolvendo a Comunicação)

É possível entender através da fala do participante João a existência da impunidade legislativa dos criminosos, o que faz com que parte da população brasileira encontre a justificação do desejo de morte contra os bandidos. Esta vulnerabilidade sentida pelos trabalhadores incentiva a expansão de uma grande aversão, ao ponto de nascer o desejo de morte contra esses infratores. A participante Valéria concordou com a afirmação de que “bandido bom é bandido morto”. Por outro lado, a participante Luísa questionou a morte como solução do problema da criminalidade no país:

Acho que é uma frase um pouco perigosa e que reflete no caráter de quem a diz. Sabemos que cada dia mais, parece que a crueldade e criminalidade do ser humano aumentou, fazendo com que fiquemos em alerta constante todos os dias. Porém, não enxergar outra solução para isso além da execução dos culpados pode nos tornar insensíveis e cruéis também. Entendo que a gravidade dos crimes nos coloca nessa saia justa, ninguém quer um estuprador e assassino solto nas ruas, mas todos os que estão atrás das grades merecem a morte? É difícil pensar nisso, acho que é algo que ainda vamos debater por um tempo, antes de chegar em uma conclusão concreta." (Resposta da participante Luísa ao questionário: Desenvolvendo a Comunicação)

Entretanto, para alguém que está interessado em fazer o exercício decolonial, é importante problematizar, tensionar debates entendendo que a realidade é complexa e cheia de contradições, ela não é simplista e nem superficial. Após lerem o informativo sobre o Massacre do Carandiru, os participantes foram orientados a traduzirem seus pensamentos sobre o enunciado para sensações, utilizando a tabela de emoções do Diário de Chacal como referência, os participantes afirmaram terem se sentido: Deslocado, Preocupado, Esgotado, Indignado, Abatido, Impaciente e Frustrado. Após coletar essas sensações, foi proposta a construção de uma ponte entre os sentimentos despertados nos participantes através do anúncio e as necessidades que o mundo precisa para ser melhor, essas mudanças foram incluídas na lista de necessidades e valores humanos proveniente do Diário de Chacal. Perguntamos sobre o que os participantes pensavam que o mundo precisa(va) neste momento, o que necessita ser mudado e como pode ser transformado. João afirmou que o mundo precisa de empatia, cooperação, eficiência e honestidade: "Desejo que o mundo possa rejuvenescer no que tange às ideias, ideais e ideologias em todas as nuances (religiosa, ética,

moral e principalmente política).” O participante Tiago também concorda com a necessidade de uma reconstrução geral, e afirma que a resposta para essa mudança é a força de um líder político estável. Valéria necessita de um mundo que contenha mais paz, harmonia, amor ao próximo e inteligência humana: “acredito que só Deus possa fazer essa mudança”. Por sua vez, a participante Luísa, escreve sobre a importância da segurança para que exista a paz:

Não há nada que nos deixe tão bem quanto nos sentir seguros. Também acho que é necessário ter mais empatia e amor com o próximo. É algo muito difícil, principalmente quando as pessoas possuem pensamentos diferentes, mas acho que quanto mais unidos formos, mais chances de ter um mundo melhor para se viver. Não tem uma fórmula para isso, mas a persistência nessa busca é um começo. (Resposta da participante Luísa ao questionário: Desenvolvendo a Comunicação)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a importância da compreensão e confrontação dos conflitos gerados pelas diferenças humanas. Como podemos procurar as soluções de um problema se achamos que ele não existe? É necessário que ocorra uma conscientização sobre a existência dos vestígios provenientes da colonialidade e do impacto desses efeitos na politização e na vivência humana na atualidade. Com isso em mente, praticar o pensamento decolonial é essencial para a emancipação intelectual de um indivíduo inserido no mundo globalizado, um mundo que, na história de toda a humanidade, nunca esteve tão conectado e integrado, mas que ainda serve como palco para cenários de conflitos e guerras baseados em divergências culturais, políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. Multiculturalism and the promise of happiness. *New formations: A Journal of Culture, theory, politics*, 63, pp. 121-137. 2008.

CARA, D. **ATAQUES ÀS ESCOLAS NO BRASIL**: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Ministério da Educação. Brasília. 2023.

DE LISSOVOY, N. Decolonial pedagogy and the ethics of the global. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education* Vol. 31, No. 3, July 2010.

HARARI, N. Y. **Sapiens: Uma Breve História da Humanidade**. 1 ed. 2011.

WALSH, C. E. ¿Interculturalidad y (de)colonialidad? Gritos, grietas y siembras desde Abya Yala. Agrietar la uni-versidad. **Reflexiones interculturales y decoloniales por/para la vida**. 2023 WALSH, C. E. "Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos". En Catherine Walsh (Ed.), **Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I, (pp. 23-68). Quito: Ediciones Abya-Yala. 2013.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos** (2 ed.). Porto Alegre: Bookman. 1994

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Tocantins.

Capítulo 12

AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DA ÁREA ESTADUAL DA SERRA DO LAJEADO TO

Artur Souza Guedes ¹

Mariela Cristina Ayres de Oliveira ²

RESUMO

A Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado (APASL), no Tocantins, Brasil, foi estabelecida em 1997 para promover o uso sustentável e a conservação do ecossistema local; abrangendo 121.415,49 hectares nos municípios de Palmas, Aparecida do Rio Negro, Tocantínia e Lajeado. Gerida pelo NATURATINS e apoiada por seu Conselho de Co- Gestão, estado e municípios, a APASL enfrenta desafios significativos, incluindo a expansão urbana, expansão agrícola e a insuficiência das políticas públicas. Este estudo explora a origem, delimitação e caracterização da APASL, identificando as principais ameaças à área, como assentamentos irregulares e degradação ambiental, e avaliando a perspectiva ambiental da área por meio de suas características predominantes. A metodologia do presente trabalho é qualitativa exploratória, por meio de análise documental do resumo executivo e plano de manejo disponibilizados pelo Naturatins em 2019, além de bibliográfica, por meio de artigos em periódicos no intervalo de 2016 a 2023. Os resultados destacam a necessidade de uma governança ambiental aprimorada e uma aplicação mais rigorosa das medidas de conservação.

Palavras-chave: Serra do Lajeado; Área de Proteção Ambiental; uso sustentável.

¹ Acadêmico de Direito na Universidade Federal do Tocantins. Bolsista de Iniciação Científica CNPq. E-mail: artur.guedes@uft.edu.br

² Doutora e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professor Associado III da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Professora permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional. Professora pela Universidade Aberta do Brasil. Coordenadora de grupo de pesquisa, atuando na área de cidade, cultura e meio ambiente. Participa de projetos de pesquisa e extensão vinculados aos estudos ambientais. E-mail: mariela@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 80 e 90, a população tem se preocupado com a construção de um ambiente mais sustentável, trazendo um olhar à proteção de ambientes que devem ser mantidos preservados. O presente trabalho remete a um avanço para preservação ambiental no âmbito do Cerrado tocantinense. Entre as várias estratégias adotadas para proteger a biodiversidade e os recursos naturais, a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) destaca-se como exemplos notáveis. A APA da Serra do Lajeado (APASL), localizada no estado do Tocantins, é um exemplo significativo de área protegida que deveria visar o uso sustentável dos recursos naturais enquanto preserva seus ecossistemas vitais. Este estudo tem como objetivo compreender de forma sucinta os principais indicadores de qualidade ambiental da APASL, através de sua caracterização biótica e delimitação, também visando conhecer as principais ameaças ambientais da região.

O artigo aborda a criação da APASL, sua gestão e monitoramento, a importância ecológica e cultural da área, e os desafios enfrentados devido à ocupação irregular e à expansão agropecuária. A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as APAs e suas contribuições para a conservação ambiental. Além disso, ao identificar as ameaças e as fragilidades das políticas públicas de conservação, o estudo pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a proteção da APASL e de outras áreas semelhantes. As descobertas têm implicações significativas para gestores ambientais, formuladores de políticas públicas, como estados e municípios, e comunidades locais, que possuem papel colaborativo.

MÉTODO E MATERIAIS

Para o desenvolvimento do estudo, a técnica metodológica utilizada é qualitativa exploratória, tendo como método de pesquisa a bibliográfica, com foco em artigos e livros de especialistas situados nos períodos de 2016 a 2023, e para o método documental realizou-se a análise do resumo executivo e plano de manejo produzido pelo Naturatins em 2019, possuindo características dedutivas que se consolidam através de uma análise dos processos e planejamentos ocupacionais, além de seus impactos nas regiões em volta e dentro da APASL. Utiliza-se também, uma abordagem descritiva, complementada por análises documentais e geoespaciais para investigar a criação, gestão e ameaças à APASL. Foram utilizadas leis e decretos (e.g., Lei n. 906/1997, Lei n. 1.558/2005) relacionados à criação e gestão da APASL, documentos e relatórios do NATURATINS e outras entidades ambientais que supervisionam a APA, artigos e teses que abordam a biodiversidade, a geomorfologia e a ocupação da região e por fim, elementos visuais como figuras e gráficos que ilustram a localização, a distribuição de áreas dentro da APA e a ocupação urbana ao redor.

DADOS E DISCUSSÃO

As unidades de conservação incluídas à lei 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são consideradas um modelo de proteção prevista no direito brasileiro, através de suas múltiplas modalidades de áreas que são protegidas. Estas áreas possuem relevante interesse ecológico, pois os territórios que as constituem podem relacionar-se com a preservação de ambientes altamente vulneráveis e sensíveis aos impactos antrópicos, como também desenvolver a sustentabilidade de comunidades tradicionais (BORGES, et al, 2019). De acordo com o SNUC, uma UC pode ser definida como “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

As UC's podem ser divididas em duas categorias, sendo elas as áreas de proteção integral e as de uso sustentável. A primeira citada, permite o uso dos recursos naturais apenas de forma indireta, sendo considerada mais restritiva, enquanto a segunda busca conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais (ICMbio, s/d), sendo o foco principal do artigo, visto que a maior parte da leitura será feita através do viés de uma Área de Proteção Ambiental (APA), que se enquadra dentro da classificação de Unidade de Uso Sustentável.

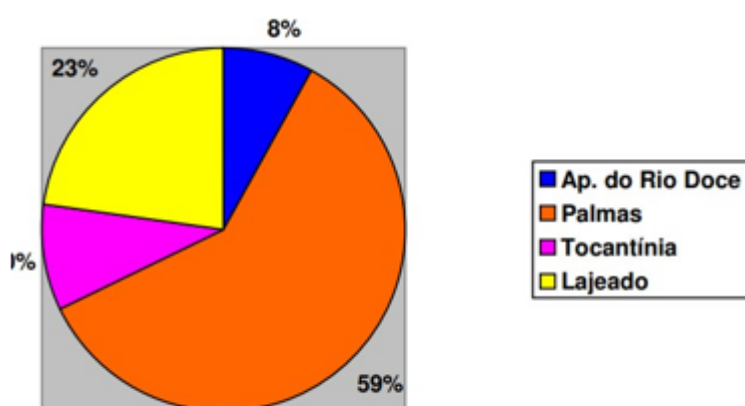
Desse modo, a APA como sendo uma área considerada relativamente vasta, que possui um certo grau de ocupação humana, e apresenta atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais relevantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Seus objetivos fundamentais são proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Ou seja, a APA preza pela conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, onde determinadas atividades são permitidas desde que não representem uma ameaça clara para os recursos renováveis e processos ecológicos. No Tocantins existem dez Áreas de Proteção Ambiental divididas pelo território (Tocantins, s.d.), e todas elas possuem igual relevância. O foco de discussão deste artigo, é a Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL).

A Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado (APASL) foi criada através da Lei n. 906, de 20 de maio de 1997 pelo estado do Tocantins, e é considerada uma área de uso sustentável, que, segundo o ICMbio, sintetiza-se na conciliação da conservação vegetacional aliada ao uso de modo sustentável do ecossistema, com objetivo de proteger espécies e áreas importantes para a biodiversidade no meio-ambiente brasileiro. A APA "Serra do Lajeado" é uma gleba de terras com 121.415,4996 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e dezessete hectares, setenta e seis ares e cinquenta e nove centiares), situada nos municípios de Palmas,

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Aparecida do Rio Negro, Tocantínia e Lajeado (Tocantins, 1997). A criação da APA se alicerça na proteção e conservação da fauna, flora, solo além de também as águas e vazões de mananciais da região. O gráfico 1 abaixo demonstra a distribuição territorial da APA nos quatro municípios citados, com suas respectivas porcentagens territoriais, sendo 8% em Aparecida do Rio Negro, 10% em Tocantínia, 23% em Lajeado e 59% em Palmas.

Gráfico 1 - Percentual da APA por município



Fonte: NATURATINS, (2019)

A APASL abrange uma grande importância ambiental para os municípios de Palmas, Lajeado, Porto Nacional, Tocantínia e Aparecida do Rio Negro, pois sua área possui várias nascentes e cursos d'água, que constituem uma reserva de abastecimento para toda a região, sendo necessário o ordenamento da expansão urbana e do uso do solo. A vegetação natural da APA é preservada, o local abriga inúmeros sítios arqueológicos que são sinais da cultura de seus antigos habitantes, seu solo não possui aptidão para agricultura, sendo habitat de várias espécies nativas da fauna brasileira, algumas já consideradas em extinção (NATURATINS, 2019).

No concernente à geomorfologia da APA Serra do Lajeado, um fator de suma importância para a conformação da paisagem é a sua definição poligonal, que manteve a integridade de quase a totalidade

das microbacias hidrográficas que deságuam no rio Tocantins. Esta situação define três feições fisiográficas básicas: as chapadas de topo de morro, onde se situam as nascentes; as rochas íngremes e declives, esculpidas e fragmentadas por onde deslizam riachos formando cachoeiras; áreas de menor altitude, formando vales, onde córregos e riachos são cercados por matas ciliares e de galerias, se estendendo até a planície aluvial do rio Tocantins (Leite, 2017). Existe uma grande importância na preservação de todas essas três feições, por cada uma declarar suas características particulares, que vão desde importância para diversidade local, como a fauna e flora nas áreas de menor altitude, até a preservação das nascentes e regulação dos fluxos de água, nas chapadas e morros.

A paisagem propicia um padrão geomorfológico capaz de originar abrigos naturais, que em tempos passados foram ocupados por populações humanas, que deixaram registros em pinturas rupestres (Figura 2) e artefatos diversos, compondo mais de uma centena de sítios arqueológicos, que dão uma importância histórico-cultural de extrema relevância à APA (NATURATINS, 2019)

Figura 2 - Pintura Rupestre no Sítio Arqueológico Caititu, Lajeado - TO



Fonte: Artur Guedes, 2023

A antropização da região, se comparada a outras APA 's estaduais, é baixa, correspondendo a cerca de 16,22% da área total, com pastagens e lavouras, além de alguma monocultura mecanizada localizada nas chapadas (NATURATINS, 2019), características essas, que estão presentes como foco principal de toda a região degradada do Cerrado (Salvio, 2021).

Entre as vegetações presentes, há a presença do: Cerrado Sentido Restrito, com a presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e volumosas, além de evidências de queimadas; Cerradão, conhecido como "Floresta Xeromorfa", ou seja, capaz de resistir à seca, com formação florestal mais rala, árvores altas e presença de espécies que ocorrem no Cerrado Sentido Restrito; Mata Ciliar e de Galeria, que é definida como às vegetações florestais que acompanham os rios de médio e grande porte na região do Cerrado; Campos Rupestres, que são áreas predominantemente arbustivas, planas, com pequenas arvoretas que não chegam a grandes alturas (ICMBio, s/d). É possível notar savanas em seu complexo vegetacional, através de savanas gramíneo- lenhosa e savana parque, que compreendem grande parte das áreas um pouco mais elevadas (Leite, 2017).

Ao compreender a complexidade de sua biodiversidade, pode-se inferir que é necessária uma proteção adequada para mantimento biótico local. Ao verter análise sobre o processo de antropização dos maiores biomas brasileiros, como o cerrado e o amazônico, observa-se que este acentuou-se nos últimos anos, marcado pelo desmatamento intenso, degradação dos recursos naturais e conflitos sociais, o que ocasiona perda significativa da biodiversidade ecossistêmica (Medeiros, 2006). Diante de tais acontecimentos, a humanidade vem preocupando-se com a proteção de certas áreas e espaços geográficos em decorrência da qualidade de vida que essa proteção proporciona (Xavier, 2004), o que faz com que as regiões como a APASL devam ser tuteladas e protegidas.

O contexto histórico de ocupação do Cerrado tocantinense, até então, norte de Goiás, advém da mineração que se iniciou no século XVIII, desenvolvendo-se num rápido ciclo de exploração intensiva. O território que antes via-se praticamente desabitado durante décadas, avistou a mineração como o primeiro passo para o processo de formação econômica e do povoamento, que inseriu este território no radar mercantil nacional (Marques, 2018).

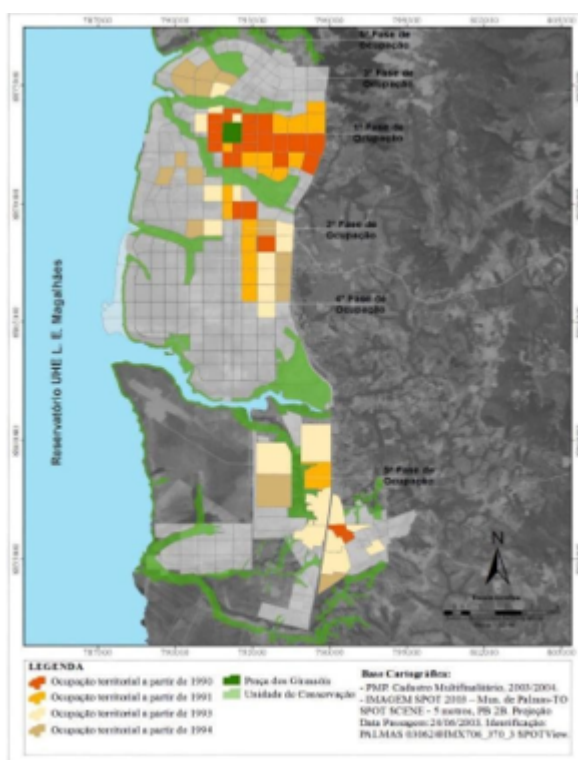
A atividade mineradora provocou um grande afluxo de contingentes populacionais para a região, surgindo assim, alguns núcleos urbanos. Essas alterações, no entanto, foram efêmeras, logo entrando em decadência, com a vinculação do centro-sul de Goiás com os mercados de Minas Gerais e São Paulo que inseriram a referida porção na dinâmica produtiva, criando uma relação subserviente às metrópoles (Feitosa, 2011), para cumprir a função de acumulação primitiva de capital (Mello, 1998). O norte goiano, então, passou a ter a pecuária extensiva e a economia de subsistência como principais atividades econômicas. Todo o contexto histórico separatista do território goiano e tocantinense, traz à tona explicações para o povoamento desenfreado e exploração do bioma proeminente no Tocantins. Entretanto, o processo de veloz devastação dos recursos naturais, ocorreu a partir da década de setenta, por intermédio da intervenção de políticas públicas federais e estaduais, que estimularam a abertura da fronteira agrícola no Cerrado para a cultura de grãos (Buschbacher, 2000), antes mesmo da formulação de legislações federais pertinentes à proteção da diversidade no Brasil e no Tocantins.

O surgimento da capital Palmas, por exemplo, é uma amostra da ocupação irregular que deveria ter sido ajustada aos moldes da preservação da APASL. A implantação de Palmas trouxe divergências entre as idealizações propostas em seu plano urbanístico de criação e o seu processo efetivo de ocupação, fatores esses que causaram problemas fundiários perpetuados na atualidade (Melo Júnior, 2008 apud Corrêa; Soares, 2023).

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

As fases de ocupação da cidade de Palmas dividiram-se em cinco, que deveriam, respeitadas suas ordens de execução, promover um ambiente democratizado e conjunto de ocupação, partindo das regiões centrais, envolta da Praça dos Girassóis, às regiões adjacentes (figura 3), entretanto, o que se viu foi à míngua da forma urbana projetada, cedendo lugar a um modelo disperso e fragmentado, marcado pelo rompimento das etapas propostas no projeto, através do alargamento desnecessário da área urbana e da implantação parcial das infraestruturas e equipamentos urbanos (Bessa 2017).

Figura 3 - Ocupação da área urbana de Palmas entre 1990 e 1994



Fonte: Rodovalho (2012), Amaral (2009) e Oliveira (2014), Bessa (2017)

Como mostrado na figura 3, a ocupação das áreas próximas ao Taquaralto passou a sofrer pressão já no início de 1990, para acomodar os pioneiros, considerados mão de obra, que vieram para trabalhar na construção da cidade. Tal programação fugia do que era esperado para a distribuição populacional dos planos alinhados, onde as autoridades políticas da época tiveram que se adequar às situações

inesperadas através de regulamentações imediatas, o que por si só configura a antítese do que deveria ser um planejamento democrático de ocupação territorial, dando início à segregação social urbana e os grandes vazios urbanos na capital, que perduram até os dias atuais (Bessa, 2017).

Contudo, os vetores de expansão nas zonas adjacentes não se limitaram apenas à região sul. Assim, a figura 3 nos mostra que nos anos 91 a 94 ocorreram expansões para as regiões ao norte e noroeste da cidade de Palmas, o que de fato é o foco da discussão desta pesquisa, pois a APASL se aproxima da porção norte, mas a maior parte de seu território compreende regiões ao leste e norte da capital.

Figura 4 - Mapa de áreas irregulares em Palmas – área rural (2016)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais – SEDURF. Prefeitura de Palmas, 2016.

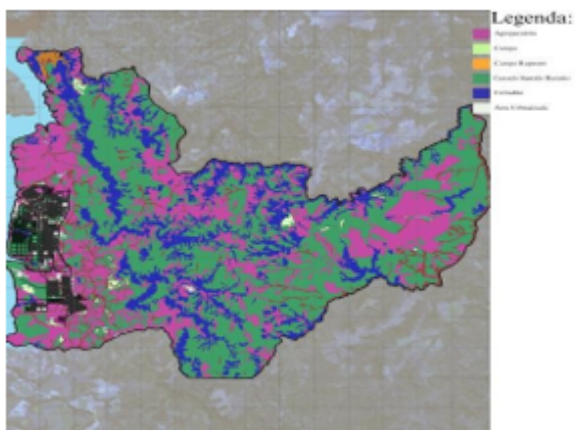
A figura 4 apresenta um levantamento de terrenos irregulares em Palmas no ano de 2016, porém, já em 2009, começaram a surgir

loteamentos e condomínios residenciais no entorno do Lago de Palmas, região de expansão norte, que é pertencente à área de contorno da Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado, contudo, a disposição destes condomínios e loteamentos acabaram não possuindo uma fiscalização adequada, o que já demonstra um precedente de expansão desordenado, consequentemente dando início a uma série de disposições irregulares e clandestinas fora do perímetro urbano de Palmas (Corrêa; Soares, 2023). Estes territórios não regulados, delimitam uma preocupação com o andamento da espraiada expansão ocupacional de Palmas atualmente, e através da figura 4, é possível notar que existem loteamentos localizados dentro da APASL, rompendo os limites territoriais de sua conservação, e tornando-se uma crescente ameaça ecossistêmica.

Além disso, o aumento da degradação do solo, tanto pela expansão urbana como também pela expansão agropecuária tornou-se evidente, avançando cada vez mais nas regiões ao norte e leste da capital, rumo à APA Serra do Lajeado. Através da figura 5 é possível observar um mapeamento das áreas antropizadas através do agronegócio na cor rosa, bem como áreas urbanizadas dentro da APA, além de também a localização de cada tipo vegetal característico do Cerrado tocantinense. Considerando o Tocantins como um estado muito novo, a expansão precoce do uso do solo de forma desordenada configura uma séria ameaça à região circunvizinha que deveria ser preservada, o que demonstra uma grande fragilidade da política pública que destina atenção à proteção da Unidade de Conservação (Lima et al, 2018)

Figura 5 - Mapa do uso do solo agrícola em 2017

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Revisão Plano Diretor de Palmas, Prefeitura de Palmas; Seplan, 2017. (Adaptado)

Através da figura 5 é possível notar a contínua expansão agropecuária à leste da capital Palmas, mais especificamente no oeste do município de Aparecida do Rio Negro. Na área de abrangência ocorreu obstinada mecanização, restando pouca cobertura vegetal, sendo possível concluir que, os altos índices de desmatamento estão relacionados ao perfil econômico da região.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA — (2010 apud Lima et al, 2018) o incentivo demonstrado para produção de grãos na área apontada tem trazido consequências, visto que o plantio de soja na região do Tocantins aumento significativamente, especialmente em Aparecida do Rio Negro, que aumento a produção de 8.400 para mais de 11.700 toneladas anuais, ocupando progressivamente mais áreas necessárias ao plantio. A opção por investimento apresentada revela a grande pressão que existe para utilização das áreas pertencentes ao core da APA em detrimento da questão econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado (APASL) revelou informações essenciais sobre a origem, a delimitação e as características dessa região de alta relevância ecológica.

Criada para preservar o bioma do Cerrado, a APASL enfrenta desafios críticos, como a ocupação irregular, a degradação ambiental, e a fragilidade das políticas públicas de conservação. Esses fatores são exacerbados pela expansão urbana desordenada e pelo uso insustentável dos recursos naturais, comprometendo a integridade ecológica da área.

Os resultados obtidos indicam que, apesar dos esforços de proteção, as políticas públicas e as estratégias de gestão atuais da APASL não têm sido suficientemente eficazes para conter as ameaças identificadas. A ocupação irregular, pressão antrópica, e expansão agrícola contínua destacam a necessidade urgente de fortalecer a governança e a fiscalização.

O estudo sugere que as medidas de conservação implementadas até o momento não estão sendo aplicadas de forma integrada, participativa e eficaz, o que compromete a preservação do ecossistema e da biodiversidade local.

A degradação ambiental, se não contida, pode levar a perdas irreversíveis tanto para a biodiversidade quanto para as comunidades que dependem dos recursos naturais da região.

ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PROGRAMA

Grupo de estudo e debate – reuniões realizadas pelos participantes do grupo de pesquisa em Políticas Públicas Ambientais e Sustentabilidade no período de setembro de 2023 até novembro de 2023;

Pesquisa de campo – visita com realização de relatório técnico ao Sítio Arqueológico Caititu com a presença do representante do IPHAN no dia 23 de novembro de 2023;

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Curso de formação para pesquisa – Oficina Escrita Científica ministrada pela Professora Suyene Monteiro da Rocha no dia 21 de fevereiro de 2024;

Submissão e apresentação de resumo simples na VI Semana de Direitos Humanos da Unitins no dia 22 de maio de 2024;

Submissão de resumo simples para o XV Seminário de pesquisa e XVI Encontro de iniciação científica do ICMBIO, aprovado no dia 11 de setembro de 2024;

Submissão e apresentação de resumo expandido no Simpósio sobre Unidades de Conservação no Cerrado Tocantinense (UCTO), edição 2024, no dia 10 de setembro de 2024;

Produção de artigo científico para posterior publicação.

REFERÊNCIAS

LENCAR SOARES, R., & STUDART CORRÊA, R. (2023). Aumento das Ocupações Irregulares na Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado, Palmas - TO e sua relação com a legislação municipal. *Paranoá*, 16(36). <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n36.2023.08>

BESSA, K.; OLIVEIRA, C. F. P. Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), v. 21, n. 2, p. 497-517, agosto. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/117161/135132>>. doi: 10.11606/issn.2179-0892. geousp.2017.117161.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso: 15 de julho de 2024.

BUSCHBACHER, R. (org.). 2000. Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional. WWF : Brasília.

CARVALHO, G. O. T. de, SILVA, N. C. da, & SALVIO, G. M. M. (2022). Vulnerabilidade ambiental em Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Bioma Mata Atlântica na região sudeste brasileira. *Ciência Florestal*, 32(3), 1575–1593. <https://doi.org/10.5902/1980509867261>

CASTAGNA, Daniela; SOUZA, Adilson Pacheco de; VENDRUSCOLO, Laurimar Gonçalves; ZOLIN, Cornélio Alberto; SANTOS, Carla Rodrigues dos. Risco de desmatamento em áreas de Cerrado brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 17, n. 1, p. 199-212, 2023.

FEITOSA, C. O. Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Áreas de proteção e parques conservam a biodiversidade encontrada no Tocantins. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secom/areas-de-protecao-e-parques-conservam-biodiversidade-encontrada-no-tocantins/5vj96wt3t17x#:~:text=Com%20o%20intuito%20de%20preservar,parques%20e%20uma%20esta%C3%A7%C3%A3o%20ecol%C3%B3gica%2C>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Governo do Tocantins. Conselho da APA Serra do Lajeado dá posse a conselheiros e inicia trabalhos. *Portal do Governo do Tocantins*, 15 mai. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/conselho-da-apa-serra-do-lajeado>

[-da-posse-a-conselheiros-e- inicia-trabalhos/cwr05eh9nsr](#). Acesso em: 4 set. 2024.

LIMA, A. M. T. de; ATAÍDES, A. G. de; SOUSA, E. P. B. de; MUCARI, T.; SEIBERT, C. S. Área de (des) proteção ambiental Serra do Lajeado – TO: degradação ambiental identificada por análise de cobertura vegetal e crimes registrados no período de 2001 a 2016. *Gaia Scientia*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2018v12n1.32877. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/32877>>. Acesso em: 12 agosto 2024.

MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10. ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998. (30 Anos de Economia).

MILARÉ, Édis. Reação Jurídica à danosidade ambiental: Contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Edis-Milare.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NATURATINS. Resumo executivo (anexo 6. do produto 8) APA Serra do Lajeado. Palmas: 2019 Disponível em <<https://central.to.gov.br/download/245473>> Acesso em 01 mai. 2023.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Transição do norte de Goiás ao território do estado do Tocantins. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína, v. 7, n. 12, abr./jul. 2018. ISSN 2317- 9430.

PALMAS. Plano Diretor de Palmas. Palmas: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais – SEDURF. Prefeitura Municipal de Palmas, 2016. Disponível em:

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

<<http://planodiretor.palmas.to.gov.br/media/arquivos/4551325337994a6f85be5b117302b3f9.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2024.

TOCANTINS. Lei n, 906 de 20 de maio de 1997. Cria a área de proteção ambiental – APA Serra do Lajeado e dá outras providências. Disponível em <<https://central.to.gov.br/download/246030>> Acesso em 03 mai. 2023.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 13

UM ESTUDO SOBRE AS UNIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO TOCANTINS

Gabriela Rodrigues Schmitt ¹

Mariela Cristina Ayres de Oliveira ²

RESUMO

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 2000, pela Lei nº 9.985 foi um marco para a proteção ambiental brasileira, por instituir as Unidades de Conservação, que se diferem de acordo com o objetivo específico de cada área e se dividem em duas categorias: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Logo, esse instrumento de preservação ambiental encontra-se em área considerável do Estado do Tocantins, que apresenta o Cerrado como seu principal e predominante Bioma. Desse modo, o presente trabalho analisa a relação entre o SNUC e a preservação no contexto tocantinense, e tem como objetivo geral caracterizar as unidades do Estado do Tocantins, e específicos fazer a descrição das principais delas, além de compreender de forma sucinta os seus indicadores de qualidade ambiental. Para a realização da pesquisa foram utilizadas técnicas bibliográficas e documentais associadas com abordagem grupal e individual s na coleta de informações.

Palavras-chave: SNUC; Plano de Manejo; Cerrado.

¹ Acadêmica do Curso de Direito, bolsista PIBIC/CNPq 2023/2024, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas, e-mail: gabriela.schmitt@mail.uft.edu.br

² Doutora e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora Associada IV da Fundação Universidade Federal do Tocantins do Curso de Arquitetura e Urbanismo, e-mail: mariela@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Um dos marcos temporais mais relevantes para o direito ambiental internacional é a criação do Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1972 nos Estados, considerado por diversos autores como o primeiro a ser criado. Essa política de criação de Parques Nacionais seguiu durante todo o século XX e continua sendo uma das mais relevantes políticas de proteção da biodiversidade in situ no século XXI (Gurski, Gonzaga, Tendolini, 2012).

Além disso, a Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, e contou com a participação de mais de 113 países e em torno de 250 organizações não governamentais também merece destaque. Ela teve o intuito de padronizar uma conduta adequada à conservação da natureza na sociedade humana global (Calmon de Passos, 2009).

Assim sendo, essa Conferência representou a primeira tentativa de aproximar os Direitos Humanos e Meio Ambiente e desde então, o tema da qualidade ambiental passou a fazer parte das discussões e agendas políticas de todas as nações, de tal modo que passou a ser considerado como um direito fundamental, essencial para a melhoria da qualidade da vida humana (Gurski, Gonzaga, Tendolini, 2012).

Esse contexto global de preocupação com a natureza influenciou o texto da Constituição Federal de 1988, que prosseguindo na análise do supratranscrito artigo 225, extrai-se que o meio ambiente foi alçado à condição de direito notadamente fundamental (Machado, 2015).

Logo, todo esse contexto foi favorável para o surgimento da Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em 2000, pela Lei nº 9.985, que estabelece critérios e normas para a

criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000). Essa lei define as unidades de conservação (UCs) da seguinte maneira:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

A Lei do SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos: Unidade de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As de Proteção Integral apresentam como principal finalidade a preservação da natureza, logo, apenas o uso indireto dos recursos naturais é permitido, com exceção dos casos previstos pela Lei supracitada. E as de Uso Sustentável compatibilizam a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos.

O SNUC prevê a existência de 12 categorias de Ucs. Sendo cinco de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Sete categorias compõem o grupo de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Nesse viés, o presente estudo possui como objetivo geral caracterizar as unidades de proteção ambiental no recorte do Tocantins. Para tal, possui como objetivos específicos descrever as particularidades das principais unidades de conservação do Tocantins e compreender de forma sucinta os principais indicadores de qualidade ambiental das principais unidades de conservação do estado do Tocantins.

MÉTODO E MATERIAIS

O relatório se baseou em uma trajetória metodológica de estudo que está ordenada a partir dos procedimentos técnicos da metodologia de pesquisa-ação, de natureza quanti-qualitativa, na pesquisa bibliográfica, documental e de campo adotar-se-á um conjunto de técnicas e instrumentos na coleta de informações, com abordagem grupal e individual.

Todas essas abordagens foram utilizadas a fim de ampliar o conhecimento relacionado com o contexto da temática ambiental nacional, como foco nas unidades de conservação e recorte regional no Estado do Tocantins. No âmbito da parte bibliográfica, realizou-se leitura de artigos científicos que abordam a temática ambiental, e foram utilizadas palavras-chaves para se chegar ao recorte temático, sendo elas: “Unidades de Conservação”; “Cerrado”; “Tocantins”; “Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza”. Analisando principalmente trabalhos elaborados após a criação da Lei nº 9.985/2000 e utilizando amplamente plataformas como o Google Acadêmico, Scielo, Painel das Unidades de Conservação

A parte documental refere-se aos aparatos legislativos relevantes para a contextualização ambiental, sendo os principais instrumentos normativos estudados: a Constituição Federal de 1988, importante por consagrar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e oferecer o arcabouço jurídico para garantir a proteção ambiental nacional, e a Lei nº 9.985/2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que estabelece normas e critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, sendo de extrema importância na conservação da biodiversidade brasileira.

A abordagem grupal trabalhada foi por intermédio das reuniões quinzenais do grupo de pesquisa, que duraram do dia 06 de setembro de 2023 até dia 06 de dezembro de 2023, em que esses realizavam coleta

de dados, apresentação de seminários com temáticas selecionadas, e discussão entre os membros. As apresentações abordaram os seguintes tópicos: Política Nacional de meio ambiente; SNUC; Gestão das Unidades de Conservação; Unidade de Proteção Integral; Unidade de uso sustentável; Área de Proteção Ambiental; Corredores ecológicos; Zonas de amortecimento; Mosaicos.

DADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, as unidades de conservação são a forma mais difundida de proteção, além de produzirem muitos bens e serviços de elevado valor econômico, que beneficiam direta e indiretamente um número elevado de pessoas, empresas, indústrias e governos (Fonseca, 2010). Mas antes do surgimento da SNUC é interessante pontuar o histórico da proteção Jurídica ambiental brasileira, que segundo Sirvinskas (2013), é dividida em três períodos. O primeiro inicia-se com o descobrimento do país, em 1500. Com a existência de algumas normas isoladas que protegiam determinados recursos naturais, como o Regimento do Pau-Brasil de 1605. A vinda da Família Real Portuguesa (1808) foi o princípio do segundo período, que dura até a criação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (1981). Nessa fase, o legislador procurou proteger categorias mais amplas dos recursos naturais, limitando sua exploração desordenada, que era muito comum na época. Exemplo disso é o Decreto N.8.843/1911 que criou a primeira reserva florestal do país. Já o terceiro período começa com a criação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, e é uma fase que consiste na proteção de maneira integral do meio ambiente por meio de um sistema ecológico integrado.

Nesse contexto, é importante ressaltar a qualidade ambiental, intimamente ligada com a qualidade de vida, pois vida e meio ambiente são inseparáveis (Gomes, 2004). Segundo Mattar Neto, Krüger e Dziedzic (2009), o desenvolvimento econômico e social não pode ser considerado sem que a preocupação ambiental esteja presente na

totalidade do processo, configurando os indicadores ambientais como instrumentos de planejamento e gestão dos espaços urbanos e rurais.

O Brasil é dividido em 6 Biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Portanto, dentre eles, está o Cerrado, que ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro, e até a década de 1950 os Cerrados mantiveram-se quase inalterados, mas com a transferência da Capital Federal para Brasília e a abertura da rede rodoviária, essa cobertura vegetal passou a ser espaço da pecuária e agricultura intensiva (Azevedo,2024)

O Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade com a presença de diversos ecossistemas, uma rica flora e mais de 10.000 espécies de plantas, sendo 4.400 endêmicas (Granzieira,2009).

E esse bioma possui relevância social para as comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas, dentre outros, que utilizam do seu conhecimento para sobrevivência.(Veloza, 2021).

No Tocantins, 15% do território é composto por unidades de conservação, predominando o Bioma Cerrado (Moreira e Collicchio, 2017). Em relação ao aparato legislativo estadual, em 5 de abril de 2005 foi criada a Lei nº1.560 que instaurou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Porém observam-se no estado três Áreas de Proteção Ambiental(APA), a saber: APA Serra do Lajeado (1997), APA da Foz do Rio Santa Tereza (1997) e APA da Ilha do Bananal/Cantão (1997) e o Parque Estadual do Lajeado(2001) e o Parque Estadual do Jalapão (2001), antes mesmo do SEUC ser instituído(Gonçalves, Costa, Araújo, 2022). As UCs Estaduais são administradas pelo Instituto Natureza do Tocantins.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (2024), no Tocantins existem 50 unidades de conservação,

sendo divididas da seguinte forma: 11 de Proteção Integral e 39 de Uso Sustentável. As unidades de Uso Sustentável do Tocantins são: Área Estadual de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína; Área Estadual de Proteção Ambiental do Jalapão; Área Estadual de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza; Área Estadual de Proteção Ambiental Ilha do Bananal Cantão; Área Estadual de Proteção Ambiental Lago de Palmas; Área Estadual de Proteção Ambiental Lago de Peixe-Angical; Área Estadual de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel; Área Estadual de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins-Paranã; Área Estadual de Proteção Ambiental Serra do Lajeado; Área Federal de Proteção Ambiental da Serra de Tabatinga; Área Municipal de Proteção Ambiental Arara Azul; Área Municipal de Proteção Ambiental de São Félix do Tocantins; Área Municipal de Proteção Ambiental do Rio Soninho; Área Municipal de Proteção Ambiental do Rio Sono; Área Municipal de Proteção Ambiental do Rio Taquari; Área Municipal de Proteção Ambiental Fragmento Córrego Mutuca/Água Franca; Área Municipal de Proteção Ambiental Fragmento Nascente Córrego Dois Irmãos; Área Municipal de Proteção Ambiental Fragmento Nascente do Córrego Mutuca; Área Municipal de Proteção Ambiental Pé do Morro; Área Municipal de proteção Ambiental Rio Ponte Alta; Área Municipal de Proteção Ambiental Sapucaia; Área Municipal de Proteção Ambiental Serra do Barril e Lobo Guará; Área Municipal de Proteção Ambiental Serra do Estrondo; Reserva Extrativista Federal Extremo Norte do Estado do Tocantins; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Água Bonita; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Bela Vista; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Canguçu; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Catedral do Jalapão; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Fazenda Calixto; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Fazenda Sonhada; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Reserva Minnehaha; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Reserva Sítio Ecológico Monte Santo; Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN- Canguçu; Área Estadual de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza; Reserva

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Particular do Patrimônio Natural- RPPN- Reserva Sítio Ecológico Monte Santo; Área Estadual de Proteção Ambiental Serra do Lajeado; Área Municipal de Proteção Ambiental Arara Azul.

E 11 são de Proteção Integral: Parque Nacional do Araguaia; Parque Estadual do Cantão; Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins; Estação Ecológica Federal Serra Geral do Tocantins; Parque Estadual do Jalapão; Parque Estadual do Lajeado; Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono; Monumento Natural Serra Da Natividade; Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba; Parque Municipal de Palmeirópolis e Parque Municipal Pouso do Meio.

Destaco a APA Serra do Lajeado, criada através da Lei nº906, de 20 de maio de 1997. Fica localizada nos contrafortes da Serra do Lajeado (Vale do Ribeirão e da Serra do Carmo), abrangendo os seguintes municípios: Palmas, Aparecida Rio Negro, Tocantínia e Lajeado. Essa APA apresenta nascentes, cursos; reserva de abastecimento de água para região, sítios arqueológicos, não possui aptidão agrícola; órgão responsável pela implantação, supervisão, administração é o NATURATINS.

Os principais instrumentos para gestão e planejamento das unidades de conservação previstos no SNUC são a criação de Conselhos Consultivos ou Deliberativos e a elaboração de Plano de Manejo. Esses conselhos apresentam o objetivo de construir um espaço de discussão das questões sociais, econômicas e ambientais (Da Cunha Marques, Nucci, 2007). Já o Plano de Manejo é definido como: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL,2000).

Contudo esse documento nem sempre é implementado. Além disso, nem sempre o Plano de Manejo observará o interesse público (Machado,2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização de leituras bibliográficas e documentais, além do estudo e debate acerca dos referenciais teóricos pertencentes à temática ambiental no cenário do Tocantins, mais especificamente a questão das unidades de conservação, foi possível concluir a importância da proteção ambiental no contexto do Cerrado Tocantinense, tendo em vista a imensa quantidade de riquezas naturais presentes nesse bioma, além de seu valor para as comunidades tradicionais.

Assim sendo, as unidades de conservação instituídas por meio do SNUC, são de extrema importância para promover essa proteção. Mas pelo que foi possível aferir, diversos outros fatores, além da positivação da Lei nº 9.985/2000, que define as diferentes categorias de unidades de conservação (UCs), são necessários para uma proteção efetiva da natureza.

Como foi possível aferir, no Tocantins existem diferentes unidades de conservação, divididas nas duas categorias, importantes para a promoção da proteção do Cerrado, contudo, apenas promover a normatização não assegura a proteção ambiental, sendo necessário a efetivação prática de algumas medidas, como é o caso da elaboração do Plano de Manejo.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Inicialmente, a compreensão dos artigos científicos sobre questões ambientais apresentou um desafio. Quando comecei a me familiarizar acerca do assunto notei a ausência de um acervo

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

documental robusto e de fácil acesso, contendo informações detalhadas sobre as unidades de conservação do Estado do Tocantins, o que constituiu um obstáculo significativo para estudos e análises aprofundadas sobre a temática. A lacuna de publicações científicas específicas sobre o meio ambiente tocantinense agrava essa situação, limitando a compreensão da complexidade dos ecossistemas locais.

Ademais, a escrita científica e a aplicação de suas normas era extremamente desafiador, mas ao longo das orientações e correções de trabalhos, além da participação de Oficinas versando sobre a escrita científica, esse desafio foi amenizado, contudo, ainda é presente em determinados pontos.

ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO PROGRAMA GRUPO DE ESTUDOS E DEBATE: a cada 15 dias o Grupo de Pesquisa em Política Pública Ambiental e Sustentabilidade realizavam reuniões que proporcionaram aos participantes do grupo avançar sobre temas do Direito Ambiental. Nas reuniões ocorriam debates sobre conteúdos determinados, e os participantes foram divididos em duplas para fazer uma apresentação sobre um tema específico, para ser a origem do debate. Início: 06/09/2023; Fim: 06/12/2023.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: Simpósio Sobre Unidades De Conservação Do Cerrado Tocantinense (Comissão Organizadora); Apresentação de Pôster nesse mesmo evento.

PESQUISA DE CAMPO: Visita com realização de relatório técnico ao Sítio Arqueológico Caititu com a presença de representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CURSO DE FORMAÇÃO PARA PESQUISA: Oficina Escrita Científica.

PUBLICAÇÕES: Resumo Expandido publicado nos Anais do Simpósio sobre Unidades de Conservação do Cerrado Tocantinense, intitulado

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

“Protegendo o Cerrado: A criação das Unidades de Conservação no Estado do Tocantins”.

PRODUÇÕES: Resumo expandido submetido e aprovado no VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, organizado pela Universidade Federal do Ceará, intitulado como “DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO TOCANTINENSE: O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A EFETIVIDADE DOS PLANOS DE MANEJO”;

Resumo Expandido submetido e aprovado na Semana de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Tocantins, intitulado como “A importância dos Planos de Manejo na efetivação da unidade de conservação”;

Resumo Expandido submetido e aprovado com considerações para o XV Seminário de Pesquisa e XVI Encontro de Iniciação Científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, intitulado de “ CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CERRADO TOCANTINENSE”;

Resumo Expandido submetido e aprovado no 2 Simpósio sobre Unidades de Conservação do Tocantins, com o tema “A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL DO SNUC: CONTEXTO DO CERRADO TOCANTINENSE”.

VISITA DE CAMPO: Realizada no Centro de Pesquisa Canguçu, localizado no sudoeste do Estado do Tocantins, às margens do rio Javaés, ao lado do Parque Estadual do Cantão. Além disso, localiza-se defronte a ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo. O período da visita ocorreu entre os dias 27 e 28 de abril de 2024. O objetivo principal desta viagem imersiva no Centro de Pesquisa Canguçu foi proporcionar aos participantes uma experiência enriquecedora no campo da pesquisa e do ensino.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Imagem 1: Certificado de participação da Comissão Organizadora



Imagem 2: Certificado de Apresentação de Pôster

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Imagem 3:Recepção dos inscritos do Simpósio



Imagem 4 :Sítio Arqueológico do Caaitu.



Imagem 5: Centro de Pesquisa Canguçu

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Ana Laura. Moura Dos Santos. IBGE Educa. 2024. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jov%20ens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024

BRASIL, Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Federal 9.985/2000. Brasília, 2000. Disponível

em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm#:~:text=LEI%20N%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.%20225%2C%20C2%A7,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 10 mar. 2024

Calmon de Passos, P. N. (2009). A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 6(6). Recuperado de <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18/17>

DA CUNHA MARQUES, Anésio; NUCCI, João Carlos. Planejamento, gestão e plano de manejo em unidades de conservação. *Revista Ensino e Pesquisa (União da Vitória)*, v. 4, p. 33-39, 2007. Disponível em: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12920/NucciMarques-PlanejGestaoPlanoManejoUCs-2007.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024

FONSECA, Mônica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. O papel das unidades de conservação. *Scientific American Brasil*, v. 39, p. 18-23, 2010. Disponível em:https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/41996185/O_Papel_das_Unidades_de_Conservacao20160203-13676-1sf8ldn-libre.pdf?1454547031=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_Papel_das_Unidades_de_Conservacao.pdf&Expires=1710175273&Signature=Jy0WRBmNrbl-sBczm5nlLdE7WfGpTl~eLv5PKQJm4ir8pu5u2UyMqyK2WbeHa7H1jDummqZl~qeJ1h3b9~3w9PmU95lv5XOqbl2AsbcQBg77dScpe1m7YlAt1z5o9M93Y0AnvupSrwP2YvAWwgLWgm92XvWklKfeLa95jCbBlT0fTiWvZtqFgm7vJQMnB6GcNB62fUesZDXs88BTeSLICQEqUXLWuxACuSDxjfeGL9cOh2UroE9ciKIEkRo1v76uW9qeGLU3N3DWxaqblWhmtW1eJsxDDcf3hRB5k78fwYffkbD7Od1cgl7aLDgVrNBf5kqZA~eVqkVynenb8YLctQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 27 ago. 2023.

GONÇALVES, A. B. C; COSTA, F. D. S. G.; ARAÚJO, M. J. A. Sistema de Unidades de Conservação do Tocantins completa 17 anos Disponível em:

<<https://oeco.org.br/analises/sistema-de-unidades-de-conservacao-do-tocantins-completa-17-anos>>. Acesso em: 27 ago, 2023.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 2, p. 21-30, 2004. Disponível em:<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/252/208>. Acesso em: 27 ago, 2023.

GRANZIEIRA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2009.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. Administração de Empresas em Revista, v. 1, n. 7, p. 65-79, 2012. Disponível em:<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/admrevista/article/view/21494> . Acesso em:10 mar. 2024

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 19. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa et al. POR UMA CONSTITUIÇÃO GAIA: A QUESTÃO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 2015. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/2733/1/HENRIQUE%20PANDIM%20BARBOSA%20MACHADO.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024

MOREIRA. D. C.; COLLICCHIO, E. Prerrogativas da legislação ambiental estadual em relação à APA Ilha do Bananal/Cantão, Tocantins. Revista Liberato, /S. 1], v. 18, n. 30, p. 197-212, 2017. Disponível em: <http://191.232.52.91/index.php/revista/article/view/486>. Acesso em: 8

maio. 2023

MATTAR NETO, J.; KRÜGER, C. M.; DZIEDZIC, M. Análise de indicadores ambientais no reservatório do Passaúna. Engenharia Sanitaria e Ambiental, v. 14, n. 2, p. 205-213, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/8t7rdMS6YS7MG4vpqBCmBZF/#>. Acesso em: 20 ago, 2024.

SIRVISNKAS, Luís Paulo. 11.ed. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2013.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Portal de Gestão. Disponível em: <https://gesto.to.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2024.

VELOZO, C. Governo do Tocantins destaca defesa do bioma no Dia Nacional do Cerrado. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/naturatins/noticias/governo-do-tocantins-destaca-defesa-do-bioma-no-dia-nacional-do-cerrado/52vu27qmh43z>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil e Edital FAPT/NATURATINS- meio ambiente pesquisa para Unidades de Conservação do Estado do Tocantins.

Capítulo 14

ARTE E SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E CRIATIVO NO PROJETO DE EXTENSÃO MATURIDADE (EN)CENA: TEATRO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA TERCEIRA IDADE ¹

Yasmin Lima Alves Oliveira ²

Renata Patrícia da Silva ³

RESUMO

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de iniciação científica Arte e Saúde na Promoção do Envelhecimento Ativo e Criativo no projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade. Frente um crescente aumento da expectativa de vida se faz de suma importância projetos que abarque as pessoas idosas e suas demandas, neste sentido a presente pesquisa ao longo de um ano buscou acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira idade, assim como na participação quanto a elaboração e execução de oficinas e processos artísticos, que em diálogo com a pesquisa bibliográfica especializada se construiu um processo de criação artística junto às pessoas idosas participantes do projeto questão, culminando assim, na apresentação dos dados obtidos durante o período do projeto de iniciação científica ao longo de setembro de 2023 a agosto de 2024.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo; Envelhecimento Criativo; Maturidade (En)Cena; Práticas integradas em artes e saúde; Processos artísticos.

¹ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (parecer nº6.307.073), em consonância com as diretrizes e as normas regulamentadoras estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, atendendo aos fundamentos éticos e científicos para pesquisa com seres humanos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após receberem as informações verbais e escritas a respeito do estudo.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista PIBIC/CNPQ. E-mail: lima.yasmin@mail.uft.edu.br

³ Doutora em Artes. Curso de Licenciatura em Teatro. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: renatapatricia@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, que teve início em países desenvolvidos e que, a partir da segunda metade do séc. XX vem se destacando nos países em desenvolvimento. De acordo com dados das Nações Unidas, em 2017, a população de idosos no mundo era de aproximadamente 1 bilhão, com previsão de crescimento para 1,2 bilhões em 2025, 1,4 bilhões em 2030, chegando a 2,1 bilhões até 2050 (UNITED NATIONS, 2017). No Brasil, os resultados do Censo de 2022 revelaram que o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou 7,4% da população. Já o total de crianças com até 14 anos de idade recuou de 45.932.294 (24,1%) em 2010 para 40.129.261 (19,8%) em 2022, uma queda de 12,6%. Assim, no estado do Tocantins, os dados do censo de 2022, demonstraram que o total da população alcançou 1.511.459. Deste quantitativo, 184.099 mil são pessoas idosas, representando 12,2% da população geral do estado (IBGE, 2022 *apud* GGEM, 2023).

Diante dessa inversão demográfica, promover e contribuir com iniciativas que fortaleçam melhores condições para um envelhecimento digno e mais qualidade de vida a toda a população é um compromisso de toda a sociedade. À vista disso, o presente trabalho visa expor os resultados do projeto do plano de trabalho de iniciação científica, cujo objetivo principal foi desenvolver estudos e processos artísticos integrando artes e saúde junto aos idosos do Projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: teatro e promoção da saúde na terceira idade.

Para realização da pesquisa, utilizou-se, em conjunto, análise de bibliografia especializada sobre abordagens metodológicas voltadas às práticas teatrais que podem ser realizadas em diferentes contextos para o ensino, prática e criação teatral e abordagens desenvolvidas junto a pessoas idosas, principalmente, dentro do projeto de extensão

Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade. A pesquisa-ação, consistiu na elaboração e execução e práticas artísticas e participação e processos de criação junto às pessoas idosas do projeto de extensão Maturidade (En)Cena.

Assim, este relatório, visa abordar os resultados das atividades realizadas durante o período de pesquisa de 09/2023 a 08/2024 a partir da investigação de processos artísticos integrando artes e saúde, proveniente da elaboração, execução de oficinas junto ao grupo e recepção dos participantes acerca das propostas. Ao longo da pesquisa, os resultados obtidos evidenciaram que as práticas artísticas aliadas à saúde oportunizam o desenvolvimento de um ambiente acolhedor e inclusivo contribuindo para o bem-estar social e um envelhecimento saudável e criativo.

MÉTODO E MATERIAIS

Esta é uma pesquisa do tipo qualitativa e utilizou os seguintes procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação.

Pesquisa bibliográfica acerca de práticas artísticas com pessoas idosas

A pesquisa bibliográfica sobre as práticas artísticas com as pessoas idosas foi dividida em duas partes, sendo a primeira dedicada a abordagens metodológicas voltadas às práticas teatrais que podem ser realizadas em diferentes contextos para o ensino, prática e criação teatral e, posteriormente, a abordagens desenvolvidas junto a pessoas idosas, principalmente, dentro do projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade.

Pesquisa Ação

Na pesquisa-ação a pesquisadora de iniciação científica, que também atua como extensionista do projeto, atuou na elaboração e execução de práticas artísticas e participação em processos de criação junto às pessoas idosas do projeto de extensão Maturidade (En)Cena.

Outra atividade da pesquisa de campo foi a avaliação do trabalho desenvolvido no projeto por meio de entrevistas realizadas junto às pessoas idosas do projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, nos meses de maio e junho de 2024. A entrevista contou com um questionário realizado com perguntas acerca de aspectos como saúde, bem-estar físico, mental e os benefícios do teatro na vida dos participantes. Responderam às questões 7 participantes da ação.

DADOS E DISCUSSÃO

A partir dos procedimentos citados nos materiais e métodos sobre metodologias e práticas utilizadas em diferentes contextos para o ensino, prática e criação teatral e abordagens desenvolvidas junto a pessoas idosas, principalmente, dentro do projeto de extensão Maturidade (En)Cena Teatro e Promoção da Saúde na Terceira idade apresentamos os principais resultados advindos de tal procedimento.

Jogos improvisacionais

Os jogos de improvisação no teatro colaboram com o estímulo da criatividade e desenvolvimento de habilidades como rápida adaptação e fazer coletivo. Viola Spolin (2010) autora e diretora teatral, em seu livro *Improvisação para o teatro*, aborda a importância da improvisação como forma de desbloqueio e formação de uma espontaneidade no teatro. Em consonância com a Spolin, Ingrid Koudela (2009) em sua obra *Jogos Teatrais* acrescenta que esta prática também contribui significativamente no desenvolvimento pessoal e social. Assim, as duas autoras em questão destacam que os jogos de

improvisação podem ser um grande meio colaborativo das práticas teatrais assim como no desenvolvimento pessoal.

Práticas Teatrais com pessoas idosas

A Prática Teatral para a pessoa idosa contribui significativamente em suas vidas, conforme explorado por Beatriz Venâncio (2008) o teatro contribui para a expressividade e revitalização pessoal, para a autora esta prática pode servir como um ambiente de ressignificação de suas memórias e reflexão acerca de suas histórias. Assim, Carmela Soares (2018) também conta com criação teatral como um estímulo a espontaneidade e construção de um ambiente seguro onde as memórias e história dos idosos podem ser desenvolvidas.

No projeto de extensão Maturidade (En)Cena, as atividades realizadas ao longo das oficinas incentivam o trabalho corporal e vocal, por meio de alongamentos, aquecimentos, danças e músicas, com o intuito de possibilitar experiências que despertem a percepção individual e coletiva de modo consciente e integral. Jogos de estímulo à memória e concentração a partir de estímulos múltiplos também são utilizados junto ao grupo de pessoas idosas preparando-os para o trabalho teatral. (Gasca, et al., 2023).

Além disso, as práticas teatrais realizadas junto às pessoas idosas do projeto tomam como referência as abordagens metodológicas dos jogos improvisacionais (Spolin, 2010; Ryngaert, 2009), os jogos e exercícios do Teatro do Oprimido (Boal, 2008), brincadeiras populares e contação de histórias, que estimulam a capacidade de criação e a expressividade dos participantes. Todo o trabalho tem como foco a pessoa idosa e por isso, as atividades são adaptadas de acordo com as particularidades, necessidades e possibilidades de cada um dos participantes. (SOUZA, MIELE e SILVA, 2024, p. 7)

Neste sentido, o projeto Maturidade (En)Cena busca valorizar a experiência e a sabedoria dos idosos, oferecendo um espaço onde eles compartilham suas histórias e ensinamentos de forma leve e

inspiradora, promovendo sua autonomia e liberdade de escolha, permitindo aos participantes expressar sua identidade.(SOUZA,2023).

Processos artísticos integrando artes e saúde no Projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: teatro e promoção da saúde na terceira idade.

O Projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: teatro e promoção da saúde na terceira idade, foi idealizado em 2016 e, atualmente, é coordenado por professoras dos cursos de Licenciatura em Teatro e Medicina da Universidade Federal do Tocantins, e envolve estudantes dos dois cursos, que atuam como extensionistas e pesquisadores de iniciação científica. As atividades oferecidas pela ação são semanais, às sextas-feiras, no intervalo entre 14h e 16h, abertas a todas as pessoas acima de 50 anos da cidade de Palmas. As atividades acontecem no complexo laboratorial do Curso de Teatro no campus universitário de Palmas. As atividades do projeto articulam artes e a saúde, por meio de oficinas, rodas de conversas, montagem e circulação de espetáculos.

Os dados desta pesquisa-ação são resultantes de trabalhos realizados dentro das oficinas realizadas com as pessoas idosas no período de realização da pesquisa. Para a realização das oficinas, cada encontro é precedido por pesquisas e preparações para garantir a eficácia das práticas realizadas e atender às necessidades dos participantes.

Durante o período de vigência deste trabalho, houve uma preocupação em sistematizar as propostas apresentadas nos encontros. A partir da recepção dos participantes às atividades propostas e da investigação bibliográfica, identificamos quatro elementos fundamentais para o êxito desta pesquisa: alongamentos/aquecimentos, práticas de respiração, caminhadas, jogos rítmicos e práticas de estímulo à memória e concentração.

Alongamento

O aquecimento corporal se inicia com os participantes em roda soltando o corpo dos pés à cabeça. Com o tempo, os exercícios evoluíram sua complexidade, trabalhando assim alongamentos específicos para o ombro, quadril, pernas e braços, realizados em oficinas semanais. Assim, a parceria com estudantes de Medicina possibilitou também explicações sobre os benefícios das atividades, em uma ação de "educação em saúde". Além disso, foram feitas adaptações para participantes que apresentavam alguma limitação física, garantindo que todos pudessem se beneficiar das práticas.

A partir da realização dos alongamentos é possível observar a importância da adaptação dos exercícios às necessidades dos idosos, visando a inclusão e o respeito às limitações individuais. As presentes práticas contribuem como uma forma de libertação corporal e social, proporcionando aos participantes uma maior consciência de seus corpos e de suas capacidades, promovendo a participação ativa e valorizando o foco progressivo no aquecimento localizado tendo um impacto positivo na flexibilidade e mobilidade, servindo de grande importância para a autonomia da pessoa idosa. Desta forma, a integração entre os estudantes de Medicina, Teatro e os participantes também evidenciam a relevância de explicar os benefícios das atividades, promovendo não apenas a prática física, mas também o conhecimento capaz de empoderar os idosos.

Práticas de respiração

As práticas de respiração são realizadas após os aquecimentos, os participantes fazem uma respiração diafragmática, com foco na localização e função do diafragma para melhorar a entrada de oxigênio e promover relaxamento. Foram introduzidas variações, como a respiração em quatro tempos e a expiração com sílabas como (Si, Xi, Fu) que ajudavam a desenvolver o relaxamento.

A prática de respiração diafragmática contribui para aumentar a consciência corporal e emocional, essencial para a expressão autêntica e a transformação pessoal, conforme pudemos aprender com Boal (2008). Também por meio desta se torna notável a condição da mente e do corpo, promovendo um estado de presença que facilita o bem-estar psicológico e físico, controlando a regulação emocional e a melhoria da função cognitiva.

Portanto, a respiração contribui com o desbloqueio da criatividade auxiliando na improvisação através de uma maior consciência do corpo e da mente. Há um impacto da respiração na redução do estresse preparando os participantes para enfrentar desafios promovendo um equilíbrio entre relaxamento, foco e expressão criativa, beneficiando tanto o bem-estar individual quanto a capacidade de interação e desempenho.

Caminhadas

Apesar dos benefícios dos exercícios de respiração, alguns participantes idosos relataram que tais exercícios os deixavam excessivamente relaxados. Assim, as caminhadas foram introduzidas para melhorar a concentração, socialização e mobilidade. No exercício "caminhada dançada", os participantes seguiam passos variados ao som da música "Moreninha Linda", que era interrompida em determinados momentos fazendo com que os participantes ficassem parados e se concentrassem na respiração enquanto o corpo se acalmava.

Frente a esta prática foi notável como as caminhadas contribuem para o aprimoramento do corpo e mente, através dela é possível que os participantes desenvolvam a improvisação a partir de elementos simples como ao precisarem se adaptar a uma parada brusca lidando e resolvendo uma rápida mudança de comando. Assim, caminhadas com comandos oferecem de maneira dinâmica a melhoria na mobilidade, promovendo uma integração sensorial e motora. Desta forma também se faz imprescindível pensar em atividades que variem em momentos dinâmicos e relaxamento como nas oficinas do presente projeto de forma que estas se tornam mais coesas e educativas quanto a expressividade e criatividade teatral.

Jogos Rítmicos

As caminhadas que incorporaram elementos musicais, realizadas nos encontros, tiveram grande aceitação ao influenciar a atenção, a mobilidade corporal e a conexão do grupo. Nas “caminhadas melódicas”, as melodias do piano com tons variados (agudos, médios e graves) orientavam os participantes, que ajustavam seus movimentos de acordo com os diferentes planos sonoros. Essa abordagem aprimorou a percepção melódica e rítmica fortalecendo a coesão entre os participantes, que se tornaram mais atentos e sincronizados com os estímulos musicais durante as oficinas.

A partir da realização deste exercício é possível promover uma expressão individual, capacidade de melhoria na dinâmica de grupo e conexão entre os participantes através da sincronização com os estímulos musicais. Assim é possível explorar a criatividade e a adaptabilidade dos participantes ao responderem aos diferentes tons musicais oferecendo um impacto positivo na consciência corporal e na coordenação, uma vez que a associação entre música e movimento refina a percepção sensorial e o alinhamento corporal, conectando emoções e movimento, permitindo uma expressão emocional mais integrada e consciente. contribuindo também para o enriquecimento da experiência corporal e social dos participantes.

Práticas de estímulo à memória e concentração

Dentre essas práticas escolhemos citar duas. O primeiro jogo é a adaptação de uma proposta do teatrólogo brasileiro Augusto Boal⁴, que os participantes, em duplas, dirigem números e assim, em sequência os vão alternando esses números de maneira ágil até que se complete a quantidade de número pré-estabelecidos pelo guia da atividade proposta. Esses números podem ser trocados por palavras, ou até mesmo misturados a elas. Conforme a participação do grupo, os números, por vezes, eram misturados a palavras.

Outro jogo é o “jogo do CS composto”, exercício em que o primeiro participante deve escolher uma palavra aleatória que não comece com a letra C ou S. Após escolher, ele deve dizer essa palavra em voz alta e, em seguida, apontar aleatoriamente para outro participante. O participante escolhido precisa, o mais rápido possível, dizer uma palavra relacionada à anterior, também evitando que ela comece com “C” ou “S”. Cada participante terá a oportunidade de falar uma vez, até que o ciclo se encerre. Posteriormente, a atividade foi intensificada ao adicionar uma bola, que deveria ser passada enquanto se falava, exigindo atenção simultânea das palavras, da bola e sua direção.

Frente a esta prática foi possível avaliar que a mesma contribui diretamente no desenvolvimento da atenção e agilidade mental. Neste exercício também se faz presente a consciência corporal que colabora com a socialização e a realização coletiva frente a um estímulo cognitivo que corroboram com foco e a memória. Desta forma, através da conexão de mente e corpo se torna possível o aprimoramento da cognição e colaboração por meio ainda do alinhamento entre

⁴ Jogo: 1, 2, 3 de Bradford presente no livro: Jogos e Exercícios para Atores e Não Atores (BOAL, 2008)

pensamento e ação, no que ao precisarem falar as palavras de maneira clara e alta auxilia na dicção e comunicação.

À vista disso, os encontros realizados durante a presente pesquisa foram de grande riqueza de aprendizados e trocas de experiências, sendo evidente que o projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na terceira idade, por meio das atividades de criação teatral, alongamento, caminhadas pelo espaço, respiração, trabalho com a memória e cognição contribuem para a inclusão da pessoa idosa que continua com exímia autonomia de desenvolver e contribuir para a comunidade que vive e para sua sociedade.

A partir então dos tópicos mencionados se faz de grande valor os depoimentos dos participantes idosos, no intuito de fomentar os resultados apresentados. Acerca então de como o teatro impactou sua saúde mental uma das participante afirma que “ Ajudou bastante na memória, e para relaxar” (L.C.S, 63 anos), “Pra minha saúde mental foi muito boa, tinha música que eu não cantava e agora eu canto, o teatro pra mim é vida.” (M.A.D.S, 72 anos).

A respeito de como o fazer teatral estimulava a sua criatividade, memória e cognição, as respostas da grande maioria foi sim, “Sim, para tudo.” (M.F.R, 63 anos), “Com certeza, no teatro a gente tem que forçar a mente para poder decorar o texto né, então aí é aonde força a nossa inteligência, força a nossa potência de gravar, de decorar e atuar”(V.P.S, 76 anos).

Quanto a acreditar que o teatro tenha ajudado a reduzir sentimentos de isolamento social e solidão, os participantes destacaram: “Ajuda a não ficar sozinho em casa. Ajuda a ter um momento de interação com outras pessoas”(M.F.R, 63 anos), “Ajudou, o teatro a gente faz amizade” (M.A.D.S, 72 anos).

Dessa forma, o projeto desenvolve práticas que andam lado a lado com a afetividade e o companheirismo, não só entre as pessoas

idosas, mas também criando um ambiente propício para a intergeracionalidade entre jovens estudantes e os participantes do projeto. Estes cuidam de todos com afeto e carinho. É a partir dessa riqueza de trocas que uma das participantes afirma que cada oficina na sexta-feira “é um encontro de coração pra coração” (V.P.S, 76 anos).

À vista desses fatores, a arte desempenha um importante papel na vida de um indivíduo. Ao trabalhar a subjetividade, ela se torna uma grande colaboradora no autoconhecimento e no desenvolvimento da criatividade. Assim, o teatro, a partir de suas atividades, pode proporcionar à pessoa idosa inclusão e valorização de suas experiências. Nesse sentido, as práticas artísticas teatrais podem colaborar significativamente para o efetivo desenvolvimento do envelhecimento ativo e criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é perceptível o importante trabalho desempenhado pelo projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na terceira idade quanto a contribuição de oficinas que oferecem a pessoa idosa novas perspectivas e formas de desenvolver seu envelhecimento de forma mais ativa. Conclui-se que o projeto contribui diretamente para a autonomia e criatividade uma vez que ao oportunizar suas oficinas teatrais este desempenha um grande papel na vida social e artística da pessoa idosa. O fazer teatral contribui para um efetivo desenvolvimento da sua capacidade de criação e noção de pertencimento e por meio deste ao elaborar uma cena coletivamente o projeto também se torna um forte ponto de socialização e intergeracionalidade.

Com a experiência em criação coletiva, o idoso desenvolve um aumento de autoconfiança e de autovalorização, expondo e partilhando as suas ideias e conhecimentos. Ao dar-se a liberdade para criar, há um aumento da estimulação da

mente para o desenvolvimento de decisões, aumentando a autonomia de escolha do idoso no seu dia-a-dia, que contribui também para o desenvolvimento da proatividade do indivíduo. (LEMOS, 2020, p. 28.)

É através do fazer artístico teatral que além de contribuir para a socialização e interação da pessoa idosa que o projeto Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na terceira idade promove o fomento de práticas que impulsionam a valorização do aprendizado coletivo nas oficinas, promovendo a participação ativa das pessoas idosas, contribuindo não apenas com o aprender mas também ao seu protagonismo em suas próprias histórias. A partir das atividades trabalhadas durante os semestres é nítido a melhoria física e mental das pessoas idosas beneficiadas neste ambiente.

Para tanto, vale ressaltar que muitos participantes apresentam melhorias em sua cognição, memória e habilidades motoras, ao passo que é relatado que muitos exercícios de respiração e alongamentos são refeitos em suas casas sendo incrementados ao seu dia a dia. Demonstrando assim, a funcionalidade das propostas e êxito no que tange a auto-estima de uma vida ativa e melhoria no bem estar físico e mental, acerca do reconhecimento de suas potencialidades corporais e mentais. Sendo assim, notório a melhoria do grupo frente à chegada de novos integrantes, uma vez que, é possível perceber o avanço dos veteranos quanto às propostas levadas ao grupo.

Portanto, o projeto de extensão ao contar com o aprendizado coletivo de suas oficinas também leva em consideração o poder de acreditar nas capacidades da pessoa idosa como um ser que apresenta grande autonomia de contribuir com suas perspectivas e absorver aprendizados, por vezes os idosos do projeto se saíram melhor em atividades de memória do que os jovens extensionistas, ao passo que se percebeu a necessidade de aumentar o grau de dificuldade dos exercícios desenvolvidos nas oficinas.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASCA et al. Práticas artísticas na promoção do envelhecimento ativo e saudável. Viçosa, 2023.p. 100-110.

IBGE. Censo: número de idosos no Brasil cresceu 57,4% em 12 anos. Secretaria de Comunicação Social. Brasil, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos> . Acesso em: 11 set. 2024.

KOUDELA, Ingrid. Jogos Teatrais. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEMOS, Inês da Cruz; PEREIRA Henrique Manuel. Envelhecimento (Cri)ativo: teatro e outras artes performativas, Universidade Católica Portuguesa, 2020.

OPAS. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

SOARES, Carmela. Teatro Renascer: da pedagogia à poética da cena. Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 17, p. 029-036, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102172011029>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOUZA, Jádyla et al. Práticas Integrativas de Promoção de Saúde para a Pessoa Idosa. Editora Veloso: Gurupi - TO, 2024.

SOUZA, Jadya Patrícia Milhomem de; MIELE, Maria Sortênia Alves Guimarães; SILVA, Renata Patricia. Práticas artísticas e Envelhecimento Ativo: um estudo das ações extensionistas do projeto Maturidade

(En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2024. DOI: 10.20873/2024_v3_22.

SOUZA, Jádyla Patrícia Milhomem; **Envelhecimento (En)Cena**. Monografia – Curso de Licenciatura em Teatro – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. Trad. Ingrid Koudela. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

VENANCIO, Beatriz P. **Pequenos espetáculos da memória**: Registro cênico-dramatúrgico de uma trupe de mulheres idosas. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

Gostaríamos também de expressar nossa gratidão:

Àqueles que fazem parte do programa Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira idade, incluindo os indivíduos da terceira idade envolvidos e os colaboradores da iniciativa.

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Tocantins.

À Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins.

Capítulo 15

Cartografia das práticas de arte e educação em contextos não escolares na cidade de Palmas-TO

Thiago Macêdo Passos 1

Renata Patrícia da Silva 2

RESUMO

Este relatório apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa de iniciação científica sobre as práticas artísticas e educacionais não formais em Palmas-TO, realizada entre setembro de 2023 a agosto de 2024. A pesquisa, fundamentada na análise de 17 lugares, utilizou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para mapear essas práticas, identificar os públicos beneficiados e analisar os impactos percebidos. Dessa forma, a educação não formal, conforme discutido por Gohn (2006), numa perspectiva emancipatória, como preconiza Freire (1996), desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e na promoção da inclusão social. Assim, os dados revelaram que as artes são importantes iniciativas, refletindo o potencial dessas práticas em contextos não formais. Além disso, desafios como a carência de formação superior em áreas específicas foram destacados, indicando a necessidade de políticas públicas e iniciativas educacionais para suprir essas lacunas. Nesse sentido, a pesquisa segue em andamento, e a continuidade do projeto no PIBIC/CNPq será essencial para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas e contribuir para o desenvolvimento contínuo do campo artístico-educacional em Palmas, promovendo uma cidadania ativa e uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação não-formal; Educação Popular; Cultura e Inclusão Social

¹ Graduando em medicina. Bolsista Pibic/CNPq. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: thiago.passos@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Artes. Professora do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: renatapatricia@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Embora haja um crescente interesse científico sobre a produção de conhecimentos das artes e da educação fora dos âmbitos formais, ainda existem desafios e carências de pesquisas que abrangem esses conhecimentos dentro da educação não formal. De acordo com Gohn (2006), a educação não formal desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes, mas ainda é um campo sub-explorado em termos de pesquisa acadêmica. Além disso, Freire (1996) ressalta a importância de práticas educativas que valorizem a autonomia dos educandos, promovendo um processo de aprendizagem que vai além das estruturas tradicionais de ensino. Nesse sentido, Bordenave (1983) argumenta que a educação não formal tem o potencial de preencher lacunas deixadas pelo sistema educacional formal, especialmente em contextos sociais menos favorecidos.

A importância de mapear essas práticas educacionais e artísticas é destacada por Hobsbawm (1984), que observa como a preservação e a transmissão de práticas culturais são essenciais para a manutenção da identidade comunitária. Assim, esta pesquisa propõe-se a desenvolver uma cartografia das práticas artísticas no âmbito da Educação Não Formal, com o objetivo de avaliar os contextos em que estão inseridas, identificar os públicos beneficiados, analisar os impactos percebidos pelos participantes e criadores, e entender como esses espaços contribuem para democratizar o acesso aos bens artísticos e culturais.

Buscando abordar o tema da educação não formal, principalmente no contexto de Palmas, Tocantins, esta pesquisa se alinha com as reflexões de Tylor (1974), que enfatiza a importância de estudar as práticas culturais em seus contextos específicos para melhor compreender sua relevância social e educativa. Diante disso, este artigo tem como finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa de iniciação científica intitulada "Cartografia das Práticas Artísticas no Contexto da Educação Não Formal na Cidade de Palmas, Tocantins"³. A pesquisa também se baseia nas observações de Furtado (2008), que destaca a necessidade de integrar práticas artísticas e educacionais para fomentar o desenvolvimento comunitário.

Segundo Morin (2002), a educação não formal deve ser vista como um sistema complexo, onde diversos elementos interagem para criar um ambiente de aprendizado dinâmico e inclusivo. Isso é reforçado por Cruz (2022, p.53), quando enfatiza que "as práticas artísticas, embora informadas por elementos das definições de arte, temporalmente datadas, diferenciam-se pelo enfoque na experimentação, abertura e cruzamento disciplinar, traduzem-se pela tentativa de integração de modos alternativos de funcionar". Isso pode ser evidenciado, principalmente, nas práticas artísticas comunitárias, contexto significativo para o fomento da arte na Educação Não Formal.

Segundo Flick (2009), a apresentação de resultados contínuos é crucial para ajustar a direção da pesquisa e garantir a validade dos achados, enquanto Gohn (2006) enfatiza a importância de estudos contínuos para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas educacionais em contextos não formais. Além disso, Morin (2002) argumenta que pesquisas em progresso são essenciais para captar a complexidade dos fenômenos sociais e educacionais, permitindo uma análise mais integrada e contextualizada.

Em suma, os dados apresentados neste artigo refletem uma pesquisa de iniciação científica conduzida entre setembro de 2023 e agosto de 2024, no âmbito do PIBIC, com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Os dados coletados ao longo deste ano ainda não representam a conclusão da investigação, uma vez que a pesquisa foi renovada e continua em andamento, com o intuito de dar continuidade à cartografia e aprofundar-se em dados encontrados ao longo do período de pesquisa, que despertaram o interesse para um percurso metodológico que nos aproxime mais dos contextos pesquisados. Ainda assim, espera-se que os resultados e a discussão apresentada aqui possam enriquecer o debate sobre as práticas artístico-pedagógicas na Educação Não Formal em Palmas.

MÉTODO E MATERIAIS

Esta pesquisa baseou-se em uma abordagem mista, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de mapear as práticas artístico-pedagógicas em contextos não formais na cidade de Palmas-TO. Sendo a pesquisa estruturada em três principais etapas metodológicas: levantamento da amostra quantitativa, coleta de dados qualitativos e análise dos dados coletados.

A amostra quantitativa parcial, apresentada nesta pesquisa, utilizou para a coleta diferentes fontes, como: Plataforma ONGs Brasil; Grupos e Projetos Culturais reconhecidos no cenário artístico e cultural palmense; Redes Sociais de projetos com foco em arte e cultura; ações mapeadas pela disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica Teatral III nos anos de 2022 e 2023 sob coordenação da orientadora desta pesquisa. Após este primeiro mapeamento, o formulário de pesquisa foi distribuído aos coordenadores por meio de e-mail e comunicação por meio do aplicativo WhatsApp®, sempre garantindo que a participação fosse voluntária e consentida.

³Essa pesquisa seguirá em continuidade nos anos de 2024 a 2025.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos as Ações que possuíam características da Educação Não-Formal, de acordo com os critérios estabelecidos por Gohn (2006), que concordaram em participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Já referente aos critérios de exclusão, foram retirados da pesquisa as ações que não se situam no campo das práticas artístico-pedagógicas na Educação não formal. Tal critério foi o oferecimento de atividades artístico-pedagógicas ao público externo ou interno, seja por meio de práticas formativas, produção, análise, recepção e democratização do acesso aos bens artísticos e culturais, etc.

Quanto ao formulário da pesquisa, foi produzido via plataforma Google Forms, sendo o questionário online composto de 15 perguntas. Essas perguntas eram divididas em 3 partes: Questões referentes ao coordenador de cada ação; Questões referentes às características das ações; Questões referentes à cidade de Palmas.

Paralelamente, realizou-se a coleta de dados qualitativos por meio de pesquisa de campo em baixa frequência, observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas. No qual, foram incluídos: roteiros de entrevistas e formulários de observação, desenvolvidos com base nos objetivos da pesquisa. Assim, para garantir a confiabilidade e validade dos dados qualitativos, foram adotadas estratégias como triangulação de fontes e verificação pelos coordenadores de cada uma das ações estudadas.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Referente à análise qualitativa dos dados, esta foi conduzida utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme descrita por Bardin (1977). Sendo este processo dividido em três etapas: a pré-análise, onde foi realizada uma leitura flutuante dos dados coletados para familiarização com o material e seleção do corpus; a exploração do material, envolvendo a codificação e categorização das unidades de significado; e o tratamento dos resultados e interpretação, utilizando inferência para derivar conclusões baseadas nos dados analisados. Dessa forma, a análise de conteúdo permitiu uma interpretação controlada dos dados, considerando o contexto específico de Palmas e podendo-se compreender as experiências relatadas pelos coordenadores das Ações.

Consideraram-se também as questões éticas ao longo de toda a pesquisa. Obteve-se consentimento informado dos participantes, assegurando a confidencialidade e anonimato dos dados coletados. Sendo a pesquisa aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da instituição, garantindo o cumprimento das normas éticas vigentes.

Adicionalmente, foi desenvolvido um cronograma detalhado que delineou as etapas da pesquisa, desde a revisão bibliográfica até a análise final dos dados, garantindo a organização e o cumprimento dos prazos estabelecidos para cada atividade (Tabela 1).

Tabela 1 - Cronograma de Execução da Pesquisa. Elaborado pela Orientadora e Bolsista de Iniciação Científica

AÇÕES PARA O ANO DE 2023/ MESES			SET	OUT	NOV	DEZ
a. Pesquisa Bibliográfica			X	X	X	
b. Levantamento de dados em bases digitais				X	X	
AÇÕES PARA O ANO DE 2024/ MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

a. Coleta de dados por meio de pesquisa de campo observação participante		X	X	X		
b. Elaboração de relatório parcial do PIBIC	X	X				
c. Coleta de dados por meio de entrevistas		X	X	X		
d. Organização dos dados coletados				X	X	
AÇÕES PARA O ANO DE 2024/	JUL	AGO				
MESES						
a. Elaboração de relatório final do PIBIC	X	X				
b. Divulgação dos resultados preliminares	X	X				

DADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos a partir da análise das 17 Ações, que integram o campo amostral deste estudo, revelam um panorama diversificado e complexo das práticas artísticas associadas à educação não formal na cidade de Palmas.

A distribuição geográfica das iniciativas, conforme mostrado no Gráfico 1 e no Mapa 1, evidencia uma maior concentração na região Sul (23,5%), seguidas pela região Norte (17,6%) e o distrito de Taquaruçu (17,6%). As ações itinerantes também apresentaram porcentagens equivalentes à Região Norte e Taquaruçu (17,6%).

Consideramos que este quantitativo é parcial e que tal resultado pode relacionar-se a diferentes aspectos, como as instituições catalogadas até o presente momento, a participação na pesquisa, incentivo à manutenção destes espaços, capacitação dos profissionais, demandas da comunidade, entre outros. Diante disso, considerando o estado de desenvolvimento da pesquisa, tais aspectos ainda não serão tratados no presente trabalho. Por outro lado, as regiões periféricas apresentam uma menor presença dessas iniciativas, o que sugere uma lacuna na oferta de práticas artísticas e educacionais em contextos mais vulneráveis.



Gráfico 1- Porcentagem de projetos que promovem práticas artísticas e educação em contextos não escolares por região na cidade de Palmas. Elaborado pelo pesquisador.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

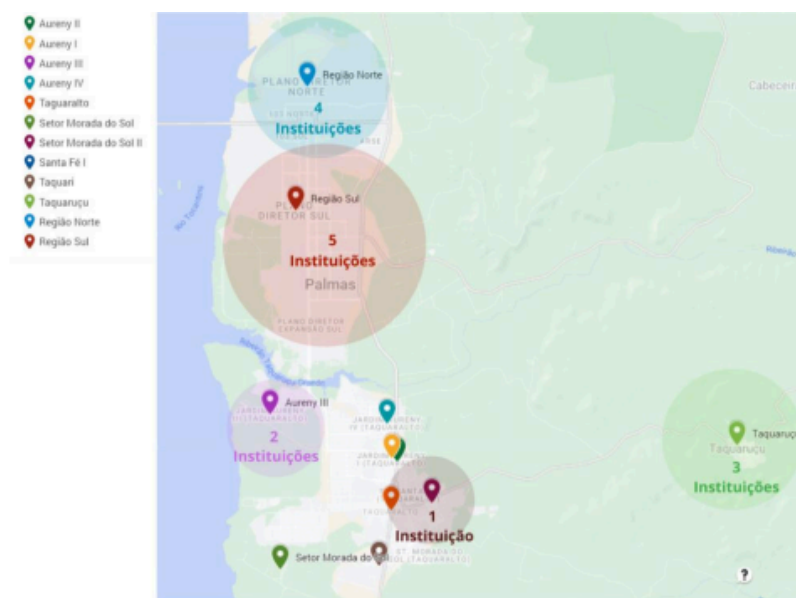


Imagem 1 - Número de projetos que promovem práticas artísticas e educação em contextos não escolares por região na cidade de Palmas (Não foram incluídas as Ações de caráter itinerante). Elaborado pelo pesquisador.

Em termos de áreas artísticas, o Gráfico 2 mostra que as artes cênicas predominam, seguidas pelas artes visuais e pela música. Esta diversidade reflete o potencial da educação não formal em atender a diferentes demandas culturais e educacionais. A predominância das artes cênicas pode estar ligada à sua natureza participativa e ao seu forte apelo comunitário, características que facilitam a mobilização social e o engajamento em projetos de educação cidadã. Nesse contexto, autores como Paulo Freire (1996) e Maria da Glória Gohn (2006) destacam a importância das práticas culturais como formas de resistência e emancipação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

17 respostas

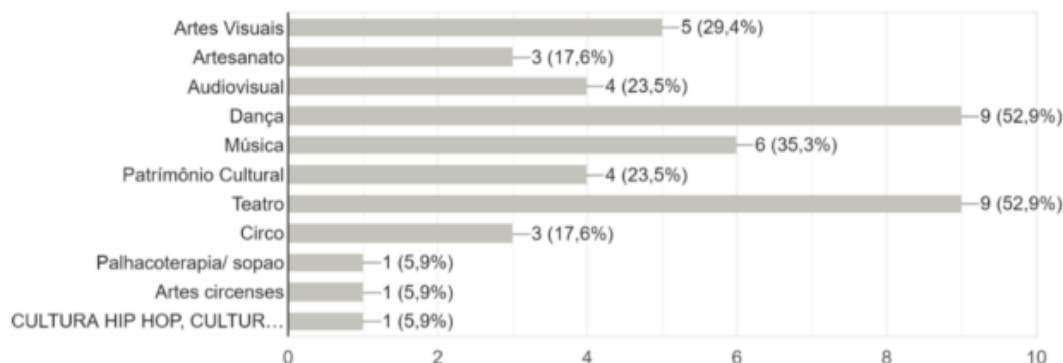


Gráfico 2 - Porcentagem de projetos que promovem práticas artísticas e educação em contextos não escolares por áreas artísticas na cidade de Palmas. Elaborado pelo pesquisador.

O Gráfico 3 revela que a maior parte dos projetos se enquadra na categoria de arte-educação, seguida por iniciativas de arte e cidadania e, em menor escala, por projetos de arte-terapia. Este foco em arte-educação evidencia como as práticas artísticas são promotoras de inclusão social e de construção de cidadania ativa. Gohn (2010) argumenta que a educação não formal desempenha um papel crucial na promoção da cidadania, especialmente em contextos em que o acesso a formas tradicionais de educação é limitado. Essa perspectiva é reforçada por Freire (1996), que vê a educação como um processo libertador, capaz de transformar tanto o indivíduo quanto a comunidade.

Gênero da ação

17 respostas

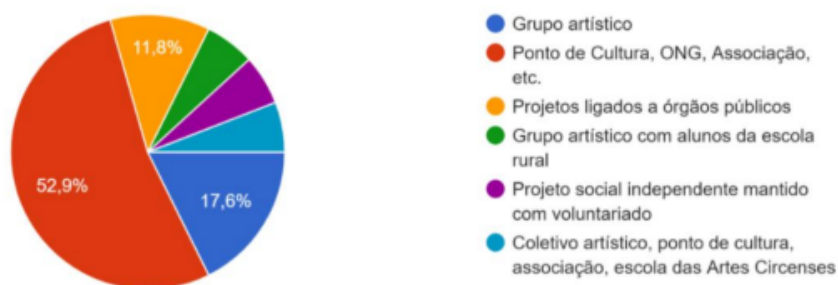


Gráfico 3 - Porcentagem de projetos que promovem práticas artísticas e educação em contextos não escolares por gêneros de ação na cidade de Palmas. Elaborado pelo pesquisador.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

A cronologia das iniciativas, apresentada no Gráfico 4, mostra um aumento na criação de projetos a partir de 2015. Esse crescimento pode estar relacionado a uma série de fatores, incluindo a implementação de políticas públicas voltadas para a cultura e a educação, bem como um aumento na conscientização sobre a importância das práticas artísticas como instrumentos de inclusão social. Além disso, a ampliação de redes de colaboração entre Ações e a maior disponibilidade de financiamento para projetos culturais também podem ter contribuído para esse aumento (BORDENAVE, 1983; GOHN, 2006).



Imagem 2 - Porcentagem de projetos que promovem práticas artísticas e educação em contextos não escolares por ano de idealização na cidade de Palmas. Elaborado pelo pesquisador.

Os objetivos das iniciativas são amplamente voltados para a inclusão social, a preservação cultural e o desenvolvimento pessoal e comunitário. A Trupe-Açu Cia de Circo de Taquaruçu, por exemplo, combina práticas artísticas com ideais feministas, promovendo a valorização dos direitos das mulheres e das crianças. Este tipo de abordagem demonstra como a arte pode ser utilizada para abordar questões sociais urgentes, como a igualdade de gênero, e para promover transformações significativas na vida dos participantes (TAYLOR, 1974; ONU, 1945). Além disso, iniciativas como o Projeto42 e o Ninho Cultural têm como foco o apoio a grupos socialmente vulneráveis, utilizando a arte como uma forma de educação integral e como um meio de promover cidadania ativa (GOHN, 2010).

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

No que diz respeito à oferta de práticas educativas, foi possível inferir-se que há uma ampla gama de cursos e oficinas disponíveis, que vão desde a música e a dança até a formação em gestão cultural e produção artística. Essa diversidade é essencial não apenas para o desenvolvimento técnico dos participantes, mas também para a promoção de inclusão social e bem-estar. Veloso (2021) destaca que essas práticas são fundamentais para fortalecer o senso de comunidade e para criar espaços de interação social onde os indivíduos podem expressar sua criatividade e desenvolver habilidades que transcendem o ambiente artístico.

O impacto do curso de Licenciatura em Teatro da UFT na capacitação de profissionais do mercado artístico-educacional de Palmas, conforme ilustrado no Gráfico 5, é amplamente reconhecido pelas organizações participantes. Sendo que, a formação acadêmica tem contribuído significativamente para a qualificação dos profissionais, ampliando suas capacidades de atuação e promovendo uma maior integração entre as práticas artísticas e as necessidades educacionais da comunidade (FREIRE, 1996; GOHN, 2006).

A oferta do Curso de Licenciatura em Teatro na UFT tem contribuído na capacitação e qualificação de profissionais para atuar no mercado artístico-educacional da cidade de Palmas?
17 respostas

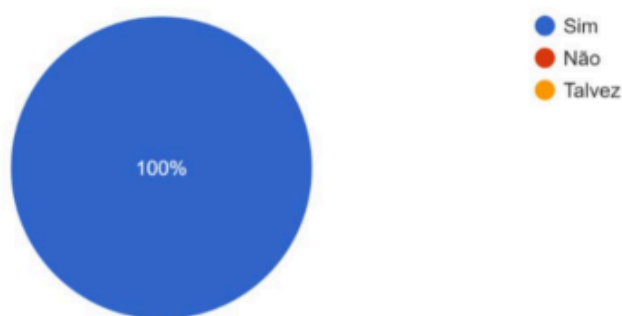


Gráfico 4 - Gráfico 5- Porcentagem de respostas sobre a contribuição da oferta do Curso de Licenciatura em Teatro na UFT na capacitação e qualificação de profissionais para atuar no mercado artístico-educacional da cidade de Palmas. Elaborado pelo pesquisador.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Apesar do reconhecimento da importância do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins na formação de novos profissionais, capacitação dos que já atuam na Educação Não Formal, por meio de cursos de extensão, especializações etc. O Gráfico 6 aponta para a necessidade da oferta de outras formações específicas no campo das artes, principalmente, para Dança e Artes Visuais e Audiovisual, o que representa um desafio significativo para o desenvolvimento do campo artístico na região. As sugestões dos participantes, que incluem a criação de cursos de graduação e pós-graduação nessas áreas, bem como a oferta de programas de extensão e intercâmbio, refletem uma demanda crescente por uma formação mais abrangente e contextualizada que possa atender às particularidades culturais e sociais do Tocantins (BORDENAVE, 1983; GOHN, 2006).



Gráfico 5 - Porcentagem de respostas sobre a carência de formação superior em áreas específica no campo das Artes. Elaborado pelo pesquisador.

Os dados analisados a partir das ações cartografadas até o presente momento, demonstram a importância das práticas artísticas no contexto da Educação Não Formal na cidade de Palmas que além de democratizar o acesso aos bens artísticos e culturais, são promotoras de inclusão social, preservação cultural, desenvolvimento comunitário, educação para a liberdade, cidadania, entre outros aspectos. Tais aspectos estão presentes nas diferentes iniciativas promovidas pelas ações apresentadas por meio de: Cursos de formação na área de elaboração e desenvolvimento de projetos culturais; Oficinas de audiovisual; Apoio na realização de feiras, festividades, exposições, espetáculos, shows; Desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na área das artes; Produção de materiais artístico-pedagógicos: livretos, livros, web documentário, documentários, teaser; Ensino de teatro, dança de salão, dança de rua, balé; Cursos de violão, teclado, bateria e percussão; formação de mulheres em teatro, música, contação de histórias, gestão cultural e produção); Cursos de violão, canto popular, danças urbanas, piano, pintura e balé; Oficinas para professores das escolas rurais(educação patrimonial e musical); Palhaçoterapia, brincadeiras e sopão; Oficinas circenses semanais para crianças e jovens do distrito de Taquaruçu; Workshops e oficinas em artes cênicas e audiovisual com convidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste relatório evidenciam a relevância das práticas artístico- pedagógicas desenvolvidas em contextos de educação não formal na cidade de Palmas-TO. Conforme argumentado por Gohn (2006), essas práticas são fundamentais para a inclusão social, a preservação cultural e o desenvolvimento comunitário, desempenhando um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a análise dos dados coletados ao longo deste estudo revela uma diversidade de abordagens e métodos que, juntos, fortalecem a cidadania ativa e promovem a democratização do acesso aos bens culturais e artísticos, como também destacam Gohn Freire (1996) e Morin (2002).

Ainda assim, os desafios identificados, como a carência de formação superior específica em áreas como dança e artes visuais, apontam, conforme argumentado por Veloso (2021), para a necessidade de políticas públicas e iniciativas educacionais que possam suprir essas lacunas. A criação de cursos de graduação e pós-graduação nessas áreas, bem como o fortalecimento de programas de extensão e intercâmbio, são medidas que podem contribuir para o desenvolvimento contínuo do campo artístico-educacional em Palmas, alinhando-se com as recomendações de Gohn (2006) sobre a educação não formal.

Ponderamos que a pesquisa alcançou resultados significativos que, inclusive, nos fizeram repensar os procedimentos metodológicos e o que mais podemos saber, para além do previsto, com sua continuidade. Por isso, concordamos com Flick (2009) ao destacar que estudos em andamento, como o presente, são essenciais para ajustar metodologias e aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados. Assim, a continuidade da investigação permitirá, segundo Geertz (1973), aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas dessas práticas e seus impactos no contexto educacional. A renovação do projeto no âmbito do PIBIC/CNPq será essencial para dar seguimento às etapas metodológicas planejadas, incluindo a coleta e análise de dados qualitativos adicionais, conforme sugerem Bardin (2004) e Bordenave (1983), ao destacarem a importância de metodologias mistas e de análise de conteúdo na pesquisa social.

Por fim, este trabalho, ainda que parcialmente, objetivou contribuir para o conhecimento acadêmico sobre as práticas artístico-pedagógicas na educação não formal; disseminar o conhecimento acerca das práticas artístico-pedagógicas de artistas-educadores, instituições, centros culturais, ONGs, projetos, entre outros na cidade de Palmas; discutir a importância da formação nas diferentes áreas artísticas para a capacitação destes profissionais; apontar o papel da universidade, órgãos públicos, privados e a formulação de políticas públicas no fomento às artes e a cultura tendo como locus a capital tocantinense. Com a continuidade do projeto, espera-se que os futuros resultados possam consolidar as descobertas iniciais e demonstrar como essa cartografia poderá contribuir de modo efetivo com os campos elencados no início deste parágrafo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2004.

CRUZ, Hugo. Práticas artísticas e participação política. São Paulo: Hucitec, 2022.

GOHN, M.G. Educação Não Formal na Pedagogia Social. Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo, Mar. 2006.

GOHN M da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ [Internet]. 2006, Jan;14 (50): 27-38.

ITAÚ CULTURAL. Direitos culturais: um novo papel. São Paulo, Revista Observatório Itaú Cultural/ OIC – n. 1, 2011.

ITAÚ CULTURAL. Não-fronteiras: universos da educação não-formal / prefácio Olga Rodrigues de Moraes von Simson; texto Maria da Glória Gohn; dados quantitativos Renata Sieiro Fernandes; Ilustração Andrés Sandoval, Mariana Zanetti. -- São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

BRASIL. Plano Nacional De Educação em Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Brasília, 2008.

PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (org.). Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Brasília. Ministério da Educação. UNESCO, 2006.

VELÔSO, T. M. G. et al. Educação popular e arte: novas tessituras em um assentamento rural. Revista de Educação Popular, v. 20, n. 1, p. 357-372, 30 maio de 2021.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983.
FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GOHN, M. da G. Educação não formal e cultura política: impactos sobre a participação popular e cidadania ativa. São Paulo: Cortez, 2006.

HOBBSBAWM, E. A invenção das tradições. São Paulo: Companhia das Letras, 1984. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2002. TYLOR, E. B. Primitive culture. Londres: John Murray, 1974.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Sobre os organizadores

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2007), mestrado (2010) em Ciências Biológicas, área de concentração em Zoologia pela Universidade Estadual de São Paulo "Julio de Mesquita Filho", câmpus Botucatu (2010) e doutorado (2014) em Ciências, área de concentração em Biologia Comparada pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Zoologia, com ênfase em sistemática e taxonomia de grupos recentes, com ênfase em peixes, além de estudos comparativos da anatomia do Sistema Nervoso Central. Atualmente, é Professor Adjunto III do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Tocantins e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação. Atualmente é Diretor de Pesquisa junto à PROPESQ na UFT.

RUHENA KELBER ABRÃO

Professor Adjunto IV na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Educação Física e do Doutorado em Educação na Amazônia. Coordena o Centro de Formação, Extensão, Inovação e Pesquisa em Educação, Lazer e Saúde (CEPELS) e atua como Presidente da Editora Universitária da UFT (EdUFT). Possui 12 anos de experiência na Educação Básica antes de ingressar no Ensino Superior em 2008. Atua nas áreas de docência e gestão com foco na Educação e Saúde e Lazer.

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO

Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins no campus de Gurupi vinculado ao curso de graduação em Engenharia Florestal. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe, mestre e doutor em Recursos Hídricos em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras, Pós-doutor pela universidade Federal de Alfenas - Campus Poços de Caldas, atuando principalmente nos seguintes temas: modelagem hidrológica e ambiental, hidrometeorologia, hidrologia florestal, gestão de bacias hidrográficas, hidrossedimentologia, manejo de solo e uso de geotecnologias na área florestal. Atualmente também é coordenador institucional do PIBIC na UFT.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

VÂNIA DE PAULA NEVES

Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), atuou no desenvolvimento de pesquisas na área de tecnologia e processamentos de alimentos no laboratório da UNITINS, com vínculo de estágio. Realizou pesquisas de ensino e extensão na área de manejo e controle de plantas daninhas, relacionados ao herbicida glyphosate. Atualmente assessora técnica junto a Diretoria de Pesquisa.

LÚCIA MORAES E SILVA

Estudante de Jornalismo na UFT. Presidente da Sagaz Jr (Empresa Júnior de Jornalismo). Estagiária na Editora da Universidade Federal do Tocantins.

ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

Estudante de Ciência da Computação na UFT. Diretora de Assuntos Estudantis do Centro Acadêmico de Ciência da Computação. Estagiária na Diretoria de Pesquisa na Universidade Federal do Tocantins.

